Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Núcleo de Ciências e Tecnologia
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Maria José N. de Albuquerque

"Estrada do Pacífico": Influência de sua implantação no espaço circundante – no trecho de Brasiléia a Assis Brasil/Acre.

Porto Velho

2009

Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Núcleo de Ciências e Tecnologia
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

"Estrada do Pacífico" – Influência de sua implantação no espaço produzido circundante – no trecho de Brasiléia a Assis Brasil/Acre.

Maria José N. de Albuquerque

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia para obtenção do Título de Mestre, sob orientação do Prof. Dr. Silvio Simione da Silva.

Porto Velho

2009

© ALBUQUERQUE, M. J. N. 2010.

ALBUQUERQUE, Maria José Nóbrega. **“ Estrada do pacífico” – influência de sua implantação no espaço circulante - no trecho de Brasiléia a Assis Brasil /Acre**: UNIR, 2010. 111f.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC**.**

A345e Albuquerque, Maria José Nóbrega, 1960 -

“Estrada do pacífico” – influência de sua implantação no espaço circulante no trecho de Brasiléia a Assis Brasil/Acre/ Maria José Nóbrega de Albuquerque ---Rondônia: UNIR, 2010.

111f : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Geografia: Gestão Territorial) – Centro de Programa de pós – Graduação em geografia da Universidade Federal de Rondônia.

Orientador: Prof. Dr. Sílvio Simione da Silva.

Inclui bibliografia

1. Rodovia. 2. Integração regional. 3. Produção de espaço. I. Título.

CDD.: 918.11
CDU.: 625.7

Esta dissertação foi julgada suficiente como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus de Porto Velho da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Porto Velho/RO, 10 de setembro de 2009.

Prof. Drª Maria das Graças Nascimento Silva e Silva
Coordenadora do Mestrado em Geografia

Banca Examinadora

_____

Profº. Dr. Silvio Simione da Silva - Orientador
Universidade Federal do Acre - UFAC

_____

Profª. Drª. Maria Madalena Ferreira – Examinadora
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

_____

Profº. Dr. Josué da Costa Silva – Examinador
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Dedicatória

A todos os produtores rurais que colaboraram fornecendo informações para a realização deste trabalho, ao meu filho Lucas e meu companheiro Adão, pelo amor, carinho e estímulo que me ofereceram, dedico-lhes essa conquista com gratidão.

Agradecimento

Agradeço ao imenso universo que nos proporcionou a vida cheia de boas energias que favoreceram a realização deste trabalho.

Agradeço ao corpo docente da Universidade Federal de Rondônia, especialmente ao do Programa de Pós-Graduação em Geografia, na pessoa do professor Josué, pelo acolhimento, presteza, dedicação e esforço para nos proporcionar uma melhor aprendizagem e conforto aos alunos residente fora da cidade de Porto Velho.

Aos meus familiares e amigos, pelo apoio oferecido no decorrer do desenvolvimento desta pós-graduação.

Ao meu orientador Sílvio Simione, paciente na orientação e sempre disponível para discutir as questões relacionadas à pesquisa.

Aos amigos da turma do mestrado, pelo carinho, compreensão e ensinamentos indispensáveis para a minha formação.

Epígrafe

“O capital possui uma lógica própria e inexorável expressa na Amazônia pelo avanço da frente pioneira. Os movimentos sociais - mesmo aqueles que a ele se opõem – nada mais fazem em última análise do que compor essa lógica”.

Otávio Velho

Resumo

Este trabalho analisa a influência da Estrada do Pacífico no espaço circundante da BR 317, no trecho compreendido entre os municípios de Brasiléia e Assis Brasil no Alto Acre, Estado do Acre, fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru, enfocando a dinâmica econômica, a expansão rodoviária, as transformações da realidade frente aos planos de integração nacional, com centralidade nos planejamentos elaborados no pós 1950. Neste contexto o trabalho aborda os impactos socioambientais, gerado a partir da abertura de estradas, bem como suas implicações na ocupação e uso do solo, os conflitos agrários, e as conseqüências para o rural e urbano. A pesquisa foi realizada com base em dados e informações primárias e secundárias. Os trabalhos de campo foram realizados com produtores, trabalhadores residentes na área da pesquisa, onde podemos ver, o papel da estrada como via disseminadora do desenvolvimento regional, suas implicações e impactos sobre o espaço produzido na área por ela dinamizada. O território estudado faz parte do eixo de integração Sul – Americano de saída para o Oceano Pacífico, cuja importância internacional foi desencadeada no final dos anos 50, a partir de estratégias integracionistas, com conseqüências drásticas para as populações locais. A rodovia de integração favoreceu a concentração de atividade pecuarista, agricultura modernizada com implantação de indústrias que interferem substancialmente na vida das populações locais.

Palavras-chave: - Rodovia - Integração Regional - Produção do Espaço - Fronteira Acre/Amazônia.

Abstract

This paper analyzes the influence of the Pacific Highway in the surrounding area of the BR 317, the stretch between the towns of Brasiléia and Assis Brasil in the Alto Acre, Acre State, the country border between Brazil, Bolivia and Peru, focusing on economic dynamics, the expansion of the road, the transformations of reality against the plans of national integration, centered on plans that was made after 1950. In this context, the paper discusses the environmental impacts generated from the opening of roads, as well as implications for occupation and land use, land conflicts and the consequences for the rural and urban. The research was based on collected data and primary and secondary informations. Field surveys were conducted with small farmers and workers who live in the area of research where we can see the role of the road as a way disseminator of regional development, its implications and impacts on the space produced in the area it streamlined. The study area forms part of the South American integration outlet to the Pacific Ocean, whose international importance was triggered at the end of 50's, from integrationist strategies, with drastic consequences for local populations. The road to integration favors the concentration of husbandry, modernized agriculture with implantation of industries that substantially interferes in the lives of local people.

Key-words: - Highway - Regional Integration – Production of space - Border Acre/Amazônia.

Sumário

I. INTRODUÇÃO 15

II. CAPÍTULO I - Dinâmica Regional perante a Expansão Rodoviária na Amazônia 19

1.1 As Transformações na realidade brasileira frente aos planos de integração nacional pós 1950 20

1.2 A Integração Nacional: acertos e desacertos 31

1.3 O rodoviarismo e a integração da Amazônia no circuito brasileiro 39

1.4 A Integração Sul-Amaricana no Momento Atual 41

1.5 A Integração Regional na Amazônica Brasileira 45

III. CAPITULO II - A Influência da Abertura da Estrada para a Integração Regional no Sul Acreano 47

1. O Acre no Contexto Regional e a Integração Nacional Frente às Principais Políticas Públicas Implantadas no Território 47

2. Ações e Políticas de Enfrentamento 63

IV. CAPÍTULO III – A Estrada do Pacífico e sua Repercussão no Espaço Circundantes da Rodovia BR-317 – Brasiléia/Assis Brasil 66

3.1 A Estrada do Pacífico e os Impactos Socioambientais na Região do Alto Acre 66

3.2 As transformações Socioesoacial e Econômica na Região 67

3.2.1 A População Municipal 67

3.2.2 A Estrutura Fundiária 69

3.2.3 O Uso da Terra 74

3.2.4 Mão-de-Obra Empregada na Atividade Agropecuária 82

3.2.5 Produção Extrativismo Vegetal 83

3.2.6 Mecanização e Monocultura 84

3.2.7 Investimentos em Infraestrutura 85

V. CAPÍTULO IV - A Dinâmica da BR 317 e suas Implicações para as Comunidades 89

4.1 Recursos Hídricos e Cidades 92

4.2 A Economia dos Municípios e a BR 317 95

V. CONCLUSÃO 98

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 103

VII. ANEXOS 109

Lista de Mapas, Tabelas e Figuras

Mapas

01 - Rede Rodoviária de 1976 24
02 – Principais Estradas Brasileiras em 2009 30
03 - Programa de Integração Nacional 32
04 – Mapa de Uso do Solo do Estado do Acre 2006 59
05 - Estrutura Fundiária do Estado do Acre 71
06 - Estrutura Fundiário dos Municípios de Brasiléia de Assisis Brasil 74
07 - Mapa de Vegetação nos Municípios de Brasiléia e Assis Brasil 79
08 - Mapa de Hidrografia 93
09 - Mapa de Localização da Área 110
10 - Mapa de Localização da Pesquisa e Pontos Amostrais 111

Tabelas

01 - Evolução da População Urbana e Rural no Acre 1960 – 2007 68
02 – População Residente dos municípios de Brasiléia e Assis Brasil 68
03 – Distribuição de Propriedades, por Intervalo de Área nos Municípios de A. Brasil e Brasiléia 72
04 – Projetos de Assentamento nos Municípios de Brasiléia e Assis Brasil 73
05 – Áreas Desmatadas de 2004 a 2008 77
06 – Utilização das Terras em Estabelecimentos Agropecuário - 2006 78
07 – Efetivo do Rebanho Bovino em (cabeça) 81
08 – Pessoas Ocupadas nos Estabelecimentos Agropecuários nos Municípios de Brasiléia e Assis Brasil 82
09 – Produção da Borracha Natural Bruta Subsidiada do Estado 2007 84

Figuras

01 - Pólos de Desenvolvimento 36
02 – A luta do Sindicato pela posse da terra 54
03 - A luta entre Seringueiros Fazendeiros 55

04 – Fotografia da Estrada do Pacifico 66
05 – Produção Extrativista Vegetal e Silvicultura 2007 84
06 - PIB dos Municípios de Brasiléia e Assis Brasil- 2006 95
07 - Importância das Políticas e Serviços Reconhecidos pelos Entrevistados 97
08 – Instituições reconhecidas pelos Entrevistados 98

Lista de Sigla

EIA - Estudos de Impactos Ambientais

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica

Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Basa – Banco da Amazônia

BCB – Banco de Crédito da Borracha

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SAVA – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

GAIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística

GEICON – Conselho Nacional de Energia Nuclear

PAEG – Plano de Ação Econômico Governamental

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus

Poloamazônia – Pólo Agromineral e Agropecuário da Amazônia

Sudeco – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Polonoroeste – Programa Integrado de Desenvolvimento de Mato Grosso e Rondônia

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PAC – Plano de Aceleração de Crescimento

PIN – Plano de Integração Nacional

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

Prozem – Programa de Zoneamento Ecológico Econômico da Amazônia

Proterra – Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Produção Agrícola do Norte e Nordeste

GATAT – Grupo Executivo de Terra do Araguaia e Tocantins

Gebam – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas

PGC – Programa Grande Carajás

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IIRSA – Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAF – Cooperação Andina de Fomento

IBEG – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

PA – Projeto de Assentamento

TI – Terra Indígena

Resex – Reserva Extrativista

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentado

OTL – Ordenamento Territorial Local

UCs – Unidade de Conservação

UFAC – Universidade Federal do Acre

PTDRS – Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável

CNS – Conselho Nacional dos seringueiros

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre

NATEX – Fábrica de Preservativo Masculino

Caex – Usina de Beneficiamento de Castanha

MMA – Ministério do Meio Ambiente

Seaprof – Secretaria Estadual de Extensão Agroflorestal e Produção Familia

Capebe – Cooperativa Extrativista da Produção de Brasiléia e Epitaciolância

SEF – Secretaria Estadual de Floresta

Funtac – Fundação de Tecnologia do Acre

SEBRAE – Serviço de Apoio as Micro e Pequena Empresas

Pesacre – Grupo de Pesquisa do Acre

SEAP – Secretaria de Estado de Agropecuária

Condiacre – Consórcio Intermunicipal de Alto Acre

MAP – Madre de Deus Acre e Pando

Iteracre – Instituto de Terra do Acre

SEE – Secretaria de Estado de Educação

Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

CEBEs – Comunidades Eclesiais de Bases

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

Copiai – Comissão da Política de Incentivo a Atividade Industrial do Estado

Introdução

No processo de ocupação e reorganização do espaço acreano, iniciado no século XIX e intensificado nos anos 70 e 80 do século XX, podemos identificar um conjunto de ações e políticas implementadas pelos governos nacionais e estaduais com maior expressividade no Estado brasileiro a partir dos anos 50, com vista a integrar a Amazônia brasileira às demais regiões do país.

A integração proposta dá origem a um traçado rodoviário que definiu a reordenação da região amazônica e que interferiu substancialmente na vida das populações locais. A construção dos grandes eixos rodoviários propagou de forma dissimulada o desenvolvimento da região norte, sem considerar as bases e práticas sustentáveis e equilibradas das populações locais.

E nesse processo de integração, que ocorre a incorporação do Estado do Acre à fronteira extensiva do capitalismo Brasileiro. Os projetos destinados para o desenvolvimento da região estão centrados em um modelo econômico com base na especulação fundiária e exploração predatória dos recursos florestais, expulsando o homem da floresta e favorecendo o domínio do capital nacional e internacional.

Para os planejadores tecnocratas brasileiros, Amazônia representava uma imensa área vazia suscetível à invasão por estrangeiros e grupos nacionais revolucionários contrários à “ordem política central”. Para solucionar o problema do vazio demográfico, um processo induzido de adensamento populacional foi posto em prática ignorando a origem e ocupação humana existente na região.

No entanto, sabe-se que diferentes nações indígenas, habitantes originários desta região, residiam aqui antes mesmo da chegada dos invasores europeus. No final do século XIX e século XX, ocorreu um processo de expulsão dos habitantes locais, ocasionado pela demanda da extração de látex durante o “ciclo econômico da borracha”.

A extração do látex, constituiu um processo intenso de migração para atender a necessidade de mão-de-obra local. Trabalhadores oriundos do nordeste brasileiro foram arregimentados para atender a produção de borracha na Amazônia. Essa população e seus descendestes, constituem a grande maioria dos agroextrativistas que habitam os estados da Amazônia brasileira.

A partir da década de 70, se intensificam as mudanças no modo de produção do extrativismo tradicional, o governo brasileiro impõe medidas voltadas a promover o desenvolvimento da região, e, para isso, vale-se da abertura de estradas e programas de incentivos fiscais, o que facilitou o aparecimento de grandes propriedades, acelerando a implantação da agropecuária na região.

No Brasil, o processo de expansão das fronteiras agrícolas tem produzido um modelo de ocupação do espaço, que promove a exploração dos recursos naturais gerando enorme degradação ambiental, com elevados custos sociais.

Consequentemente, a desagregação causada por esse modelo de reorganização do espaço, produziu a desocupação dos seringais, através da expulsão dos seringueiros, causando a proletarização das cidades, o surgimento do trabalhador rural temporário, os bairros periféricos, situados em áreas de fundo de vales nas cidades de porte médio e capitais.

E neste particular contexto que surge a Estrada do Pacífico. A influência de sua implantação e os impactos socioambientais no espaço circundante no trecho Brasiléia/Assis Brasil se apresentam como consequências de planejamentos governamentais que foram delineados a partir da década de 1950 e implementados no espaço amazônico brasileiro, tendo como pressupostos a integração nacional e a continuidade de expansão da fronteira econômica brasileira em solos Pan-Amazônicos.

A reorganização do espaço na região em foco, nos últimos quarenta anos, foi impulsionada mediante as ações do governo central, cujos desdobramentos causaram graves conflitos com as populações locais, resultando em assassinato de várias lideranças locais e sindicais como Wilson Pinheiro[1], Chico Mendes[2] e tantos outros trabalhadores, vítimas de um processo de ocupação planejado e executado a partir de convenções externas à região.

As consequências dessas ações, dissociadas da realidade local levaram a já decadente força de trabalho extrativista a implementar modalidades produtivas não compatíveis com

[1] Wilson Pinheiro foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Brasileira-Acre, assassinado com um tiro ao cair da tarde do dia 28 de julho de 1980, na sede do sindicato, o tiro foi disparado covardemente pelas costas. Liderou o mutirão contra os fazendeiros e juntos a 300 sindicalistas pôs para correr um grupo de jagunços em 1979. O grupo de jagunços infernizava a vida de famílias assentadas no km 38 da BR-317, trecho Rio Branco-Boca do Acre, a mando de um empresário paulista que contava ainda com ajuda da justiça local. Com a vitória Wilson anunciou que os trabalhadores não iam permitir mais a derrubada de nenhuma árvore no Estado. Dias mais tarde ele próprio tombou ao ser atingido por jagunços do fazendeiro Nilo Sérgio de Oliveira que, em seguida, foi eliminado com mais de 40 tiros. Um grupo de seringueiros foi acusado e julgado pela morte do fazendeiro.

[2] Chico Mendes, líder seringueiro assassinado no dia 22 de dezembro de 1988, com um tiro no peito quando saia na porta dos fundos em sua casa. Chico foi um incansável militante da causa ambiental, liderou varias lutas contra a derrubada das florestas e a expulsão dos seringueiros de suas colocações de seringa. Lutou pelo direito de posse da terra para os seringueiros, denunciando o processo de destruição das florestas acreanas realizado pelos fazendeiros e madeireiros.

floresta, resultando na exploração predatória dos recursos florestais da região, com graves problemas ambientais. Apesar disso, o seringueiro continua sobrevivendo do extrativismo florestal como complementação de sua renda.

A região do Alto Acre, a partir da BR 317, se constitui em uma região propícia à chegada do migrante pequeno produtor. Chegam também as grandes empresas colonizadora, agropecuária e madeireira. Estes, favorecidos pelo modelo econômico adotado, que cria as condições para a instalação da colonização e de pecuária extensiva, servindo como solução para as pressões sociais que estavam ocorriam no nordeste e centro sul do Brasil.

Surgem deste contexto de lutas no Acre, as reservas extrativistas, uma modalidade de assentamento que guarda as características do seringal, servindo como base que vai ser expandida para toda a Amazônia brasileira.

E nesse cenário que se constituem o grande desafio para o desenvolvimento da região, um ambiente cuja realidade está em constante transformação, suscitando questões divergentes quanto ao modelo de desenvolvimento adotado, onde a preservação do meio ambiente aparece como fundamental para a sociedade, gerando conflitos entre os diversos atores locais.

Para comprender a transformação espacial ocorrida na região, a partir da pavimentação da BR 317, buscou-se analisar os planos de integracão e desenvolvimento regional adotado no Brasil a partir dos anos 50 nos quais a pavimentação e redefinicão funcional da BR-317 e sua continuidade em terras peruanas está incluido. Procurando evidenciar os efeitos no espaço produzido, com consequências sociais e ambientais sobre as populações locais, no espaço rural e nas cidades.

Estruturamos esse trabalho em três capítulos, sendo que o primeiro traz uma abordagem sobre a dinâmica econômica e a expansão rodoviária na Amazônia. As transformações na realidade brasileira, frente aos planos de integração nacional pós 1950, fazendo um breve resgate sobre os planejamentos elaborados com objetivos de fomentar a integração da Amazônia, a integração sul-americana e as consequências dessa integração para as populações locais.

No segundo capítulo procuramos abordar os impactos socioambientais gerados a partir da abertura de estradas para a integração regional no Estado do Acre, os impactos sobre o meio ambiente e a exploração e degradação dos recursos naturais.

O terceiro capítulo trata da Estrada do Pacífico, os impactos socioambientais das áreas circundantes da Rodovia BR 317 no trecho Brasiléia a Assis Brasil, no Estado do Acre, os conflitos gerados a partir da construção da estrada e as consequências para as populações rurais e urbanas.

A construção da Estrada do Pacífico e a integração regional proposta por ela, tem reflexo sobre os recursos naturais com impactos sociais e ambientais, constituindo-se enquanto desafios para as populações locais, frente ao sonho da sustentabilidade social, econômica, espacial e ecológica.

Os procedimentos metodológicos utilizado para esse estudo foi, inicialmente, um levantamento bibliográfico e documental referente às políticas de integração na região amazônica que envolveu consultas a acervos de revistas, jornais e periódicos da época. Essas fontes foram fundamentais para situar o contexto local ao contexto nacional.

O segundo momento foi a realização da pesquisa de campo, onde a principal fonte de informação foram as conversas e entrevistas semiestruturadas com as lideranças, representantes das associações, proprietários rurais atores sociais envolvidos e atuantes no território, encontros e reuniões com moradores das localidades de Brasiléia e Assis Brasil e, por ultimo, consulta e uso do banco de dados do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFAC, referentes aos dados envolvendo as duas localidades.

O estudo buscou focar ainda a implantação de políticas públicas e privadas no momento atual. E como estas interferem na relação do homem com a terra, transformando as bases produtivas na região, transitando do extrativismo para a agricultura e pecuária, nas reservas extrativistas e nos projetos de colonização implantados na região. Esses projetos trouxeram um contingente de migrantes para o Acre, que juntos hoje, constituem os atores sociais da região.

Capítulo I – Dinâmica Regional perante a Expansão Rodoviária na Amazônia

> “A ofensiva que visa a vacinar a nova geração contra todo o pensamento social que não seja inspirado na lógica dos mercados – portanto, vazio de visão histórica – já convenceu a grande maioria da inocuidade de toda tentativa de resistência. Interrompida a construção de um sistema econômico nacional, o papel dos líderes atuais seria o de liquidatários do projeto de desenvolvimento que cimentou a unidade do país e nos abriu uma grande opção histórica. Resistir à visão ideológica dominante seria um gesto quixotesco, que serviria apenas para suscitar o riso da platéia, quando não o desprezo de seu silêncio. Mas como desconhecer que há situações históricas tão imprevisíveis que requerem a pureza de alma de um Dom Quixote para enfrentá-las com alguma lucidez? E como a História ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou a chorar”.
>
> Celso Furtado

1.1 As Transformações na Realidade Brasileira Frente aos Planos de Integração Nacional pós 1950

Os planos de integração realizados no Brasil possuem seu histórico no planejamento econômico a partir dos anos 40, no Pós Segunda Guerra Mundial, quando iniciou os primeiros exercícios de coordenar, controlar e planejar a economia. No entanto, observa Lafer (1973, p. 26), foi mais um exercício, uma tentativa de elaborar uma proposta, um diagnóstico, do que propriamente um plano.

Para Ianni (1986, p. 26), os anos posteriores à revolução de 1930, alteraram as funções e a própria estrutura do Estado brasileiro, a partir das quais se tornou possível reelaborar as relações entre o Estado e a sociedade, demandando do então Governo Getúlio Vargas a necessidade de implantação de uma série de medidas e inovações institucionais. Essas inovações assinalam uma nova fase no sistema administrativo do Brasil, suscitando a tentativa de se elaborar um plano de desenvolvimento econômico para o país.

Nesse contexto, durante o período entre 1940 e 1954, desencadeou-se um plano de ocupação e desenvolvimento para a Amazônia. Este plano demarcou a criação, através da Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que tinha como finalidade “diagnosticar a problemática econômica e social da região, propor soluções e administrar a sua execução” (IANNI, 1979 p.37). Em 9 de outubro do mesmo ano, é aprovado o decreto n° 34.132, que regulamentou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Pouco mais de uma década, em 1966, a Lei 5.173, extingue a SPVEA e cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que definindo novamente a problemática da região, proporciona a implantação de planos e programas regionais decidindo inclusive sobre a distribuição dos abundantes incentivos fiscais. É também nesse momento que surge o conceito de Amazônia Legal.

Assim, em 1966, a SUDAM e o Banco da Amazônia S.A. (BASA) passam a ser os principais órgãos do governo federal para a formulação de diagnósticos e adoção de medidas econômicas para o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (IANNI, 1979 p.37).

A Amazônia, ao longo dos anos, tem desdobrado fatos e acontecimentos que demonstram alguns ensaios no seu processo de desenvolvimento. Esse processo teve início no período em que Getúlio Vargas foi governo, desencadeando uma ofensiva rumo ao

desenvolvimento da Amazônia “A Marcha para o Oeste”. Tinha como finalidade protegê-la contra a invasão de estrangeiros, e, assim, pôs em destaque uma campanha de ocupação da Amazônia, prometendo beneficiar extrativistas, colonos e camponeses que, até então, habitavam a região. À época, o vigor imperante do nacionalismo levou o governo central a se comprometer com a modernização da atividade extrativista na Amazônia, substituindo "pela indústria agrícola metódica e científica os velhos métodos, como o fez Henry Ford" (BAHIANA, 1991, p.17).[3]

A política de Getúlio Vargas traçada para Amazônia envolve um pacto com as elites para a modernização da atividade extrativista regional (BAHIANA, 1991, p.17), de forma que o processo de integração Nacional da Amazônia ao restante do Brasil situa-se em um governo de caráter populista, que pregava a valorização do trabalho, e estava completamente absorvido pela Fordlândia. Esse empreendimento criado para abastecer as indústrias de Henry Ford, veio a falir por desconhecimento das condições de solo, clima e ecologia da seringueira, mesmo assim, o governo intensifica as ações para a região.

Visando estruturar o processo de efetivação do seu plano e de sua política para a Amazônia, o governo de Getúlio Vargas implementou os seguintes organismos e ações na região**,** de forma a assegurar a estrutura indispensável à materialização do seu plano de governo (BAHIANA, 1989 p. 17):

- Banco de Crédito da Borracha (BCB), em agosto de 1942, para fomentar a produção gomífera. Constituído com 40% de capital norte-americano e destinado a substituir o papel até então desempenhado pelas casas aviadoras e ex-portadoras;
- Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em 1942, mantido pela Fundação Rockefeller, constituída para dar assistência médica aos trabalhadores e encarregado do saneamento básico;
- Rubber Reserve Company, agência norte-americana cuja finalidade era o transporte e suprimento de bens para os seringais, além de transportar passageiros no interior da região e a borracha produzida para os Estados Unidos;
- Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e uma Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, cuja função era recrutar, hospedar e providenciar a colocação de trabalhadores nordestinos nos seringais;

[3] Bahiana, Luis Cavalcante. O Norte na Organização Regional do Brasil. Revista de Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, 1989).

- Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), com a finalidade de promover o abastecimento de alimento e fazer o seu racionamento, como prevenção a um possível bloqueio marítimo;
- Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, com o objetivo de incrementar a produção agropecuária no trecho compreendido entre os Estados da Bahia e Acre, a fim de atender às necessidades de civis e militares;
- Colônia Nacional do Amazonas, instalada em 1941 à margem esquerda do rio Solimões, em Boa Vista, e Colônia Agrícola Nacional do Pará, criada em 1942, em Monte Alegre. Tinham como finalidade fixar proprietários rurais, promovendo o povoamento das localidades na região, devendo ainda contribuir para a redução de tensões sociais, através do deslocamento da fronteira agrícola;
- Instituto Agronômico do Norte, em Belém, instalado em 1941, tendo como objetivo realizar pesquisas sobre produção vegetal, aclimatação de espécies, identificação de solo e floresta;
- Construção do aeroporto de Ponta Pelada, em Manaus, e ampliação do de Val-de-Cãs, em Belém, com a finalidade de fomentar o transporte. Nesta mesma época, foi incorporado ao patrimônio nacional a *Amazon River Stream Navigation*, que, modernizada, passou a constituir a frota do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), sob controle federal;
- Ampliação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Foram criados ainda os Territórios Federais de Amapá, Rio Branco (atual Roraima) e Guaporé (atual Rondônia), uma antiga recomendação de geopolíticos brasileiros, consolidando assim o controle sobre estas áreas de fronteiras na Amazônia (BAHIANA, 1989 p. 17).

A política de intervenção para a Amazônia, desencadeada durante o governo de Getúlio Vargas, materializou-se em algumas ações. No entanto, foi mais um conjunto de intenções que propriamente um planejamento formalmente estruturado, uma iniciativa que contou com a disposição de pessoas capazes de se deterem em questões até então não enfrentadas no Brasil.

Tal grupo, composto por pessoas do governo, da iniciativa privada e do meio científico, consegue montar um planejamento focado em estratégias, tanto em nível

econômico-financeiro, quanto respeitantes à reforma político-administrativa e à reestruturação do Estado.

Esse processo não foi resultado de um “estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes”, foi, sim, consequência de perturbações e inquietações, advindas dos movimentos que se formavam, demandando implementações de ações econômicas, políticas sociais e militares (IANNI, 1986).

O exercício que reuniu governo, iniciativa privada e o meio científico na tentativa de elaborar um planejamento para o Brasil ocorrem em um contexto de mobilização social, que exigia mudanças concretas na economia e na política do país. Para a Amazônia, o governo cria a SPVA voltada para desenvolver programas e assegurar alguns benefícios a essa região que desempenhava um papel importante na economia mundial com a produção do látex.

O processo iniciado a partir de Getúlio, ainda que caracterizado como conjunto de intenções prossegue nos governos seguintes, com destaque para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que foi eleito fomentando um marco de desenvolvimento e progresso econômico, com ênfase ao desenvolvimento da indústria, projeto este que ficou conhecido como “Cinquenta anos em Cinco”.

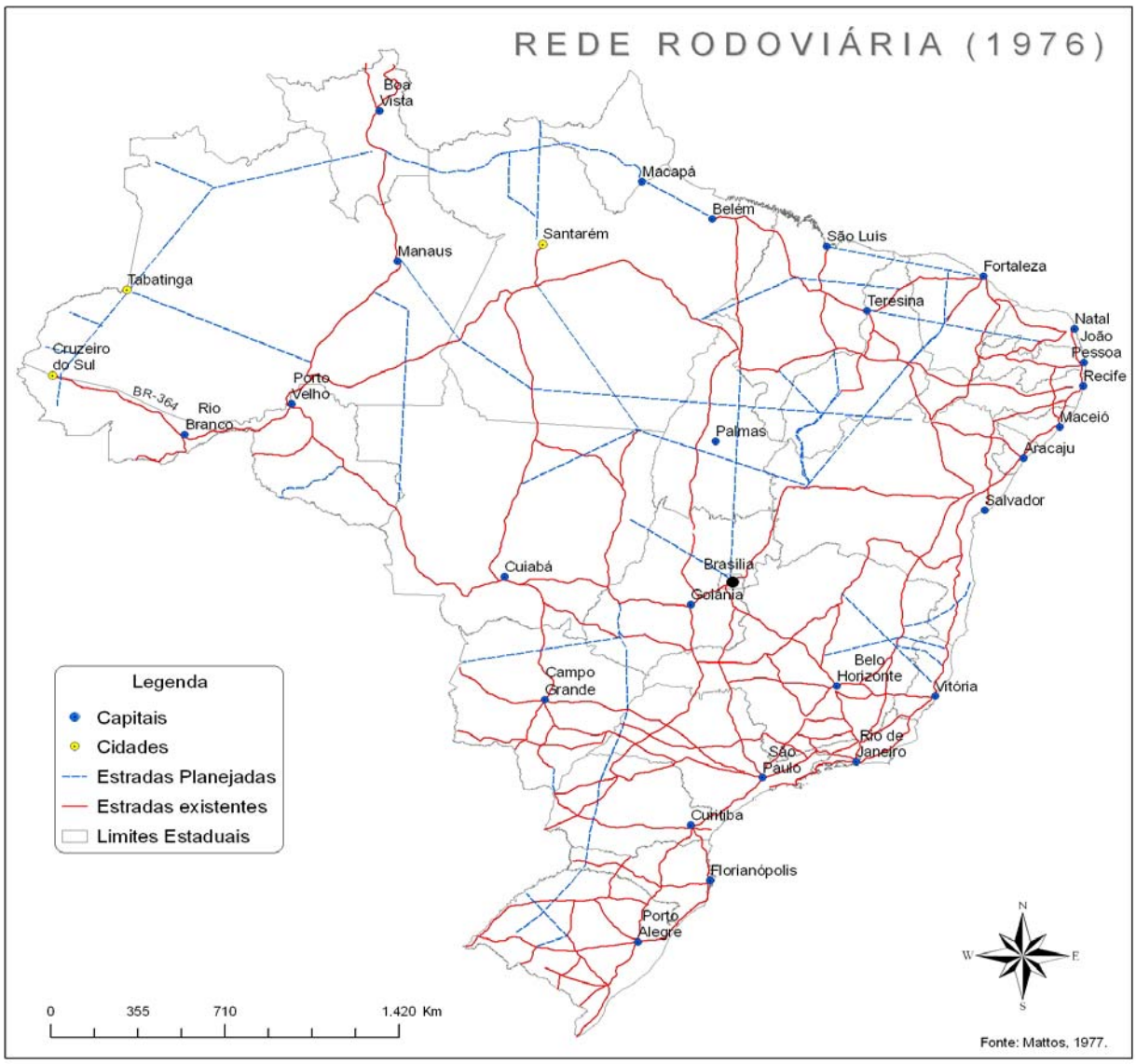
Para materializar o seu plano de governo, Kubitschek cuidou de prover iniciativas como a criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), que visava à implantação de várias indústrias automobilísticas no Brasil; a expansão de usinas hidrelétricas como a de Paulo Afonso, na Bahia, Furnas e Três Marias, em Minas Gerais, através da institucionalização do Conselho Nacional de Energia Nuclear; a criação do Grupo Executivo da Indústria Naval (GEICON), do Ministério das Minas e Energia, expandindo a indústria do aço e da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste; a fundação de Brasília e a abertura de rodovias como a Belém-Brasília e Brasília-Acre.

Para Becker (2008, p.23), as “ações concretas afetaram a região pela implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, duas grandes pinças contornando a fímbria da floresta”. A partir desse momento, novos fluxos de migrações são direcionados para a Amazônia, aumentando o índice populacional e também os conflitos pela da posse da terra. E claro que em um território com extensão de 5 milhões de km² tem que existir uma infinidade de problemas regionais que vai desde a áreas muito povoada e outras com povoação escasso, com dificuldades de acesso e uma imensa floresta sendo devastada.

O mapa a seguir mostra a rede rodoviária projetado no governo de Juscelino Kubitschek. As linhas vermelhas, estradas existentes, estão com os últimos trechos sendo asfaltados, como é o caso da BR 364 Sena Madureira a Cruzeiro do Sul no Acre, com

previsão de conclusão em 2010, a BR 319 de Porto Velho a Manaus está em fase de licenciamento para iniciar o processo de asfaltamento. Essas duas rodovias quando prontas interligara todos os Estados da Amazônia Brasileira, seguindo em direção aos paises vizinhos.

Mapa 01 – Rede Rodoviária de 1976



Assim, a construção da rodovia Belém/Brasília foi concebida como parte de um projeto maior da rodovia Transbrasiliana (BR 156). Esta viria a ser a quarta maior rodovia do Brasil, ligando a cidade de Marabá, no Pará, ao município de Aceguá, no Rio Grande do Sul, totalizando 4.355 quilômetros de extensão. Esta rodovia atravessava o país pelo centro sendo a principal ligação do centro-oeste e meio-norte do Brasil com as demais regiões do país. Esse projeto tinha como objetivo abrir a fronteira amazônica ao capital do centro-oeste e sul do país, equiparando a Região Norte às outras regiões através da ligação viária.

Dos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956- 1960), pode-se concluir que o primeiro estabeleceu as bases para um sistema capitalista nacional e o segundo, uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente ou associada ao capital internacional. É neste contexto que ocorre a inserção da Região Norte no espaço nacional, preparado através da implantação dos dois grandes eixos, o grande movimento de extensão da fronteira, que irão se iniciar no período pós-1964 e se intensificar ao longo da década de 70 (BAHIANA, 1989).

> É entre 1966-85 que se inicia o planejamento regional efetivo na Amazônia. O Estado toma para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacional. (BECKER 2008, p.23)

A presença do Estado autoritário na Região Norte se intensifica com o governo Castelo Branco. Isto, pois como salienta Mattos[4] (1977, p. 82), numa visão avaliativa pode-se dizer que de "*José Bonifácio, Alberto Torres, Mario Travassos e o próprio Castelo Branco, viram o Brasil com olhos realistas de quem enxerga* "*as gentes e as terras*", projetando uma política de poder "*capaz de alcançar os objetivos nacionais, sendo que Castelo Branco leva a seu favor a vantagem de ter intelectualmente concebido e administrativamente iniciado esta política"*.

"Uma política de poder" autoritária e arbitrária, na visão de quem compreendeu a Amazônia como um "imenso vazio", desconsiderando a existência dos povos da floresta, índios, seringueiros, ribeirinhos e agricultores tradicionais, alguns destes "descobertos" pelos primeiros "invasores" espanhóis, portugueses, holandeses, ingleses e franceses, como nos mostra Remos (1969, p.1001): "Antes dos portugueses, já espanhóis e anglo-holandeses conheciam a região amazônica. Os castelhanos a descobriram e os anglo-holandeses a ocuparam".

Na política do pós 1964, para os militares e planejadores do governo, as idéias de segurança nacional e de defesa da soberania tornaram-se indissociáveis das idéias de ordem e progresso (COELHO, 1998, p. 14), o que levou ao genocídio e dizimou grupos indígenas considerados obstáculo ao crescimento econômico e ao progresso da Amazônia.

Neste período, vários planos nacionais e regionais de desenvolvimento são elaborados, entre eles destacamos o Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG), elaborado na

[4] O General Meira Mattos, foi um dos pensadores da geopolítica brasileira com atividade durante o período do regime militar Brasileiro.

gestão do general Castelo Branco (1964-1967), e que tinha como objetivo, corrigir a política econômica que padecia de uma profunda estagnação (MATTOS. 1977, p. 82).

O PAEG conseguiu bons resultados no que diz respeito à redução da inflação, porém não conseguiu alcançar as metas de crescimento propostas. O Plano também implementou um amplo programa de reformas institucionais nos planos fiscal, monetário-financeiro, trabalhista, habitacional e de comércio exterior. Outros projetos desenvolvidos foram o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I e II, que teve implicações diretas na Amazônia, a criação da SUDAM, em substituição da SPVA, para coordenar e supervisionar programas e planos regionais e a SUFRAMA, para integrar a porção ocidental da Amazônia, através da criação de um centro industrial e agropecuário mediante a isenção de impostos.

No governo do general Ernesto Geisel, verifica-se a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, pelo Decreto Lei 1.106, de 19 de julho de 1974, cuja finalidade era a superação do atraso em que se encontravam os meios de produção. Para isso, buscava-se aumentar a produção de alimentos, modernizando os meios de produção, elevando o fornecimento de energia. Mesmo assim, o II PND não proporcionou o sucesso almejado, e acabou por favorecer o aumento da dívida externa brasileira.

Enquanto o segundo II PND deu prioridade à produção de energia em escala nacional, o II Programa de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), mais conhecido como POLAMAZÔNIA - Pólos Agrominerais e Agropecuários na Amazônia tinha, segundo Becker (1990 p. 17), o objetivo de “concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho bovino e melhoria da infraestrutura urbana”. Este último programa, criado através do Decreto 74.607, de 25 de setembro de 1974, já no governo do General Figueiredo, visava promover um rápido e racional aproveitamento das potencialidades agropecuárias, florestais, de pesquisas minerais e energéticas da região, era financiado pelo Estado e por empresas privadas e propunha a criação de dezesseis pólos de desenvolvimento para a Amazônia.

O POLAMAZÔNIA teve a sua gestão no âmbito da SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e da SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste, e fomentou a criação de um conjunto de pólos de desenvolvimento na região dentre estes estão o Xingu no Araguaia, Araguaia-Tocantins e Carajás, no Tocantins; Trombetas, Altamira, Marajó e Tapajós, no Estado do Pará; Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia e Juruá, no Amazonas; Juruena e Aripuanã, no Mato Grosso; Acre, Roraima, Amapá, e mais tarde, o pólo Promam no médio Amazonas e o Polonoroeste - Programa Integrado de desenvolvimento do Mato Grosso e Rondônia (Ribeiro, 1990, p.184).

A expansão do capital exigiu a execução de ações estruturantes. No Brasil isto resultou na construção da ferrovia de Carajás, com 890 km, ligando Carajás ao porto de Itaqui, no litoral maranhense, uma clara evidência de inserção da Amazônia no mundo exterior. A construção da hidroelétrica de Tucuruí, considerada a quarta maior do mundo em área inundada, o que causou grande impacto local e regional. Ações estas que atrairam enorme contingente de populações e consequentemente a entrada de grandes capitais nacionais e estrangeiros, configurando assim, mais uma vez, a inserção em um modelo exógeno à região (BAHIANA, 1989 p. 20).

O governo militar de João Figueiredo (1979-1985), em sua gestão, buscou implementar ainda o III Plano Nacional de Desenvolvimento - III PND, com metas prioritárias de crescimento de renda e de emprego, equilíbrio do balanço de pagamentos, controle da dívida externa, combate à inflação e desenvolvimento de novas fontes de energia. Dos vários objetivos planejados, um dos que o governo levou avante foi a substituição progressiva da energia importada por energia nacional.

Trata-se de um governo que, assim como seus antecessores militares, também apresentou um plano específico para a região noroeste da Amazônia. Tal plano ficou conhecido como POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento de Mato Grosso e Rondônia, como parte da estratégia de povoar a Região Norte e dar suporte à colonização que se desenvolveu nos anos setenta, ao longo da rodovia Cuiabá/ Porto Velho, especialmente no interior de Rondônia em direção ao Acre.

O POLONOROESTE foi um plano com investimento estimado em 1,5 bilhão de dólares, para reconstruir e pavimentar a rodovia Cuiabá-Porto Velho, implantando projetos paralelos, promovendo povoamento e desenvolvimento agrícola, realizando aberturas de estradas vicinais derivadas da rodovia Cuiabá-Porto Velho, assentando populações migratórias economicamente marginalizadas de outras regiões do Brasil. Os resultados da aplicação dos recursos desse programa foram catastróficos, tanto que o Banco Mundial, financiador do programa, suspendeu a liberação de partes dos recursos, em razão dos danos principalmente ambientais, gerados no Estado de Rondônia, exigindo a realização de um zoneamento ecológico-econômico o que resultou no PLANAFLORO.

A presença dos militares na Amazônia vem desde a conquista, quando, temendo o avanço dos holandeses, ingleses e franceses, procuram proteger o território ocupando a embocadura (foz) do rio Amazonas, área densamente povoada por indígenas (COELHO, 1998).

A política de integração dos militares para a Amazônia visava solucionar as tensões sociais internas, decorrentes da expulsão dos pequenos produtores do nordeste e sudeste do Brasil, que passavam por problemas da seca, agravados com a modernização da agricultura que retirou vários postos de trabalho, e ainda temiam a possibilidade de formação de focos revolucionários na região.

E, em nome do progresso e controle, os militares não foram capazes de considerar que a prosperidade pregada por eles resultou, para as populações locais, a perdas de bens como a terra, causando o empobrecimento e fome, e, drasticamente, perda de um modo de vida. Contudo, os militares intensificaram a aberturas de estradas e rodovias, a construção de ferrovias, favorecendo a migração para o avanço econômico e social, pensado de forma exógena a região, com a finalidade de conquista e controlo do território.

A Amazônia sempre foi considerada como a fornecedora de matérias primas sejam elas vegetais, animais ou minerais para o mercado externo. Com o avanço do capitalismo aumentou ainda mais a participação de empresas brasileira e estrangeira na geração de novas riquezas e também de pobreza.

O plano de integração rodoviário dos militares para Amazônia avançou na perspectiva de impulsionar a entrada do capital. As pessoas ou empresas com acesso ou detentoras de capitais foram bem vindas à região; os migrantes surgem percorrendo o caminho das estradas e rodovias. A região rica em minério e recursos naturais era um atrativo para o grande capital.

Projeto e programas foram instalados na região causando grandes impactos sociais e ambientais o que desencadeou as lutas dos posseiros pela posse da terra e a resistência a um modo de vida “camponesa já presente na área desde o século 18” (MARTINS, 1997).

Contudo, as intervenções na Amazônia seguem estratégias diferentes para chegar a um mesmo fim. Como se observa na figura, o traçado rodoviário caminha sempre em direção ao centro amazônico, buscando integrar um sistema de transporte intermodal.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, se estabelece outra fase de planejamento no Brasil, orientado pela Constituição Federal de 1988, o Brasil teve alterado o paradigma institucional de planejamento, passando de PND`s – Planos Nacionais de Desenvolvimento para PPA`s – Plano Plurianuais, com isso instituindo o planejamento nacional de médio prazo no sistema governamental brasileiro (ALMEIDA, 2004, p. 25).

O PPA 1996/1999, traçou uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil e adotou novos conceitos no ordenamento econômico-espacial, com a definição de “Eixo Nacional de Desenvolvimento para o Brasil, que permitisse a redução dos desequilíbrios regionais e sociais”.

A estratégia estabelecida no PPA 1996/1999 demonstrava novamente a implementação de ações que visavam a promover maior integração das regiões brasileiras, buscando consolidar a ocupação do território, o que na Amazônia não foi diferente.

O fato é que, com isso, novas vias de desenvolvimento são traçadas a partir de uma visão espacial abrangente, integrada e constituída para todo o território nacional, indo além das políticas regionais de natureza frequentemente compensatórias, tantas vezes implantadas, cujos resultados apresentados encontram-se sob questionamentos e avaliações, como é o caso dos grandes projetos na Amazônia, dentre eles o Programa Avança Brasil.

O PPA 1996/1999, que abrange o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso como presidente do país, envolveu um montante orçamentário de 305,5 bilhões de reais, sendo que 66% do valor total se destinam a programas de cunho social. Trata-se de um PPA que, para além da dimensão social, estrutura-se com as seguintes estratégias estabelecidas: construção de um estado moderno e eficiente, e redução dos desequilíbrios socioespaciais.

O governo Lula (2003-2011), no exercício de seu segundo mandato, numa perspectiva de planejamento a partir de uma visão que combina desenvolvimento sustentável com aceleração do crescimento, propondo a redução das desigualdades sociais, protagonismo internacional e ainda o fortalecimento da democracia, destinou para a Amazônia um grande investimento na ordem de 6,2 bilhões de reais para viabilizar a construção de rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, investimentos em aeroportos em uma perspectiva de viabilizar as vias de transporte intermodal e ainda para a geração e transmissão de energia elétrica e projetos de irrigação.

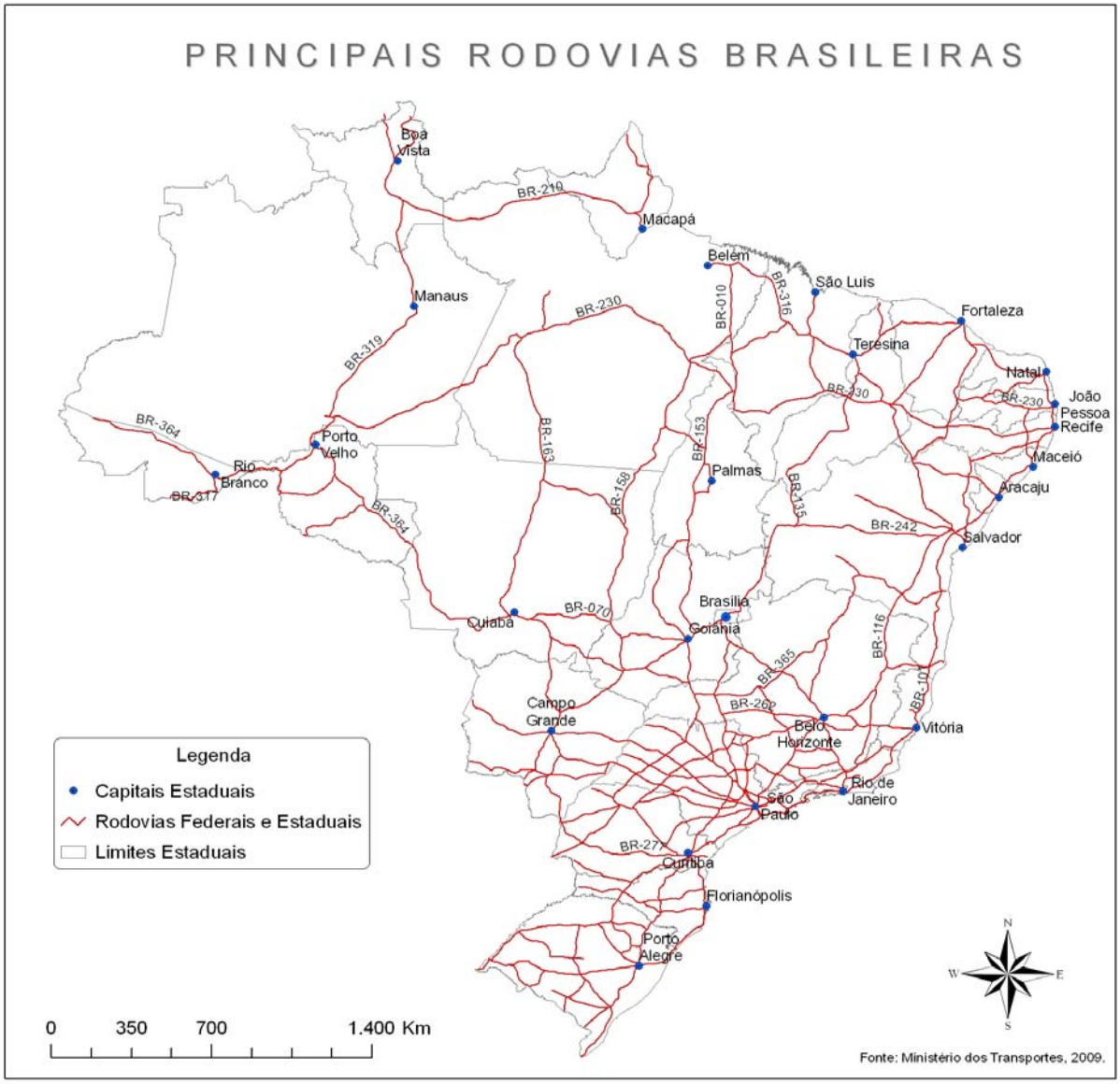
Nesse governo, dentro da previsão orçamentária (2007-2010), para a região Norte, no que se refere a investimentos em rodovias, estão contempladas as ações de construção e pavimentação da BR-364-AC, no trecho Sena Madureira/Feijó-Cruzeiro do Sul; restauração, melhoramentos e pavimentação da BR-319-AM, entre Manaus/AM e Porto Velho/RO; pavimentação da BR-163-MT/PA, trecho Guarantã do Norte/MT/Rurópolis/PA-Santarém/PA, incluindo o acesso a Miriticuba/PA (BR-230-PA); pavimentação da BR 230-PA, que liga Marabá, Altamira, Medicilandia e Rurópolis; e pavimentação da BR-156-AP, entre Ferreira Gomes e Oiapoque (PAC, 2008).

Depreende-se, portanto, que as às transformações na realidade brasileira perante os planos de integração nacional pós 1950, é que as linhas mestras do planejamento estabelecido em governos passados, em relação à malha rodoviária encontram-se em execução, notadamente no que se refere à Amazônia.

Ao verificar os mapas pós 1950 não se constata alterações significativas no traçado dos grandes eixos rodoviários, as duas linhas que atinge diretamente a Amazônia a Belém Brasília e a Brasília Acre não apresentaram rupturas quanto ao seu plano de desenvolvimento. O desenvolvimento proposto para a região norte segue seu curso de interligação dos Estados da Amazônia Brasileira e a integração Sul-Americana.

A integração rodoviária proposta e desenvolvida como se observa nos mapas de 1976 e 2009, nos permite assegurar que o processo de integração da Amazônia, no que se refere à rede rodoviária, está somente sendo concluído o projeto planejado nos anos 60, permitindo acesso ao centro da Amazônia Brasileira e, por conseguinte chegando ao seu ponto principal que é a integração Sul Americana.

Mapa 02 - Principais Rodovias Brasileira em 2009



Entretanto, as vias mestras oficiais permitem a abertura de numerosas vias secundárias, que proporcionam a exploração inclusive predatória dos recursos naturais, sejam eles madeireiras ou minerais. O que foi idealizado os poucos está sendo realizado, exceto a Perimetral Norte que só foi realizado o trecho entre Macapá e Boa Vista, permitindo saída para a Venezuela e Guiana Francesa. Trechos das rodovias que ligam Rio Branco a Cruzeiro do Sul - BR 364, Porto Velho a Manaus - BR 319, Cuiabá Santarém - BR 163, Manaus Boa Vista – BR 174 e Rio Branco a Boca do Acre – BR 317, atualmente estão sendo pavimentadas com recursos do PAC.

1.2 – A integração nacional: acertos e desacertos

O Brasil, ao constatar que havia um hiato na articulação continental com os países vizinhos, percebendo ainda que uma área de aproximadamente 15.719 km de fronteira sem adensamento populacional e várias partes quase sem contato com vizinhos do norte e noroeste, compreendendo a importância de se firmar politicamente enquanto articulador capaz de exercer influência na geopolítica continental põe em prática um projeto de rodovias amazônicas que, em primeiro lugar, busca por meio de longitudinais ligarem o planalto central brasileiro aos confins amazônico, procurando o divisor entre os grandes rios (MATTOS, 1977, p 90).

Surge então, a partir desta “estratégia radial”, a Rodovia Belém-Brasília, destinada a alcançar a Guiana Francesa, passando por Oiapoque, no extremo norte do Amazonas. Posteriormente, a longitudinal Cuiabá-Santarém, alcançando o Tiriós até o Suriname, além da Cuiabá/PortoVelho/Manaus, que se prolongaria até Boa Vista, alcançando em uma conexão a República da Guiana e a Venezuela (MATTOS, 1977, p.92).

Completando o traçado longitudinal, outras duas rodovias transversais ligarão essas longitudinais com o centro-sul e a norte do grande rio: A Transamazônica, que, a partir de Rio Branco, no Acre, prolonga-se até Cruzeiro do Sul, chegando a Pucalpa, no Peru. Já a Perimetral Norte, a partir de Macapá, seguirá até Mitu, na fronteira com a Colômbia (MATTOS, 1977, p.92).

Como se vê, a partir dos anos 50, por intermédio de seus planejadores, o Brasil projetou três grandes longitudinais e duas grandes transversais, que, na visão de Mattos (1977, p. 92) quando prontas, deveriam vertebrar a historicamente invertebrada Amazônia brasileira. Essa visão representa, sobretudo, o projeto geopolítico instalado pelos militares na Amazônia

a partir de 64, com o lema “integrar para não entregar”, em uma alusão ao um suposto vazio demográfico irreal, uma vez que a região era ocupada por dezenas de tribos indígenas e populações camponesas remanescentes dos períodos áureos do extrativismo da borracha.

O Programa de Integração Nacional - PIN, lançado pelos militares em 1970, tinha como objetivo a expansão da rede rodoviária e a implantação de projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE. A implantação do programa e a modalidade de ocupação proposta se tornaram contraditórias à expansão agropecuária, uma vez que essa atividade econômica proporciona a redução de mão-de-obra esvaziando os territórios (MARTINS, 1997, p. 86). A figura a seguir mostra a expansão rodoviária proposta à época, ligando os estados da Amazônia.

Mapa 03 – Programa de Integração Nacional

Fonte: Oliveira, 1988 - Integrar para não entregar.

Para os militares, a integração nacional proposta com o PIN visava, sobretudo, operacionalizar os incentivos fiscais. Reorientando assim o desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria, com vista à ocupação econômica e à absorção dos fluxos migratórios, provenientes do Nordeste e centro-sul do Brasil (REGO, 2002).

Este programa continha um audacioso Plano viário traçado com grandes obras rodoviárias para a Amazônia, colonização oficial às margens das rodovias, levantamento dos recursos naturais existentes na região e a transferência de 30% dos recursos financeiros captados dos incentivos fiscais. A implantação deste programa ocorreu no período entre 1970-1976 no governo Médici. O Brasil mais uma vez faz sua tentativa integracionista (OLIVEIRA, 1988).

Uma vez estabelecido no PIN, para que a integração nacional fosse viabilizada, foi necessário estabelecer a construção de uma malha viária como mostra o mapa 04 que, partindo de Brasília em direção a fronteira Brasil/Bolívia/Peru, no extremo oeste do Brasil, liga os estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre. Nesses dois últimos estados, tal rodovia é conhecida como BR-364, cujo encontro com a BR-317 alcança a região do alto Acre e se liga à Transoceânica-Rodovia do Pacífico no Peru.

Essa malha viária não se limitou ao trecho acima descrito. Em outra perspectiva, verifica-se a existência da Transamazônica e da Perimetral Norte.

A Transamazônica (BR 230) ao sul do rio Amazonas, liga a Amazônia ao Nordeste, enquanto a Perimetral Norte (210), com cerca de 4 mil quilômetros, margeia a fronteira do Brasil com o Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru, e leva às jazidas minerais de Roraima. A Cuiabá-Santarém (BR 163), por sua vez, conecta a Amazônia ao Centro – Sul do País. A Cuiabá/PortoVelho, (BR 364), liga a capital de Mato Grosso a Rondônia, ao passo que a Manaus/Boa Vista (BR 174), subsidiária da Transamazônica, cortaria a Perimetral Norte na direção Norte/Sul (RIBEIRO. 1990, p. 180). Vale registrar também a existência da rodovia BR 319, que liga Porto Velho a Manaus, atualmente encontrando-se em processo de construção.

Em nome da segurança nacional, em 1971, o governo, através do Decreto Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, declarou indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do Eixo de rodovias federais na Amazônia Legal. Concebia-se aí um plano de colonização, a ter instalação em locais pré-selecionados, mediante "agrovilas" (pequenos centros residenciais com capacidade média de 54 a 60 famílias, possuindo centro administrativo, escola, unidade de saúde e armazém), "agrópolis" (centro intermediário composto por 22 agrovilas em um

espaço de 50 quilômetros, com uma cooperativa, escolas de 1°. e 2 ° graus, banco e posto de correio), "rurópolis" (centro considerado urbano, com atividade industrial, possuindo aeroporto, hospital, estrutura de serviços técnicos e comerciais mais intensos), de modo que cada família assentada receberia do INCRA um lote com pelo menos cem hectares (RIBEIRO. 1990 p. 181; BAHIANA, 1989 p. 19).

A meta era de assentar um total de 100 mil colonos em cinco anos, em terras marginais ao longo da Transamazônica. No entanto, isso não se concretizou, haja vista que, entre outubro de 1970 e janeiro de 1974, apenas 4.969 famílias tinham sido assentadas (DAVIS, 1978. 167; RIBEIRO. 1990 p. 181).

Com bases nos dados que nos trazem Davis (1978) e Ribeiro (1990), depreende-se que aconteceu uma transferência de famílias, como havia sido planejado, não alcançando, porém, a meta estabelecida. Os implementos idealizados no plano não foram executados em consonância com os assentamentos das famílias, uma vez que foram trazidas e despejadas em meio à floresta, muitas nem sabiam sequer lidar com o ambiente encontrado, estranho ao modo de vida de suas moradias de origem.

Os ciclos migratórios para a Região Norte até os anos 60 seguiam os cursos dos rios. Cidades como Belém, Manaus, Rio Branco e tantas outras nasceram a partir do rio. Com o advento da abertura das rodovias, ocorre um redirecionamento do fluxo migratório, intensificando-se na rodovia Belém-Brasília, seguindo mais tarde pela Transamazônica, Cuiabá/Porto Velho e pela Cuiabá/Santarém, transformando rapidamente a região, cujos núcleos urbanos que antes seguiam os cursos dos rios, agora seguem o traçado das rodovias.

Dessa forma, a BR-364, entre Cuiabá e PortoVelho, conduziu o assentamento de vários projetos, definidos pelo INCRA como Projetos de Assentamento Dirigido - PAD e Projetos Integrados de Colonização – PIC, que atraíram numerosas quantidades de migrantes para a região, dando origem a núcleos que hoje são sedes de municípios como Cacoal, Ouro Preto do Oeste, Jarú e Ji-Paraná, em Rondônia (BAHIANA, 1989 p. 19), e Senador Guiomard, Acrelândia e Capixaba, no Acre e que continuam formando núcleos até hoje como são os distritos de Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre do Abunã. Entre os velhos núcleos urbanos que as estradas cortavam, muitos se revitalizam e voltam a crescer, outros permanecem sem qualquer alteração.

O programa de colonização pública implantado pelo governo federal não obteve o sucesso esperado. Vários podem ser os motivos, destacando-se entre eles a concepção e elaboração de programas a partir de uma visão exógena à região, programa de caráter

estruturante em consonância com as demandas das populações, observando as especificidades e adversidades locais.

No Estado do Acre, os pecuaristas foram se instalando às margens dos rios e estradas e ocuparam os seringais já decadentes, por conta do baixo preço pago ao produto extraído da seringa. Entretanto, residiam nesses seringais antigos seringueiros, índios, posseiros e ribeirinhos que ainda utilizavam como meio de sobrevivência a seringa, a castanha e outros produtos florestais. Em todo o Estado a chegada dos pecuaristas gerou grandes conflitos e lutas pela terra.

Nos anos 80, o despertar de consciência para o fato de que o território estava sendo invadido, roubado e vilipendiado por grupos alheios ao modo de vida estabelecida na região gerou um sentimento que se materializou em denúncias, organização e luta.

A vida desses habitantes foi progressivamente sendo atormentada pelos constantes conflitos gerados entre fazendeiros, seringueiros e posseiros, o que culminou com o assassinato de várias lideranças da região, dentre os quais se destaca Chico Mendes, morto em 1988. Desse processo conflituoso surgem as reservas extrativistas, como áreas de exploração coletiva dos produtos florestais.

Os grandes conflitos e lutas pela terra são verificados no eixo rodoviário da BR 317, nos municípios de Brasiléia e Xapuri, mas teve expressividade em todo o Vale do Acre e, embora em menor grau, também no Vale do Juruá (SILVA, 2003 p. 116).

Os pólos referentes ao PAD e ao PIC foram constituídos para desenvolver a agricultura, a pecuária e a mineração na região. Ocorre que em todas as localidades, havia grupos populacionais estabelecidos habitando a região, estes foram rigorosamente ignoradas durante a elaboração dos planos que a eles foram impostos de forma autoritária, o que contribui fundamentalmente para inviabilizar a implantação das ações. É o que ocorre no Estado do Acre, para onde foi destinado o pólo de desenvolvimento de agricultura e pecuária. A região, que historicamente desenvolveu atividades de extração florestal da borracha, castanha e madeira, viu-se rapidamente envolvida em uma trama de destruição de suas florestas, seringueiras e castanheiras, fonte de vida de milhares de trabalhadores de onde retiravam o alimento para sua sobrevivência.

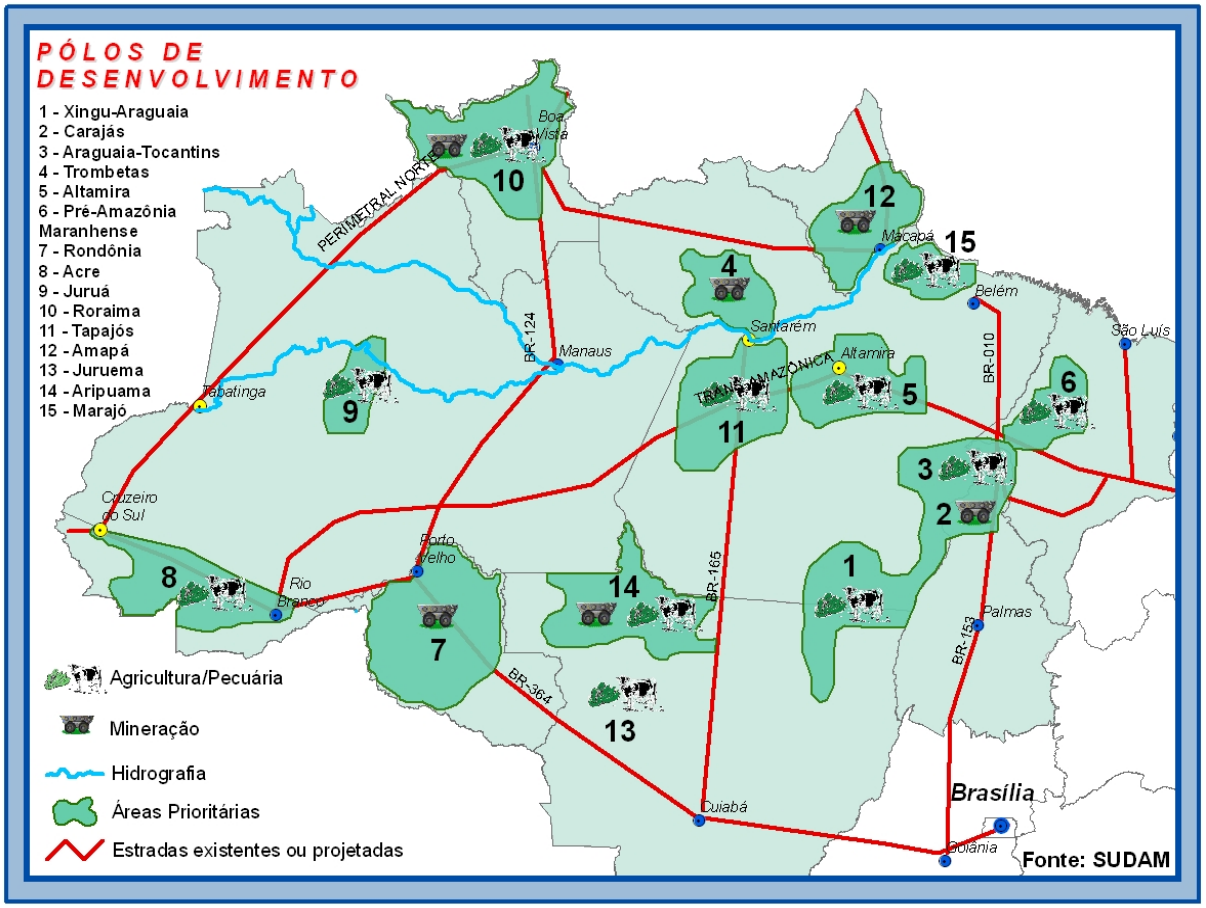
Um fator importante a ser considerado neste processo de desenvolvimento foi à instalação de grandes projetos agropecuários, madeireiros e de mineração regado de incentivos fiscais e fomentado através da SUDAM. O destaque aqui é para aqueles que utilizaram os recursos financeiros destinados à dinamização da atividade na propriedade, para

aquisição de grandes áreas terras como fonte de especulação, ou ainda aqueles que fizeram uso dos recursos e aplicaram em investimentos fora da região amazônica.

As poucas empresas que efetivamente aplicaram seus investimentos em consonância com os projetos implantaram um tipo de pecuária extensiva, comum na região, porém um tanto quanto modernizada, com plantéis de maior produtividade, como gir e nelore, e pastagens artificiais de melhor qualidade, consequentemente resultando numa produtividade global melhor (BAHIANA, 1989 p. 20).

A figura a seguir mostra os pólos de desenvolvimento projetados para a Amazônia durante o período Militar (1964 a 1985). Observa-se que no Acre o pólo implantado foi projetado para concentra-se no centro do Estado irradiando-se ao longo das BRs 364 e 317. O pólo dinamizou a criação pecuária de forma extensiva o que provocou uma onda de tensão e desagregação junto às famílias dos seringueiros, índios e posseiros em todo o Estado, que terminou com assassinatos de lideranças sindicais.

Figura 01 – Pólos de Desenvolvimentos



As ações implementadas pelo governo federal de 1964 a 1980 contribuíram para o deslocamento de grande número populacional para a região. Com isso aumentou-se ainda mais os conflitos internos, já agravados em decorrência da desvalorização do extrativismo da borracha. Neste momento inicia-se a transição para um processo de pecuarização imposto pelos planos de governo, que, considerando a região de extremo isolamento, impuseram programas e projetos para tornar a Amazônia uma fronteira em expansão. Criava-se com isto as condições para o grande capital explorar o potencial de recursos em áreas prioritárias (RÊGO, 2002).

O modelo de desenvolvimento imposto à região veio revestido de medidas e ações voltadas a promover a instalação dos grandes projetos, a abertura de estradas como vias de circulação e programas de incentivos fiscais, o que facilitou o aparecimento de grandes propriedades e o desenvolvimento da pecuária na região.

Para dar sustentação aos grandes projetos e para amenizar questões sociais que estavam ocorrendo em outras regiões do país, foram criados vários projetos de assentamento, nos quais foram depositadas familias procedentes do sul, sudeste e nordeste do país. Tais assentamentos foram utilizados para dispersar a população e diminuir a pressão social por que passavam essas regiões. Esse processo promoveu a vinda de populações com características culturais totalmente adversas às condições locais.

As consequências desse processo geraram graves conflitos pela posse da terra, expulsão dos posseros, seringueiros e ribeirinhos de suas posses causando um grande e desordenado crescimento urbano.

Na década de 80, surge grande discussão em torno da questão referente à expansão ocupacional da Região Norte no contexto nacional. Os debates sobre desenvolvimento, ocupação e integração, característicos dos anos 70, passam a somar a um emaranhado de questionamentos sobre as consequências da ocupação no que se refere às questões ligadas ao ambiente e às sociedades locais.

À medida em que as políticas de governo foram sendo implantadas e as demandas por propriedades cresciam, os conflitos entre os moradores tradicionais da floresta e os novos migrantes também cresciam. Em muitos casos, as tensões políticas, econômicas e sociais associadas com o direito à propriedade e ao uso da floresta irromperam na forma de violência física.

> “Tratava-se de transformar a Amazônia numa região que propiciasse a acumulação capitalista intensa e generalizada, política esta, instituída com a

> ditadura que resultou no golpe de Estado de 1964; tratava-se de transformar a Amazônia em uma região produtora para os mercados nacional e externos, de modo a favorecer inclusive a capacidade de endividamento externo pelo modelo econômico adotado. Daí o intenso e generalizado crescimento extensivo do capitalismo ocorrido na região" (IANNI, 1986, p. 228).

Ainda nesta perspectiva, Schaefer (1985, p. 168/169).destaca que:

> "Entre os principais aspectos considerados negativos na ocupação da Amazônia, destacam-se os conflitos pela posse da terra e as devastações predatórias da floresta Amazônia, ambos fruto da ausência de uma política fundiária, florestal e migratória coerente. Os focos de tensões sociais antes localizados no Nordeste e potencialmente no Sul, agora surgem contra as expectativas governamentais, também nas novas fronteiras".

A integração nacional, no que se refere à Amazônia, especificamente quanto aos seus acertos e desacertos, propriedades e impropriedades, bem como aos impactos positivos no processo de integração, registra também aspectos louváveis, conforme destaca Schaefer, (1985, p.174, in: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23/11/80, p.33):

> "O governo brasileiro, reconhecendo timidamente seus erros na política migratória oficial, florestal e fundiária e pressionado por movimentos ecológicos, nacionalistas e pelos conflitos gerados na região, começa a se preocupar com o futuro do outrora 'inferno verde'. Há um projeto de lei em tramitação visando frear o desmatamento desordenado, a destruição da chamada floresta em terra firme, localizada secularmente no solo mais pobre e vulnerável da Amazônia".

Schaefer (1985) prossegue registrando outros aspectos positivos no processo de ocupação da Amazônia, como se verifica a seguir:

> "A criação do PROZAM – Programa de Zoneamento Ecologico-Eonomico da Amazônia que prevê a criaçao de duas grandes florestas nascionais destinadas a exploraçao comercial de madeiras de grande valor comercial e industrial; criaçao do fundo de reposiçao e conservaçao florestal da Amazonia e a criaçao de unidades geograficas chamadas de Unidades de Peoteção e Unidade de Conservaçao, classificadas em cinco tipos: floresta nativa, parque de caça, parque natural, reserva de fauna e monumento cultural. A intenção do governo é impedir em tempo que aconteça na Amazonia o que aconteceu no Paraná e agora em Rondonia: um desmatamento total e cego"

1.3 – O Rodoviarismo e a Integração da Amazônia no Circuito Brasileiro

Na tentativa de diminuir os efeitos das disparidades regionais, o governo buscou resgatar cinco Eixos Nacionais de Desenvolvimento: Oeste, Norte-Sul, Nordeste, Sudeste, e Sul; além de dois eixos de projeção continental, formados por uma saída para o Caribe e outra para o Pacífico.[5]

A grande contribuição prestada pela Transbrasiliana foi o aumento do fluxo migratório, como os que se originam na região Nordeste, incrementando também os fluxos do centro-sul para o norte. Além disso, abriu os mercados do sudeste para produtos regionais, como é o caso do arroz, trazido em geral como carga de retorno dos caminhões que demandam Belém (VELHO, 1972).

No que se refere à rodovia Brasília-Acre, hoje denominada de BR-364, esta foi concebida no período Getulista e implantada no governo de JK. Vinha então como parte integrante do Programa de Metas[6], que visava transformar a estrutura econômica do país a partir da criação de indústria de base e de reformulações reais de interdependência com o capital mundial. Kubitschek, em sua opção política de desenvolvimento, consolidou e expandiu o capitalismo dependente ou associado, durante os anos de seu governo, de 1951-1960 (IANNI, 1986, p. 160).

Criada governo de Castelo Branco (1966), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), uma autarquia federal tinha como finalidade promover o desenvolvimento da região amazônica, gerando incentivos fiscais e financeiros para atrair investidores privados, nacionais e internacionais. Em 1967, no mesmo governo, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para administrar a Zona Franca de Manaus. À SUFRAMA caberia a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional que utilizasse de forma sustentável os recursos naturais assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais, integrando a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro comercial e agropecuário e isenção de impostos (BECKER, 1990).

---

[5] BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento:** portifólio de oportunidades de investimento: energia e transportes. Brasília: MP, SPI, (2000. 57 p).

[6] Programa de Metas: foi cria pelo Governo de Foi criado em 1956, quando o governo de Juscelino Kubitschek assume o poder no Brasil, a chamada fase desenvolvimentista. Esse Plano tinha com objetivo "crescer cinquenta anos em cinco", desenvolvendo a indústria de base, investir na construção de estradas e de hidrelétricas fazendo crescer a extração de petróleo, para que o Brasil pudesse se transformar em num país industrializado. O Plano foi dividido em 31 metas para 5 setores da economia brasileira dentre eles estão: energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação.

Outros programas e projetos constituídos como estratégias de ocupação da Amazônia foram criados nos governos de Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979), Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), dos quais se destacam:

- Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia, em 1968, para supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético;
- Incentivos Fiscais – SUDAM, em 1968, para promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas;
- Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, para estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDENE e da Sudam;
- Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA), em 1970, para promover a capitalização rural;
- Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, para executar a distribuição controlada da terra;
- Programa de Pólos Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), em 1974;
- Grupo Executivo de Terra do Araguaia e Tocantins (GATAT) e Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM), em 1980, para regularização fundiária, discriminação de terra e distribuição de títulos;
- Programa Grande Carajás (PGC), em 1980, para explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região;
- Polonoroeste, em 1981, para promover a pavimentação da BR 364 e a sua colonização;
- Projeto Calha Norte, em 1985, para, oficialmente, assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir aos índios; Projeto 2010, em 1987, para implantar rede hidroelétrica para estimular o desenvolvimento industrial da região;
- Programa Nossa Natureza, em 1988, para rever a legislação ambiental para a região e promover o zoneamento agroecológico na Amazônia.

Todos esses programas e projetos utilizados como estratégias de ocupação e integração da Amazônia com as outras regiões do Brasil são determinados pelo modo de produção imposto pela economia capitalista, que, imprimindo um modelo de desenvolvimento para as regiões, estabelece as estratégias a serem adotadas, sendo os estados nacionais agentes primordiais na produção do novo espaço. Na verdade, o povoamento da Amazônia a partir da

colonização se faz sempre em custos devassadores, vinculados à expansão capitalista mundial (BECKER, 1990).

O programa "Brasil em Ação" (1999), do governo Fernando Henrique, agregou ao plano o gerenciamento de grandes empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento. Os eixos estratégicos de integração, definidos no início do mandado, destacam os investimentos em transporte, energia, telecomunicação e novas tecnologias (ALMEIDA, 2004).

Vale lembrar que os eixos estratégicos de integração identificados no plano de governo de FHC, seguem, em grande parte, no que se refere aos programas de transporte, o que havia sido traçado nos anos 50.

Essa mesma estratégia continua sendo desenvolvida no governo Lula, que, desde 2003, segue executando as ações contidas no Projeto IIRSA - Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana.

O projeto de integração das Américas foi muito discutido por Orlando Valverde, fundador do CNDDA nos anos 70, quando do estudo realizado pelo Instituto Hudson[7], que idealizou a integração das Amaricas a partir de um sistema sul-americano de grandes lagos e construção de rodovias como a "Carretera Marginal de La Selva" idealizada por mandatário peruano, e quando pronta ligaria a Colômbia e Venezuela a Santa Cruz na Bolívia, passando pelo Equador e Peru se prolongando mais tarde até a Argentina (OLIVEIRA, 1988).

Como se percebe, o projeto de integração das Américas tem buscando, sobretudo, a integração econômica das Américas sendo hoje materializada por meio da implantação do projeto IIRSA.

1.4 – A Integração Sul-Amaricana no Momento Atual

[7] Instituto Hudson, era vinculado ao Pentágono NOS Estados Unidos, foi encarregado de elaborar o projeto de grandes lagos, rodovias e canais de navegação, que a partir do "Plano EUDES", nome do engenheiro que idealizou e apresentou o projeto para a construção de uma grande barragem em Óbitos no Pará cuja capacidade poderia gerar 70.000.000 kw de energia. A proposta apresentado pelo Instituto Hudson era composta por vários projetos que são: "O projeto Chocó, ligando as bacias do Atrato e do San Juan, na Colômbia, tendo em mira duplicar o canal do Panamá; O projeto Pimichin, ligando o Orenoco ao Rio Negro, na fronteira enezuelano-brasileira, de modo a permitir uma via navegável, entre aquele rio e o Amazonas, melhor que a do canal Cassiquiare (natural); O projeto Grande Lago Amazônico, barrando o Rio-Mar num ponto que seria em Óbidos ou Monte Alegre; O projeto designado vagamente pelo título Regiões remotas do Leste da Bolívia, visando a ligar os rios Guaporé e Paraguai; O projeto La Araracuara, no Caquetá (chamado Japurá, no Brasil), barrando esse rio no sul da Colômbia, até às fraldas dos Andes; O projeto Amazonas Peruano, barrando o curso médio do Ucaiáli, no Peru" (VALVERDE, 1971:22).

No Brasil, há uma compreensão que tomou impulso a partir dos anos 50, e que perdura até hoje, que é de considerar a Amazônia como um vazio demográfico a ser ocupado e, para que ocorra sua integração às outras regiões do Brasil, faz-se necessária a implantação de uma malha rodoviária capaz de interligar as principais cidades/capitais da Amazônia.

No entanto, a integração projetada e em curso no Brasil assume exponencialmente "posição-chave frente às prioridades econômicas e geopolíticas de ordem interna e externa" (Becker, 1990 p.12). Como se sabe, a Amazônia brasileira é uma área imensa, que abriga um contingente de migrantes oriundos de regiões com forte tensão social. Um mercado em potencial, com possibilidade de ampliação e com estoque de recursos naturais a ser explorados pelo capital nacional e internacional. É ainda uma vasta área de fronteira exposta e vulnerável à ação de exploradores dos recursos florestais e minerais existentes.

O Brasil assume posição privilegiada nesse momento. Possui a maior economia da América do Sul; um imenso potencial de consumidores; um parque industrial moderno e ainda tem um estoque de recursos naturais a ser explorado. Nesse momento, a estratégia brasileira tem sido a internacionalização das empresas nacionais, estimulando-as para uma atuação muito além das fronteiras.

Para tanto, o governo brasileiro propõe a articulação de um Programa de Desenvolvimento Integrado Pan-Amazônico que, no plano interno, busca a implantação de redes de integração espacial, desenvolvendo a intermodalidade do transporte como estratégia para a competitividade das grandes empresas. Redes rodoviárias nacionais e intrarregionais são ampliadas e implantadas redes de telecomunicação modernas, estendidas às mais diversas cidades do interior amazônico.

O projeto IIRSA surge como iniciativa para a integração comercial da região Sul-Americana. Articulada no governo do FHC, a partir de um estudo feito pelo BID, e apresentado aos 12 países da América do Sul em uma reunião realizada em Brasília em 2000, resultou na formalização de um acordo internacional.

O acordo, do qual são signatários Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, Bolívia, Venezuela, Guiana, Equador, Colômbia, Suriname e Chile, visa o desenvolvimento de um projeto para a implantação de grandes obras estruturantes na Pan-Amazônia, garantindo a integração energética, a intermodalidade do transporte e a telecomunicação através da implantação de grandes obras de infraestrutura.

Para a Amazônia brasileira a estratégia da intermodalidade proporcionará a competitividade das grandes empresas, que terão seus produtos transportados utilizando um sistema de transporte menos oneroso.

O governo do presidente Lula considera a integração econômica da América do Sul como de fundamental importância para a economia do Brasil. O PPA 2004/2007 enfatiza que o destino das regiões depende de uma dimensão nacional relacionada à América do Sul e ao conjunto da dinâmica internacional. Isto demanda uma estratégia de fortalecimento e de integração da logística de infraestrutura na América do Sul e na construção progressiva de um destino comum para o continente.

Numa perspectiva desenvolvimentista eminentemente econômica, foram determinadas as construções de corredores de transporte (hidrovias e rodovias), sem, no entanto, solucionar questões de carateres ambientais, dos recursos naturais, fundiários, indígenas e de desenvolvimento local.

Para além das especulações, o que poderá ser transportado por esses corredores serão tão somente as commodities, produtos homogeneizados e padronizados, cujos preços são normalmente formados em bolsas de mercadorias do país de origem ou do exterior, restando para as regiões atingidas apenas o ônus de ser um canal para o escoamento de produtos, consequentemente uma região tributária, servindo apenas para engrossar outros mercados, deixando para os estados e municípios um pequeno filete que, de acordo com a velocidade, poderá causar sérios problemas socioambintais.

Vale considerar que a Amazônia é portadora de um importante estoque de recursos naturais (jazidas de minerais, terras férteis e água), e ainda diversos outros tipos de produtos semiprocessados e processados, de origem agropecuária ou vindos das atividades de mineração, que são de interesse do grande capital.

Dessa forma, determinada região de influência dos eixos de integração concentram os maiores investimentos, garantem as condições necessárias para a instalação das grandes empresas, proporcionam o reordenamento do território (polarização de regiões), provocando fragmentação social e territorial no interior de cada região de um mesmo país e entre os países.

O projeto IIRSA prevê integrar os mercados produtores e consumidores, o que significa a livre circulação de mercadoria e, obviamente, o acesso aos recursos naturais para o grande capital, haja vista que a Pan-Amazônia encerra em si incontestável estoque.

Sem dúvida, a abertura de marcado entre os países vizinhos é de fundamental importância. No entanto, a integração regional abrange diversos processos e dimensões nas relações entre os países. Esses vão além dos processos econômicos, culturais e políticos, alçando aspectos inclusive socioambientais. Portanto, é um tema amplo e complexo, que envolve diversas fases de intervenção dos Estados Nacionais e de suas respectivas sociedades,

congregando diferentes interesses sociais em disputa no interior de cada país e entre os países (SILVA, 2004).

Igualmente, o mundo vive um momento histórico em que consiste na valorização da natureza, ao passo em que a implantação de grandes investimentos e aberturas comerciais entre países requer a existência de processos harmônicos de conversão para mudanças de políticas externas e criação de marcos regulatório que flexibilidade a legislação ambiental, para que não ocorra empecilho na construção das grandes obras.

A região Amazônia é estrategicamente importante para a ligação Leste-Oeste e Norte-Sul, concentrando grandes investimentos em áreas de estoques de produtos como gás, petróleo, madeira etc. A produção agropecuária concentrada na Amazônia brasileira representa cerca de 150 milhões de cabeça de gado, pronta para atender o mercado vizinho.

Atentos a tudo isso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Cooperação Andina de Fomento (CAF) fecharam acordo de cooperação para criar condições, aumentando os financiamentos para a formação de *joint-ventures* entre empresas brasileiras e as empresas dos países andinos, na construção de obras e comércio entre os países.[8] A execução de obras em uma perspectiva integrada significa a associação de capitais para executar obras nos vários países.

> A trama dos sistemas de engenharia perfaz-se com a construção de rodovias modernas. Se outrora havia a necessidade de implantar sistema de objetos que assegurasse a produção e, por conseguinte, seu escoamento para o estrangeiro, hoje os sistema de engenharia devem garantir primeiro a circulação fluida dos produtos, para possibilitar a produção em escala comercial. É a circulação, em sentido amplo, que viabiliza a criação e a continuidade das áreas de produção (SANTOS, 2005 p. 64).

Os conflitos e desafios socioambientais gerados com a construção das grandes obras de engenharia fazem parte da vida cotidiana das populações. Os conflitos estão em todas as esferas da vida humana, sejam elas econômicas, políticas, psicológicas, religiosa, cultural, social ou, como é o caso do nosso estudo, socioambiental. Como bem observa Little (2001, p 107), “O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos”.

[8] http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/ascom/noticias/noticia.php?cd_noticia=4926

1.5 – A Integração Regional na Amazônica Brasileira

A integração amazônica constitui uma complexa realidade. As relações estabelecidas envolvem um conjunto de fatores que, buscam a efetivação de um mercado global. Para Santos (2005, p.52) “O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens”.

O processo que tenta promover, de forma planejada, a integração regional da Amazônia, em momentos passados e atuais, guarda registros históricos de grandes conflitos tendo sempre como ator-impulsionador projetos como Calha Norte, hidrovias, rodovias e hidroelétricas. Como registra Becker (1990), entre 1968 e 1974, o Estado brasileiro implantou a malha técnico-política na Amazônia, visando a completar a apropriação física e a controlar o território por meio de uma poderosa estratégia denominada *Redes de Circulação Rodoviária*.

Trata-se de uma fase de grandes projetos que buscam alavancar o desenvolvimento a qualquer custo, viabilizando e favorecendo os interesses das grandes empresas nacionais e multinacionais, em detrimento das populações que registram na Amazônia as mais diversas formas de vida, dissimulando a existência de intensos conflitos gerados no território no passado e nos dias atuais.

Nesta perspectiva, afirma Becker (2008, p. 25):

> “Essa fase foi marcada por intensos conflitos sociais e impactos ambientais negativos. Conflitos de terra entre fazendeiros, posseiros, seringueiros, índios, desflorestamento desenfreado pela abertura de estrada, exploração de madeira seguida da expansão agropecuária e intensa mobilidade espacial da população são impactos por todos conhecidos e pela historia registrados”.

Estes elementos são relevantes quando se busca analisar e compreender a questão da integração regional contemporânea na Amazônia, tendo como finalidade evidenciar o processo de integração e seus desafios. Tal questão, de acordo com Becker (2008, p.26) “envolve mudanças estruturais, malha socioambiental, estrutura de apropriação do território geradora de impactos negativos, tais como conflitos de terra e de territorialidade e conflitos ambientais”.

A situação requer processos de construções que necessariamente implicam na “formação de um vetor tecnológico, demarcação de terras indígenas, multiplicação e consolidação de unidades de conservação, projeto de gestão integrada nos estados, projetos demonstrativos e capacitação de quadros do zoneamento ecológico econômico” (Becker, 2008, p.26).

No que se refere ao processo de integração amazônica, o que podemos visualizar são as potencialidades que atraem os investimentos e provocam grandes impactos. Tudo isso visando à exploração de riquezas naturais, em nome do “desenvolvimento” que tem gerado resultados questionáveis. E nesse cenário de grandes projetos, que esta BR 317, que, partindo do município de Boca do Acre/AM e passando pelo município de Senador Guiomard/AC, chega ao município de Assis Brasil/AC e, daí, adentra ao departamento Madre de Dios, no Peru, no âmbito do projeto da estrada do pacífico; a BR 364, no Estado do Acre, ligando o município de Sena Madureira ao de Cruzeiro do Sul; á ponte sobre o rio Madeira; a BR 319, ligando o município de Porto Velho ao de Manaus; a BR 163, ligando o município de Cuiabá a Santarém; BR 174, que liga o município de Manaus/AM a Boa Vista/RR; Aeroporto de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre; Complexo hidrelétrico do rio Madeira, no Estado de Rondônia; linha de transmissão de energia elétrica, ligando o Estado de Rondônia ao Mato Grosso; Corredor Turístico Acre/Peru; Ferronorte Norte Sul, no Estado de Tocantins; BR 230, ligando Marabá a Altamira, no Estado do Pará.

Na verdade é o avanço de redes de integração espacial que reforça a centralidade na Amazônia e suas linhas externas no âmbito dos projetos de desenvolvimento, implantados no Brasil irradiando para os países vizinhos.

Todo esse conjunto de investimentos, que totaliza 6,2 bilhões de reais, previsto para viabilizar os empreendimentos mencionados, configura, na Amazônia, o estabelecimento de um cenário relativamente articulado com o processo atual de integração sul-americana.

Ao contrário do período de 1950 a 1970, em que entre as vias de integração na fronteira Amazônica predominava a via fluvial, na primeira década do século XXI, com as vias de integração nesta região, já em fase avançada de consolidação, predominam as vias terrestres, as quais trazem consigo desafios socioambientais que a história já registra como sendo causadoras de grandes impactos para as populações rurais e urbanas e, principalmente, para o meio ambiente.

Capitulo II – A Influência da Abertura da Estrada para a Integração Regional no Sul Acreano

A territorialidade do capitalismo no Brasil apresenta característica ascendente e de concentrado poder de apropriação e controle dos recursos naturais. “A acumulação capitalista requer efetivamente escala ampla de produção, novos espaços sociais para a exploração do trabalho, mas também novos espaços físicos a valorizar” (ACSELRAD, 2001 p.76).

É a partir da década de 60, que o Estado brasileiro assume efetivamente o planejamento de caráter regionalizado. Isso se dava na tentativa de modernizar rapidamente a sociedade e o território brasileiros, incluindo assim a “ocupação” da Amazônia como solução para os problemas de tensões sociais, vivenciados internamente país em função da modernização da agricultura (BECKER, 2001 p. 9).

A expansão do capital age de forma imperativa, pressionando para o surgimento de padrões que consistem na divisão territorial, espacial e de exploração do trabalho, exigindo rápida “intermediação do estado” para efetivação de investimentos e implantação de políticas públicas que, no caso brasileiro, se tornam mais intensas com a transferência da capital brasileira para o Planalto Central. A partir daí, há um sistema radial de rodovias que atinge todas as regiões do Brasil.

Esse Sistema Radial de Rodovias, que alcançou o Acre, provocou impactos em todo o Estado, em especial na parte leste, rota Norte Sul. Trata-se do espaço produzido com a construção da BR 317, que partiu de Boca do Acre no Amazonas até o município de Assis Brasil no Estado do Acre, limite entre Brasil, Peru e Bolívia. A abertura desta estrada contribuiu para a geração de conflitos com os habitantes locais, e causando vários impactos ao meio ambiente no que diz respeito à cobertura vegetal, solo, recursos hídricos e ecologia, com destaque para a chegada de maior número de populações humanas.

2.1. O Acre no Contexto Regional e a Integração Nacional Frente às Principais Políticas Públicas Implantadas no Território.

Os primeiros habitantes às margens do rio Acre, são registrados a partir de meados do século XIX, quando duas grandes frentes migratórias dirigem-se para a Amazônia. Uma segue em direção leste-oeste, sendo formada por brasileiros que avançavam subindo os rios, desde a

foz do rio Amazonas, percorrendo seus afluentes até as cabeceiras. A outra, formada por peruanos, seguiu sentido oeste-leste, buscando a extração da goma retirada do caucho[9] (TOCANTINS, 1961)

Brasileiros e peruanos à procura da extração de seringa e do caucho, subindo ou descendo rios, buscando encontrar o valioso produto, que posteriormente vai gerar enorme riqueza para poucos. Os peruanos, de forma nômade, percorreram toda a região, uma vez que a maneira de extrair o caucho os levava a buscar áreas cada vez mais distantes, sem fixarem residência duradoura. Para Tocantins (1961 p. 713), tratava-se de "uma singularidade a destacar nos cauchais que se situaram nessas ínvias paragens [...], ao contrário do que aconteceu mais ao norte, com os seringais maciçamente ocupados pelos brasileiros".

A forma como cada uma dessas frentes extraia o produto da *Hevea brasiliensis* determinou a formação de "tipos humanos diferentes, métodos de extração diversos, modos de vidas peculiares" (TOCANTINS, 1961). Os brasileiros que exploravam a seringa fixaram-se nos seringais ao longo dos rios Purus, Acre e Iaco. Os peruanos à procura do caucho perambulavam em toda a região, como narra Tocantins: "Os filhos do país incaico transpuseram o Ucaiale, espraiaram-se pela sua margem direita, indo alcançar as manadeiras do Purus, do Juruá, do Javari".

Assim, com os percalços que a história nos proporciona conhecer, o processo de ocupação da região, com brasileiros e peruanos sedentários e nômades, desbravadores da imensa floresta, se inicia um novo ciclo. Mais tarde, com o processo de industrialização da borracha, frentes seringalistas latifundiárias, originárias de uma oligarquia brasileira, fixaram residência nos seringais trazendo consigo milhares de nordestinos para trabalhar na produção da borracha.

> A contribuição humana que persistiu na constância de levas imigratórias pelos anos seguintes, modificou a paisagem da região. Os machados pioneiros abriram claros na floresta e neles se erguiam barracas e barracões à beira dos rios, ou no isolamento da mata, onde os homens se internavam para extrair o leite de seringa. (TOCANTINS, 1961 p. 131)

A história de ocupação das terras acreanas está relacionada à exploração do látex, com início em meados do século XIX, quando milhares de pessoas oriundas do nordeste brasileiro embarcaram em viagem rumo aos confins do futuro brasileiro. Estas sonhavam encontrar trabalho que as tornassem ricas, e assim poderiam voltar para suas terras de origem onde

[9] O caucho produz o mesmo látex que a seringa, se diferenciado apenas no processo de extração que é realizada com a derrubada da árvore, o que torna a atividade totalmente predatória. Sua retirada ocorre com a derrubada da árvore fazendo-a sangrar todo o látex.

deixaram mulheres, filhos, enfim, seus familiares que resistiam às secas terras do nordeste brasileiro.

Este lugar chamado Amazônia é detentor de amplas reservas minerais e florestais, estruturadas numa exuberante reserva de madeiras nobres, (MARTINELLO, 2004) onde as convergências das forças econômicas direcionavam seu arsenal para ocupar e explorar as riquezas existentes.

Contudo o produto da época foi à borracha, extraída do látex da havea brasiliensis, a seringueira, produto de grande cobiça internacional na época. Muitos que aqui vieram, depois de algum tempo voltaram para suas terras de origem, contribuindo assim para a tomada de decisão de filhos e netos, quando, na segunda guerra mundial, foram obrigados a decidir entre a guerra ou a extração de borracha. Os chamados "soldados da borracha" que ao chegar à região foram entregues aos patrões seringalistas. Estes por sua vez obedeciam ao comando das casas aviadoras que eram sustentadas pelo capital internacional.

A estrutura organizacional seringalista proporcionou uma desmedida concentração fundiária da terra, de renda e exploração da força do trabalho, sendo responsável pelos violentos massacres e extermínios de povos indígenas e de trabalhadores que, insatisfeitos com as condições que lhes eram impostas, buscavam algum subterfúgio para fugir da exploração.

Com a decadência da borracha, a população viu-se obrigada a procurar alternativas para sua sobrevivência. Ficar na floresta e continuar sobrevivendo dela ou engrossar o processo de êxodo rural para a formação dos núcleos urbanos, onde se agregavam trabalhadores seringueiros e pequenos comerciantes.

Ocorre que a região do Alto Acre, concentra uma história de lutas e conflitos iniciado muito antes de 1867, quando foi selado o Tratado de Ayacucho, na tentativa de estabelecer a paz entre Brasil e Bolívia. Com a assinatura do Tratado a Bolívia pressiona o Brasil para efetivar a demarcação limites entre os países, o que só ocorre em meados do século XIX. Com a demarcação, o Brasil percebe que perderia uma extensa faixa de terra já ocupada por brasileiro, e resolve então recorrer aos princípios do "uti possidetis"[10], estabelecido no mesmo tratado (RODRIGUES, 2009).

O fato é que, com isso, os interesses dos grandes comerciantes e casas aviadoras em Manaus, veem-se ameaçados em razão da perda de produção da borracha, e somando-se a isso os interesses do governo da província do Amazonas, que sentindo o quanto poderia perder na

[10] uti possidetis: princípio de direito internacional segundo o qual conserva a posse ao ocupante de um espaço territorial mesmo que este seja contestado.

arrecadação proveniente dos impostos da comercialização de borracha, resolve investir e apoiar a luta dos ocupantes destas áreas a insurgir-se contra os bolivianos.

Por volta de 1899, tem início uma expedição brasileira para lutar pela posse do Acre. Comandada por Luiz Galvez, que ao chegar a região cria a República do Acre, instalando a capital no local onde funcionava a aduana boliviana, forçando o governo boliviano a ocupar toda a região com postos militares, na tentativa de garantir a soberania de seu país. Assim, a República de Galvez foi derrotada.

Uma grande instabilidade tomou conta da região, o governo brasileiro então buscou alguém com experiência em estratégia militar para comandar uma nova expedição. Então delegou a missão ao Plácido de Castro, um gaúcho, agrimensor formado em colégio militar que já trabalhava em demarcação de terra na região. (RODRIGUES, 2009).

Plácido de Castro em 1902, com a ajuda dos seringueiros que conheciam muito bem a floresta, eclode a revolução em Xapuri, até então povoado por bolivianos que, em agosto de 1904, já em domínio brasileiro, tornou-se vila Xapuri, passando, em 1905, a cidade e, em 1912, sede do município de Xapuri (RODRIGUES, 2009). Por volta de 1938 a extensa área do município de Xapuri, sede lugar a Vila Brasília, como inicialmente foi chamado o município de Brasiléia. Que somente alcançou sua emancipação em 1943 quando foi denominada de município de Brasiléia.

Nos anos que se seguiram, a região passa por constantes transformações políticas e administrativas, sob o controle e a intervenção direta do governo federal. A crise da borracha e as constantes interferências do governo federal fizeram surgir o movimento autonomista, primeiro no vale do Juruá e agora no vale do Acre. O movimento autonomista tentava tornar o Acre independente, demonstrando o descontentamento com a forma administrativa centralizadora do poder central, que pouco contribuía com a região.

Com a estagnação da produção da borracha (1950-1960) e a empresa seringalista em processo de falência, a região vê-se obrigada a diversificar sua produção. A população recorre a alternativas econômicas para sobreviver, incorporando a lavoura de subsistência, produzindo milho, arroz, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, tabaco, café, extraindo outros produtos florestais como cacau, coco, óleo de copaíba, óleo de andiroba e jarina, recorrendo também à comercialização de pele seca de animais silvestres (Aquino & Iglesias, 1994, P. 15). “As características da base econômica e dos problemas sociais, da região do vale do Acre se interligam a um conjunto de transformações estruturais a partir dos anos 60” (STCP, 1996, p. 7.147).

> Na condição de posseiro, o seringueiro, á medida que foi se libertando das relações de produção compulsória do sistema de aviação nos seringais, passou a ter maior autonomia produtiva. Sua organização de conformidade com a produção familiar camponesa, passa a afirmar-se numa maior diversificação de produtos de subsistência para suprir as necessidades familiares e, não mais exclusivamente em atividades extrativista vegetal (SILVA, 2003 p. 107).

A mudança da categoria de Território Federal para Estado do Acre, em 1962, aliado às mudanças que ocorriam no Brasil contribuiu significativamente para desencadear, na região do vale do Acre, uma série de problemas sociais, incluindo principalmente aqueles referentes à carência de serviços urbanos, face ao processo de êxodo rural ocorrido no período.

Nas décadas subsequentes, as transformações econômico-sociais na região do vale do Acre se ampliam e intensificam a falta de alternativa econômica e a falta de frentes de trabalhos recrudesceram ainda mais o deslocamento da população para a periferia da capital do Estado (STCP, 1996, p. 7.148).

O vazio deixado com a decadência da borracha leva os governantes do Estado a buscarem alternativas para os problemas sociais que ocorriam na região. E no auge da Ditadura Militar, também em decorrência das transformações estruturais que estavam ocorrendo na economia mundial, um novo processo de ocupação do território é posto em prática.

O governo militar comandou um processo de ocupação para a Amazônia, visando a integração da região ao sul e sudeste do Brasil, convocando as empresa agropecuárias para ocupar a região, instalou vários projetos de colonização, para assentar pessoas vindas de outras regiões do Brasil o que contribuiu para o aumento de conflitos em todo o Estado, o desmatamento das áreas florestadas e a desagregação de índios, seringueiros e posseiros.

A política adotada nesse período pelo governo federal, e seguida pelos governos estaduais e municipais em muito foi sustentada pelos grandes fazendeiros atraídos para a região em busca de terras produtivas, o que gerou vários conflitos com os antigos habitantes da região e contou bastante com a anuência do poder público em proteção aos latifundiários invasores.

O sistema de abertura de rodovias posto em prática na década de 60 e 70, com dois eixos rodoviários (BRs 364 e 317) interligou o Estado do Acre no sentido noroeste e leste-oeste com o centro-sul do Brasil. Intensificaram-se, nos municípios localizados no Alto Acre, o processo de ocupação nas margens da BR 317, acirrando ainda mais a disputa pela terra.

O Estado do Acre, e em particular essa região, guarda um histórico de lutas pela conquista do território. Novamente vivencia, na década de 1970, um novo momento de luta

que se agravou quando o então governador Wanderlei Dantas anuncia, em São Paulo, a venda de terras no Estado a “preço de banana”. Com um slogan no mínimo enganador “Produzir no Acre, investir no Acre, exportar pelo Pacífico era o slogan da campanha, que teve resposta imediata. Ao encerrar o mandato esse governador, em 1975, já havia propiciado a venda de pelo menos um terço das terras acreanas aos sulistas” (DUARTE, 1987 p. 56).

Esse governo ao proferir discurso no centro-sul, se referia ao Acre como “Um Nordeste sem seca e um Paraná sem geada” uma vasta área com terra fértil livre para receber investimento colocando-se à disposição, juntamente com sua equipe, para aqueles que se dirigissem ao Acre que “façam do governo do Estado o seu ponto de apoio”. Que disponibiliza toda sua equipe, a partir do governador, porque “todos estão irmanados nos mesmos propósitos de bem receber os que nos visitam e de lhes fornecer todas as indicações necessárias às suas indicações de investimentos” (SILVA, 2007, p. 122).

Da mesma forma, observa-se que os impactos causados por esta ação, vão além das atividades produtivas fomentadas na Amazônia e, especificamente, na região estudada, originou-se pelo processo de grilagem e expansão irregular de atividade agropecuária, gerando e eclodindo conflitos pela posse da terra, assim como pelo fluxo migratório dirigido à região.

Uma onda de grupos econômicos nacionais aportou na região, invadiu os seringais, derrubou a floresta, ateou fogo e semeou capim. Os chamados “paulistas”, formados por fazendeiros oriundos dos estados do sul e sudeste do Brasil, foram responsáveis pelos violentos conflitos com as populações locais, em decorrência dos grandes e constantes desmatamentos realizados para a criação extensiva de pecuária na região.

As consequências foram a expulsão dos seringueiros e índios para as periferias das cidades.

A década de 70 foi marcada pelo estabelecimento de mudanças na economia local, do extrativismo tradicional para a agropecuária, com destaque para pecuária extensiva e monocultura. As medidas desenvolvimentistas adotadas foram sempre voltadas para a promoção de atividades econômicas, agressoras aos ecossistemas da Amazônia, assim como a abertura de estradas e programas de incentivos fiscais, o que facilitou o surgimento de grandes propriedades, acelerando a implantação e o desenvolvimento da agropecuária e migração para a região.

No caso do Acre, ocorre uma corrida pela propriedade da terra, para implantação da pecuária, mas também com vista à especulação fundiária. Grandes propriedades (áreas de seringais) foram vendidas a grupos empresariais do sul e sudeste do Brasil que efetuaram

rapidamente a retirada da floresta para o plantio de pasto. Em muitos casos nem mesmo a madeira foi utilizada, sendo simplesmente reduzida a cinzas.

A confusa situação fundiária no Acre sempre representou um problema para o reconhecimento da propriedade, chegando inclusive a registrar, para a mesma propriedade, título expedido pelos estados do Amazonas e Acre, pelo antigo Território do Acre, e alguns ainda pela Bolívia. A documentação das terras, com procedências duvidosas, muitas falsificadas por cartórios locais ou com procedência da Bolívia " dificultou aprovação de um maior número de projetos pela SUDAM" mesmo assim, os incentivos "fiscais e creditícios se constituíram em um forte atrativo para o capital investir em terras acreanas" (DUARTE, 1987).

> Um dos sérios problemas que os compradores e vendedores tiveram que enfrentar, estava relacionado à questão jurídica dos documentos de propriedade da terra. Para classificar uma terra em condições legais de venda, para que o documento do vendedor fosse considerado válido**,** o INCRA teria que fazer uma discriminatória, observando a legalidade da cadeia dominial até chegar ao título de origem que poderia ter sido expedido tanto pela Bolívia e até pelo "Estado Independente do Acre" (CALIXTO et al. 1985, p. 206; in. SILVA, 2007, p. 122).

Diante desse quadro de concentração fundiária com expulsão dos posseiros, a reação do seringueiro se deu de várias maneiras. Em vários lugares do Estado a resistência foi coletiva, mas na maioria das áreas, os seringueiros com pouca orientação não resistiram à pressão e aceitaram sair de suas posses em troca de um pouco de dinheiro ou por medo de serem mortos. O STR de Sena Madureira registrava diariamente vários relatos de seringueiros que recebiam visitas de jagunços pressionando-os para a desocupação da área e ainda cobrando renda da terra (STR, 1985).

Seguindo orientações da CONTAG muitos seringueiros posseiros valeram-se do direito de posse, que garantido àqueles que tinham um ano e um dia morando em uma mesma propriedade, poderiam requerer o direito de posse. Essa ação gerou supercadastramento, ou seja, vários seringais foram loteados, áreas imensas foram adquiridas por empresas declaradas como colonizadoras, sem, no entanto, considerar a existência de posseiros e pequenos proprietários, que valendo-se dos ensinamentos vindos do movimento sindical, também fizeram seus cadastros (SILVA.1982; SILVA, 2003).

A tensão formada em razão das constantes expulsões de seringueiros de suas colocações ocasionou uma preocupação com o meio ambiente e um sentimento de proteção às áreas de seringais que estavam sendo destruídas. Estas mesmo sem proporcionar maior valor

econômico no momento, o seringueiro assume a defesa e da proteção da floresta e de sua propriedade. Isso levou ao enfrentamento com os invasores, o que na região do Alto Acre ficou conhecido como “Empate”. Em outras regiões do Estado, como no município de Feijó, os invasores foram expulsos quando ousaram aparecer para cobrar a renda da terra.

Os “Paulistas” como eram chamados na região os fazendeiros sulistas, de posse das terras, expulsaram os seringueiros que, ao deixarem suas colocações de seringa, tomaram vários destinos. Uns foram para as cidades e outros resistiram em suas colocações e permaneceram como seringueiros, recorrendo ao regatão para compra e venda de seus produtos.

Figura 02 – A luta do Sindicato pela posse da terra

A Mulher do Sindicato

Os sulistas que adquiriram as terras do seringalista Zeca Paixão, no Alto Acre, jamais pensaram em dificuldades para "limpá-las" dos posseiros que viviam ali há dez, vinte, quarenta anos. A prática de expulsões por simples ameaça ou através de indenizações irrisórias, sob pressões, tinha sido eficaz em outras regiões do Acre, e não haveria de ser diferente naquela cabeceira de rio, nas proximidades da estrada entre Brasiléia e Assis Brasil. Pelo menos duas dezenas de posseiros já haviam cedido à eficiência do "método", os desmatamentos e pastagens já avançavam, segundo as orientações dos novos proprietários, e no máximo eram previstos aborrecimentos que um capataz durão saberia contornar. O aparecimento de uma mulher, dona de uma colocação, que sabia luter por seus direitos e arregimentar pessoas, falando em resistir foi, para eles, algo absolutamente inusitado, diante do qual só lhe restavam ceder um pouco, para não correr o risco de perder muito.

Valdizia Alencar de Souza era, na verdade, apenas uma mulher decidida, que aprendera a lutar pela via do sofrimento. Nascida às margens do rio Macauã, com treze anos já estava casada e com 35 era mãe de 15 filhos, dos quais restariam apenas 6 vivos, e somente dois em sua companhia. Ela mesma diz que nunca teve medo de enfrentar os problemas, talvez por ter assimilado a coragem dos índios Maronauas, no meio dos quais viveu parte de sua vida. Nesse tempo morava na praia, nas cabeceiras do rio Acre, "onde se atravessa com uma passada".

"Bolando nesses seringais — diz ela — fomos morar, eu, meu marido e meus filhos no seringal "Sacado", que pertencia ao seringalista Zeca Paixão. Meu marido e eu fizemos estrada de corte, um pequeno campo e távamos começando a levantar uma casa quando as terras foram vendidas para uns paulistas. Eles começaram a derrubada da mata, iam derrubando e tomando devagarzinho as colocações. Aí a seringueirada ficou revoltada, porque procurava os seus direitos e não encontrava".

Procurar direitos foi exatamente o que Valdizia fez melhor que os outros. Depois que os sulistas foram à sua colocação dizer que não devia plantar mais nada e aguardasse uma indenização para abandonar as terras, não sossegou mais. Primeiro tentou reunir 10 seringueiros para vir a Rio Branco procurar as autoridades, mas só encontrou "esmorecimento". Depois decidiu sair sozinha, para expor a situação ao Incra. "Uma doutora que me atendeu virou prá mim e disse que o que Castelo Branco tinha assinado e

Médici confirmado não tinha mais valor nenhum".

«a seringueirada reunida»

Coincidiu com a fase aflitiva de dona Valdizia a instalação em Rio Branco da delegacia regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), órgão de defesa do homem do campo, que a partir de novembro de 1975 criaria sindicatos de trabalhadores rurais no Acre. O delegado da Contag prometeu ir à sua "colocação" reunir com os posseiros, e Valdizia voltou ao seringal para fazer a arregimentação do pessoal.

Ela recorda: "A seringueirada reunida, foi aquela animação. Uns ainda tinham dúvida de que alguém vinha fazer algo por eles. A não ser o padre, nunca ninguém tinha entrado naquelas brenhas prá falar com seringueiro. Diziam que de conversa fiada e promessa estavam de barriga cheia. Quando a Contag chegou, foi aquele burburim. Fiquei tão emocionada e chorei. A reunião aconteceu e ficou marcado o dia 21 de dezembro para a fundação do Sindicato Rural de Brasiléia".

Três mil seringueiros, posseiros e agricultores compareceram à fundação do Sindicato, do qual Valdizia foi a principal articuladora. Apesar das limitações que tem dentro da atual estrutura fundiária brasileira, o órgão conseguiu fazer valer alguns direitos dos posseiros. Muitos deles garantiram o seu lote, com a intervenção do Sindicato. Valdizia, contudo, por ironia do destino, trilharia por conta própria o caminho daqueles que, expulsos do campo, vinham formar o cinturão de miséria da capital. Deixou o marido e, com dois filhos pequenos, veio morar no bairro Aeroporto Velho, em Rio Branco.

«eles são assim»

Todos os moradores do bairro sabem onde é o barraco de Valdizia. "A qualquer hora do dia ou da noite — conta um morador — ela está sempre pronta para ajudar o pessoal daqui. Alguém que vai ter um filho, ou que está doente, sempre conta com a sua ajuda". Essa mulher que agora tem 39 anos, mantém vivo o seu espírito de liderança já testado nos seringais, e não apenas carrega seus companheiros de infortúnios para os hospitais, com sua desenvoltura. No seu dia-a-dia, totalmente tomado por atividades que devem garantir sua sobrevivencia e de dois filhos, ela ainda encontra momentos para refletir sobre a miséria do bairro, analisando situações com lucidez surpreendente, que talvez não seja comum em muitos letrados da região: "A maioria desse pessoal que mora aqui, depois de expulso do seringal — esclarece — tá aqui penando. Não é vivendo não, é penando mesmo. O sr. (repórter) não sabe a fome que passam. A miséria aqui é grande, é prá isso que as autoridades têm que olhar".

Mais do que qualquer outra pessoa, dona Valdizia está autorizada a falar de seu povo, de seu sofrimento, de suas lutas e decepções. Ela emite opinião sobre os políticos, com indisfarçável amargura: "eles são assim, na época de eleição, tomam café com a gente, entram na casa do pobre, sentam na mesa e comem; depois desaparecem. Das duas uma: ou não conhecem os nossos problemas, ou fazem que não conhecem. O certo é que estão muito longe do nosso dia-a-dia. Por exemplo, nós passamos por todo esse problema de ter que vir para a cidade, perdendo as terras, e não conheço nenhum político que tenha apoiado os seringueiros".

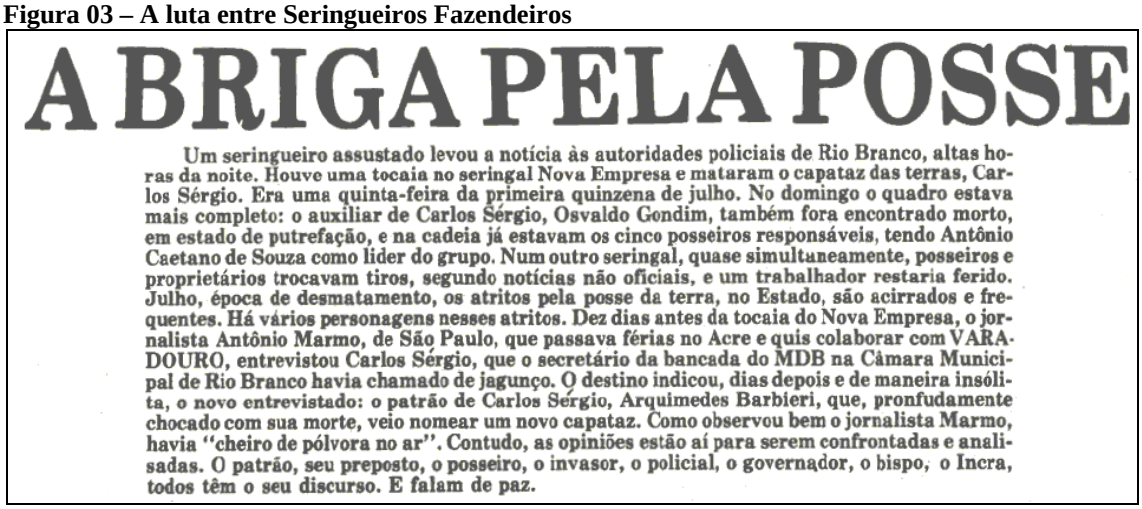
Olhos muito vivos, um sorriso largo que não foi contraído pelo sofrimento e miséria, Valdizia, cidadã riobranquense, passa a mão na cabeça dos filhos dizendo "vou educar esses dois", e o faz de uma maneira que ninguém, mesmo os que não a conhecem, poderia duvidar.

Fonte: Jornal Varadouro, agosto de 1977.

No entanto, a grande maioria de seringueiros expulsos pela pecuária ou pela especulação fundiária se dirigiu para as cidades. Rio Branco foi o centro urbano que mais recebeu população procedente dos seringais servidos pelas BRs 364 e 317, região preferida pelos pecuaristas e consequentemente mais afetada pelas expulsões de seringueiros.

Os "empates" [11] eram realizados sempre no verão - época das derrubadas - quando os extrativistas se reuniam e, de forma coletiva e pacífica, impediam a ação dos peões, encarregados da derrubada. Formavam barreiras humanas de homens, mulheres e crianças e avançavam impedindo a continuação da derrubada, sensibilizando os trabalhadores, que em seguida abandonavam o local.

Figura 03 – A luta entre Seringueiros Fazendeiros



A BRIGA PELA POSSE

Um seringueiro assustado levou a notícia às autoridades policiais de Rio Branco, altas horas da noite. Houve uma tocaia no seringal Nova Empresa e mataram o capataz das terras, Carlos Sérgio. Era uma quinta-feira da primeira quinzena de julho. No domingo o quadro estava mais completo: o auxiliar de Carlos Sérgio, Osvaldo Gondim, também fora encontrado morto, em estado de putrefação, e na cadeia já estavam os cinco posseiros responsáveis, tendo Antônio Caetano de Souza como líder do grupo. Num outro seringal, quase simultaneamente, posseiros e proprietários trocavam tiros, segundo notícias não oficiais, e um trabalhador restaria ferido. Julho, época de desmatamento, os atritos pela posse da terra, no Estado, são acirrados e frequentes. Há vários personagens nesses atritos. Dez dias antes da tocaia do Nova Empresa, o jornalista Antônio Marmo, de São Paulo, que passava férias no Acre e quis colaborar com VARADOURO, entrevistou Carlos Sérgio, que o secretário da bancada do MDB na Câmara Municipal de Rio Branco havia chamado de jagunço. O destino indicou, dias depois e de maneira insólita, o novo entrevistado: o patrão de Carlos Sérgio, Arquimedes Barbieri, que, profundamente chocado com sua morte, veio nomear um novo capataz. Como observou bem o jornalista Marmo, havia "cheiro de pólvora no ar". Contudo, as opiniões estão aí para serem confrontadas e analisadas. O patrão, seu preposto, o posseiro, o invasor, o policial, o governador, o bispo, o Incra, todos têm o seu discurso. E falam de paz.

Fonte: Jornal Varadouro, agosto de 1977.

Em 1976, com a nova divisão política municipal no Estado, foram criados os municípios de Senador Guiomard e Plácido de Castro desmembrados do município de Rio Branco; Manoel Urbano desmembrado de Sena Madureira; Mâncio Lima, de Cruzeiro do Sul e, por fim, Brasiléia perde sua parte ocidental para o atual município de Assis Brasil. Tudo isso ocorre no instante em que se instala a expansão da fronteira agropecuária no Estado e "A maioria dos seringais já tinha sido vendida a investidores faraônicos, e a presença do migrante centro-sulista já é deveras notada" (SILVA, 2003 p. 80).

Os projetos de assentamento abrigaram pessoas do sul, sudeste e nordeste do país. Promovem novamente a vinda de populações de outras regiões do Brasil com características culturais e hábitos produtivos diferentes.

[11] Empate: ato de impedir a derrubada da floresta. Utilizado por seringueiros na região do Alto Acre, para evitar o desflorestamento e queimada das colocações de seringa.

> Eles chegaram há pouco tempo. Loiros de olhos azuis, fala cantada, costumes diferentes, só pensando em plantar café. Paranaenses, catarinenses, gaúchos, capixabas e outros, Chegaram com a "corrida da terra", a partir de 1970, atraídos pela miragem de terras férteis e baratas na Amazônia. Alguns conseguiram terras onde plantaram a vila Capixaba e dos Paranaenses, outros não chegaram ao local traçado, pois a malaria, a fome e a miséria cortaram seus passos [...]. São os novos migrantes que se arrastam numa profissão dolorosa [...]. por traz de cada uma, há sempre uma trapaça de algum "gato" ou "grileiro" astuto (JORNAL O VARADOURO. 1991).

A corrida de um contingente populacional do centro-sul e do nordeste do Brasil para a Amazônia, guiada, sobretudo pela propaganda oficial que garantia ser um novo eldorado, de riqueza fácil e terras férteis, seguindo a velha política no direcionamento de populações pioneiras que serviram para "amansar" a terra para a expansão do grande capital. Garantindo o exército de reservas para a incorporação da Amazônia aos interesses capitalistas (RODRIGUES, 2009).

Isso levou a uma completa mudança na atividade produtiva. O Acre inteiro e mais fortemente o vale do Acre insere-se definitivamente na atividade pastoril com forte apoio financeiro oriundo do governo federal, através da SUDAM.

Os "paulistas", participaram diretamente do processo de expansão da fronteira, compondo e estabelecendo um quadro de conflitos agrários generalizado. Notadamente tendo como "motor principal o avanço das frentes capitalistas, comprando as terras e desencadeando processos espoliativos dos seringueiros posseiros de suas colocações" (SILVA, 2001 p. 203b; SILVA, 2003 p.84a).

Apesar da BR 317 ter sido construída na década de 1960, partindo da cidade de Boca do Acre, no Amazonas, seguindo em território acreano, do município de Senador Guiomard até Assis Brasil, na fronteira com a Bolívia e o Peru. Foi no governo de Jorge Viana, em 1999, que o trecho entre Brasiléia e Assis Brasil teve concluída sua pavimentação. O Sr. Lupércio (2009) conta como iniciou a abertura da estrada:

> Quando o Jorge Kalume ganhou para o governo, inventou de fazer essa estrada de Brasileira para Assis Brasil. [...]. Os mateiros foram chegando e os engenheiros [...]. Eu morava no seringal Quixadá, a estrada passou dentro da minha colocação [...]. Ai quando Jorge Kalume inventou essa estrada, que foi tirando pelas águas, que corria pra dentro do rio Acre e que corria pra dentro do rio Xapurí, ai o engenheiro chegou e disse assim, não ta bom não, essa estrada vai cortar é reto. Do km 55 pra cima, cortou todo reto, pegando as ladeiras o tempo todo [...] foi tudo arrancado manual, não tinha motosserra, não tinha um trator, não tinha nada. Arranquei muito pau, cada castanheira medonha, cavava para rolar o pião lá em baixo, foi assim até chegar a Assis Brasil.

Com a abertura da BR inicia-se a corrida para aquisição das terras por grupos vindo do sul do Brasil como fala o Sr. Lupércio (2009)

> Ai o pessoal do sul comprou muita terra, o Raimundo Chá vendeu o seringal Monte Vidal. Foram vendendo tudo, o Alemão que é falecido, mais o Roque compraram o Etel, rapaz foi comprando tudo. Quando viram o negocio, disseram foi dinheiro destruído, esta estrada não vai sair mais não, vai encerrar, vai encerrar com as chuvas. Então no governo do Jorge Viana, abriu a estrada, hoje ta toda asfaltada, no dia da inauguração eu fui lá, tava o Presidente Fernando Henrique Cardoso o Presidente do Peru, e o Presidente da Bolívia.

A construção da BR 317 possibilitou, em primeiro lugar, a ocupação crescente de populações ao longo de suas margens. Áreas de colonização foram criadas, estradas vicinais foram abertas, predominando a pecuária extensiva e a agricultura associada à pecuária. As grandes fazendas, com predominância de pecuária, estão localizadas em áreas às margens da BR. Onde antes eram atividades eminentemente extrativistas, foram desmatadas para a plantação de pastos como destaca seu Lupércio (2009).

> O pessoal do sul comprou muita terra, comprou e ainda tão comprando, [...] a maior parte fizera tudo campo pra criar gado, devastou a floresta foi devastado pelo pessoal do sul. Todo mundo queria criar gado, dava futuro. [...] o pessoal do sul comprou muita terra, olha o finado Alemão compro o Etél todinho, seu Aristeu comprou uma parte do Sacado todinho e São Pedro, um mundo de terra, desmatou todinho. Tem muitas fazendas, quem é do sul tem fazendas de gado, agora os acreano depois é que pegaram o ritmo também de criar gado, não é muito, esses tem 500, 200, 300 cabeça de gado, coisa pouca, agora o fazendeiro é 50, 60 mil cabeça.

Surgem nesse período os projetos de assentamentos privados que foram vendidos para os colonos vindos do sul de sudeste do Brasil.

> Fizeram colônia também, agora só pode comprar de outro, porque vaga não tem mais não. A maior parte das fazendas fica na beira da estrada só tem uma que fica a 9 km entrando, o resto é tudo na beira na BR, eles quando chegaram compraram tudo. As pessoas que moravam lá foram para Bolívia [...] outros estão em Brasiléia nos bairros Samauma I e II

Os impactos causados pelo desmatamento apresentam gravidade não somente em termos ecológicos, mas também em termos culturais, uma vez que o modo de vida das populações tradicionais está sendo profundamente afetado (DIEGUES, 1999, p. 18).

Extensas áreas de seringueiras e castanheiras, fonte de renda e de grande importância para a economia do Estado, foram destruídas. Deixaram a população, que tinha o extrativista

como fonte de renda, sem trabalho e, consequentemente, sem renda, sendo obrigado a abandonar o meio rural, indo para as periferias das cidades.

A abertura da rodovia gerou notadamente grandes impactos, dos quais são exemplo a forma de apropriação da terra, a atividade econômica desenvolvida, o incentivo à migração e à ocupação por pequenos camponeses do sul e sudeste do Brasil e ainda a não valorização dos produtos que a floresta oferece. “Tudo isso, marcaria, então, o desenvolvimento de uma intrincada problemática socioeconômica e espacial que envolve o Acre na atualidade” (SILVA, 2003, p. 116).

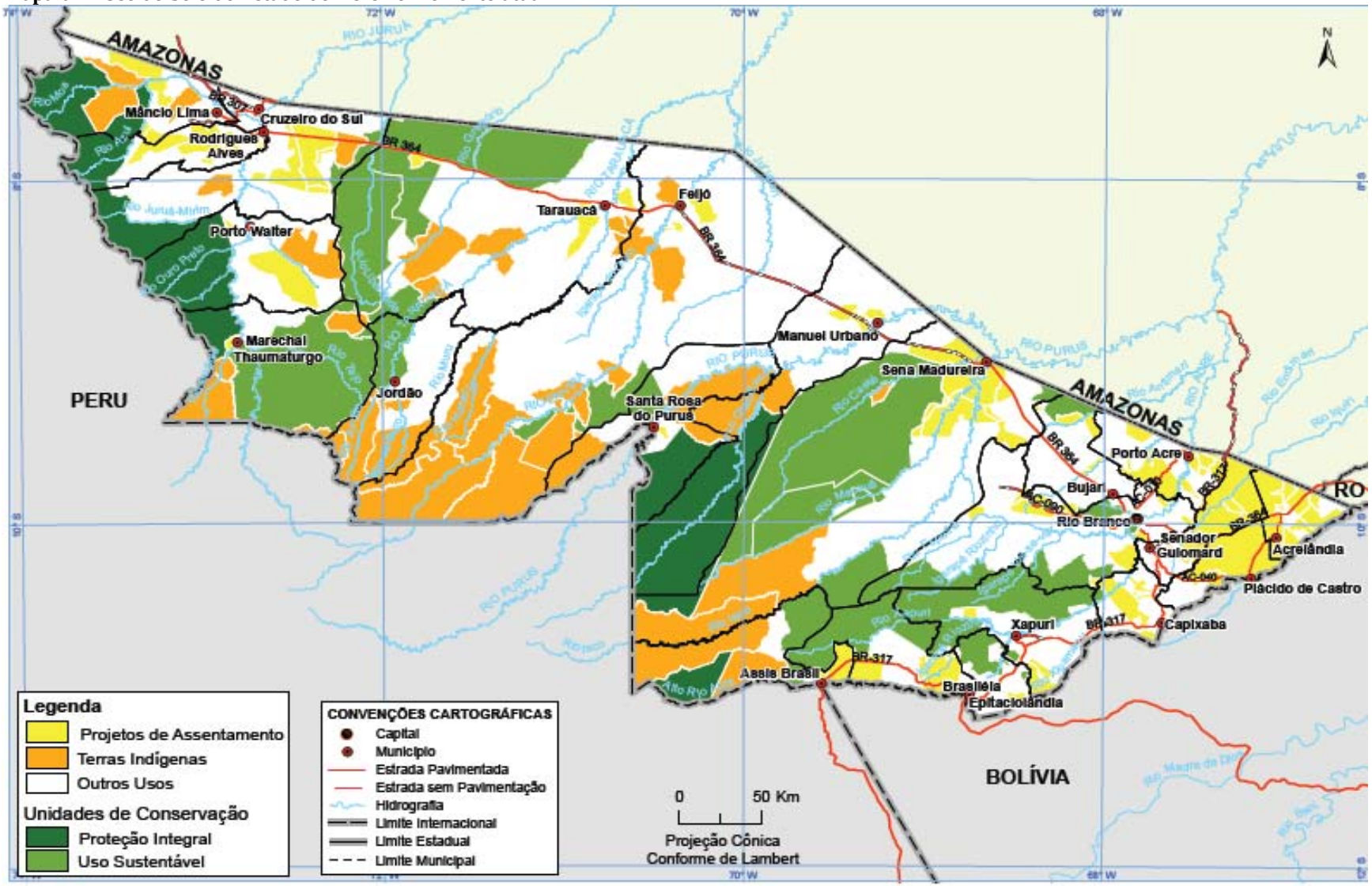
Assim, a “harmonia dos diversos interesses econômicos e sociais com a necessidade de preservar os ecossistemas e sua riqueza biológica” não prevaleceu, como preconizava o relatório do Brasil para a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A atividade pecuarista, somada à exploração madeireira, provocou uma superexploração das terras, cuja capacidade atual de suporte é baixa (PMAC, 1990). A intensa derrubada da floresta para a produção pecuária vem causando problemas quanto ao regime de água do rio Acre, comprometendo o abastecimento dos municípios situados à jusante.

Muitos seringueiros (extrator/coletor) que se tornaram colonos (agricultor/criador) não resistiram ao cultivo da terra por muitos anos, terminaram vendendo a terra aos especuladores ou para fazendeiros vizinhos que acabaram por reconcentrar a área.

Outro fator importante provocado em razão das tensões ocasionado por esta ocupação e as atividades implantadas, além da luta pela posse da terra, foi a crescente preocupação com a proteção ambiental. Resultando na desapropriação de algumas áreas para a criação das reservas extrativistas e criação de terras indígenas, além das unidades de conservação como mostra o mapa seguir.

Mapa 04 – Uso do Solo do Estado do Acre no momento atual



Fonte – ZEE - FASE II, 2006

A política de ocupação do Estado, em décadas passadas, buscou atendendo a interesse econômico ligado às grandes empreiteiras, tendo os governos como mediadores implementadores de políticas estruturantes para a entrada das grandes empresas. Foi com esse propósito que governo militar desencadeou um amplo programa de construção de rodovias para a Amazônia, tendo como horizonte “criar os caminhos para o progresso”.

No bojo desse projeto estava a Transamazônica, a Belém/Brasília, a BR 364 e a 317 que atingem diretamente o Acre. A BR 317 já concluída sua pavimentação é considerada como obra prioritária para o desenvolvimento da economia regional, tendo em vista a integração internacional amazônica.

Essa rodovia é parte do eixo de desenvolvimento comercial proposto pelo IIRSA em 2000, com a interligação continental sul-americana, portanto faz parte de uma estratégia mais ampla no plano geopolítico central. Assim, com a conclusão do ultimo trecho entre Brasiléia e Assis Brasil, o estado brasileiro se fará presente na fronteira, além de ampliar as relações comerciais entre os países vizinhos, possibilitando a ligação com o oceano pacífico, e podendo atingir os países do sudeste asiático.

Trata-se, portanto de uma rodovia considerada estratégica para o desenvolvimento do Brasil e dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso, uma vez que proporcionará uma saída para o oceano pacífico, através da Carreteira Transoceânica, servindo especialmente como corredor para o escoamento do agronegócio brasileiro.

Como bem nos lembra Santos (2005), os modernos sistemas de engenharia antecedem qualquer estruturação que assegure a produção e, por conseguinte, seu escoamento, inclusive para o estrangeiro. A estratégia adotada hoje é de assegurar primeiro a circulação fluída de produtos para possibilitar a produção em escala comercial. É a circulação, em sentido amplo, que viabiliza a criação e a continuidade das áreas de produção.

As políticas e serviços de infraestrutura de transporte, saúde, de educação, assistência técnica e extensão, que possibilitam a permanência do trabalhador no campo, garantindo-lhe a produção, têm orçamentos curtos, mão-de-obra com pouca qualificação e enorme dificuldade em fazer chegar os investimentos aos pequenos e médios produtores. Entretanto, o ritmo da implantação dos grandes empreendimentos caminha aceleradamente, o que torna também acelerados os impactos sobre os recursos naturais e as populações locais, que, mesmo tendo percepção do processo em curso na região, não estão inseridos como parte conjugada no processo desenvolvimentista. Isto revela que a elas não são asseguradas as mesmas condições de oportunidades para a produção e, consequentemente, para uma maior e melhor geração de renda.

Neste contexto, as transformações no *espaço produzido*, envolvem assentamentos humanos no âmbito do território Acreano no campo e nas cidades, em uma região de extensa fronteira que requer sim, a abertura de rodovias. No entanto, que seja primeiro garantido a terra para as populações que ocupam essas áreas, assegurando que essas estradas não seja apenas um caminho para a migração ou o êxodo rural, que não sirvam também para proporcionar a devastação dos recursos florestais, buscando, acima de tudo, saída para a produção agroextrativista autossustentada regionalmente (RODRIGUES, 2009), através de organizações autogestionárias.

Para Santos (2004), o espaço é indivisível do ser humano, não se modifica por si próprio. É um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ação, devendo ser compreendido de forma conjunta - espaço e território. Dessa forma, não se pode compreender a dimensão espacial sem que haja uma relação com o território, isto por que não existe ruptura entre eles.

O espaço pode ser visto como um conjunto de formas que são registradas através do processo histórico escrito no passado e no presente. A essência social do espaço está em ele ser constituído, de um lado, por "objetos geográficos naturais e artificiais, distribuídos sobre um território, cujo conjunto nos dá a Natureza" e, de outro, por processos sociais que dão vida a esses objetos. Tais processos realizam-se não apenas por meio das formas, mas das formas-conteúdo, que "terminam por adquirir uma expressão territorial" (SANTOS 1979, STEINBERGER, 2006).

Assim, a "Estrada do Pacífico" e os conflitos socioambientais produzidos permitem analisar os impactos ocorridos frente à abertura da estrada com vista à integração regional. Isso, portanto, desde a expansão da fronteira agropecuária associada ao capital especulativo e à expropriação dos recursos naturais frente à ligação interoceânica.

Nesse sentido, ao se referir ao espaço do homem, Santos (2004 p. 14) faz de forma retrospectiva e constata que "só o presente é real, a atualidade do espaço é singular: ela é formada de momentos que se foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais". São as "formas-objetos" resultado do "tempo passado", formando o "tempo presente", enquanto formas que abrigam a essência dada pelo funcionamento da sociedade total.

O tempo presente no contexto deste estudo remonta ao passado idealizado há décadas e materializado no tempo presente na forma de integração, dando acesso a outros mercados econômicos e financeiros. Nesse meio tempo, o espaço do homem é localmente transformado

para dar lugar a uma “economia moderna mundializada”, que tem como consequência a degradação do lugar do homem da floresta gerando impactos socioambientais que permanecerão por um tempo presente duradouro, como aquecimento global, por exemplo. Nesta perspectiva, Santos (2004, p. 20) afirma que:

> A economia moderna mundializada, suas repercussões na economia de cada país, as relações que desde então se estabelecem entre influências externas cada vez mais deformantes e uma estrutura interna cada vez mais deformada, tudo isso engendra um modelo de utilização dos recursos naturais, uma estrutura da produção, uma estrutura do consumo e uma estrutura de classe cujos resultados relativamente ao homem e ao espaço são específicos deste período da história, ainda que freqüentemente isto represente o agravamento e uma ampliação das tendências já delineadas desde o fim do século XIX.

As afirmações que integram a discussão de uma geopolítica, no que se refere ao processo de integração regional e no que é pertinente ao objeto central do presente estudo no recorte espacial que compreende a região da BR 317, são de que a presença de atividades causadoras de impactos ambientais alteram a cobertura vegetal, degradam o solo e os recursos hídricos no espaço produzido.

Trata-se de atividades impactantes, como a expansão da pecuária extensiva, a mecanização e a monocultura, a extração ilegal de recursos da floresta, projetos de reflorestamento, expansão das estradas vicinais e projetos de assentamentos essencialmente de caráter agrícola.

A expansão das estruturas viárias promoveu o desmatamento da cobertura vegetal, causando impactos e movimentando o solo com o corte das estradas na obstrução de canais para os desvios de cursos de água, além de cortes de morros ou barreiras que rebaixam a ondulação da topografia, notadamente entre divisores de águas. Ainda sobre os impactos desta ação sobre os recursos hídricos, é de se dizer que ela provoca poluição por contaminação e assoreamento nos igarapés, e ainda estimula a migração interna e externa para a região, aumentando a degradação ambiental (GUTBERLET, 2002).

As atividades econômicas concentradas nestes municípios são partes de um modelo de desenvolvimento que estimula cada vez mais o avanço do desmatamento em áreas ainda florestadas. É o que afirma Gutberlet (2002, p.), sobre as mudanças recentes na Amazônia:

> É um modelo fundado na apropriação do espaço e na exploração das riquezas, mas muitas vezes sem considerar culturas locais existentes e dinâmicas naturais que regem os ecossistemas. Este estilo de desenvolvimento traz para a região transformações rápidas com sérias conseqüências socioambientais de

> médio a longo prazo e em larga escala. A dinâmica e a intensidade com a qual estão se dando os impactos pedem a urgente reversão dessa situação.

Como consequência, o modelo de desenvolvimento adotado na região gerou forte: concentração de terra; fluxo migratório interno e externo a região; êxodo rural; inchaço dos núcleos urbanos; desmatamento descontrolado e pecuarização, inclusive em unidades de conservação; desemprego; favelização das cidades e emigração para os países vizinhos.

Vários e graves conflitos socioambientais foram gerados no processo de transformação do espaço que se materializa mediante as relações estabelecidas. Assim como a decadência do extrativismo da borracha associado à falta de investimentos em pesquisas é capaz de gerar novas tecnologias no desenvolvimento de produtos florestais na região de forma sustentável.

O fomento à expansão da pecuária como alternativa de renda favoreceu o desenvolvimento da atividade que, ao longo dos anos, já era praticada em pequena escala pelos pequenos proprietários, posseiros e seringueiros da região. No entanto, essa atividade, praticada em grande escala e de forma generalizada, suscita novos conflitos em terras indígenas e em unidades de conservação já ameaçadas com grandes áreas desmatadas para a pastagem, assim como a degradação de rios e igarapés, fontes abastecedoras de água para toda a região.

2.2. Ações e Políticas de Enfrentamento

O processo iniciado no final da década de noventa leva o Acre a experimentar mais um período de mudanças na sua trajetória história. “Assume o comando do Estado uma vigorosa força política de caráter renovadora e progressista. Foi o limiar de uma era de transformação, de busca de novos valores e práticas criadoras. Um novo tempo carregado de fé, esperança e sonhos” (REGO, 2007) que se inicia com a reconstrução de um “estado” renovador e gestor de políticas, voltado para a vida em floresta.

> O povo do Acre constrói um processo civilizatório diferenciado, em conformidade com a cultura e modo de vida próprio. Sua especificidade cultural tem origem no isolamento e na relação íntima, secular, que seringueiros ribeirinhos, índios e pequenos agricultores estabeleceram com a floresta. Esta matriz fez da gente acreana um povo florestal cujo projeto coletivo de vida tem referência na floresta. Pela combinação dos valores e conhecimentos tradicionais com a ciência moderna será capaz de, fazendo uso sábio da floresta, gerar riqueza material e bem-estar, conservando os recursos ambientais. Além disso, fortalecer a sua identidade, assegurar direitos humanos fundamentais e qualidade de vida; tudo conforme o

> modo de vida próprio, a visão, sentimento e valoração específicos de bem-estar e felicidade. Este paradigma civilizatório foi sintetizado no conceito de Florestania (REGO, 2007. Jornal A Gazeta).

Isso tudo exige um conjunto de medidas e ações como pressuposto para a implementação de uma política florestal que González (2007) define como:

> A política florestal compõe-se de normas e estímulos que deveriam ser baseados nos princípios da sustentabilidade no manejo dos recursos florestais, na valoração ambiental desses recursos, na participação democrática da sociedade para a planificação e execução dos programas e projetos florestais, na descentralização, regionalização e transparência da execução e tomada de decisões e na eqüidade e aplicação da legislação florestal. Nesse sentido, para a execução da política florestal é indispensável adotar leis em consonância com costumes e normas jurídicas do país respectivo, que permitem o acima exposto. Por sua vez, a legislação florestal deve guardar harmonia com o progresso econômico e social do país e também promover tal progresso (FAO, 2005). No entanto, nem sempre isso tem ocorrido.

O conjunto de experiências, práticas e estudos provenientes das organizações sociais, que ao longo de décadas acumulou vasta experiência nas diversas áreas de conhecimento na floresta deu ao governo a base para construção de um paradigma pautado na sustentabilidade, buscando resgatar atividades e produtos florestais capazes de garantir a sobrevivência dos povos que ainda resistem em viver na floresta, invertendo a lógica de desenvolvimento dominante imposto a partir da década de 70, o que possibilitou a adoção de estratégias para transformar a base produtiva do Estado em sistemas de produção com princípios sustentáveis. (GARRAFIEL, 2004).

Nesse aspecto, foi criada a Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999, que concede subsídio de até R$ 0,40/Kg de borracha aos seringueiros produtores de borracha natural bruta no Acre; a Lei da Política Florestal do Acre (Lei 1.426, de 27/12/2001); a Portaria Interinstitucional nº 01, de 08/05/2002, que regulamenta o manejo de produtos não madeireiros, criado em parceria com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA. Para a transformação de produtos e industrialização, foi criada a Lei de Incentivos Fiscais às Indústrias (Leis estaduais nº 1.358 e 1.359, de 29/12/2000); a Comissão da Política de Incentivo às Atividades Industriais no Estado - COPIAI (Lei estadual nº 1.361, de 29/12/2000).

Para estabelecer um ordenamento territorial e ocupação humana que orientassem os investimentos e atividades econômicas e a definição de políticas públicas, o governo realizou o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado – ZEE (Lei nº 1.904, de 05 de junho de

2007). Este zoneamento foi realizado em duas fases, que agregou na segunda fase o eixo cultural político sintetizado através de um mapa de gestão territorial do Estado do Acre.

Em 2008 foi instituído o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares (Lei nº. 2.025, de 20 de outubro de 2008) e o Decreto nº. 3.416, de 12 de setembro de 2008, que regulamentam a valorização do Ativo Ambiental Florestal de imóveis rurais do Estado do Acre. Isto posto, faz-se a Política Estadual de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, tendo como finalidade a redução do processo de desmatamento e queimadas, garantindo a produção sustentável nas propriedades rurais no Acre (SEAPROF, 2009).

As políticas de valorização e incentivos à exploração dos recursos florestais não madeireiros, tais como a castanha-do-brasil, borracha, madeira manejada, coleta de semente para o artesanato, resinas e óleos, têm se constituído enquanto atividades dignas de maior investimento em novas tecnologias, assistência técnica e extensão voltadas a valorizar as diferenças culturais e os conhecimentos das populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas e assentados rurais.

Capítulo III – A Estrada do Pacífico e sua Repercussão no Espaço Circundantes da Rodovia BR-317 – Brasiléia/Assis Brasil

Figura 04 – Fotografia da Estrada do Pacífico

Fonte: ZEE – Acre, 2006

3.1 A Estrada do Pacífico e os Impactos Socioambientais na Região do Alto Acre

O processo de integração da Amazônia ao centro-sul do Brasil que se instalou a partir da década de 50, e em curso hoje, produziu diversas transformações na dinâmica espacial local. Incentivou fluxo migratório, dizimou populações indígenas, submeteu populações à escassez de serviços necessários à vida, um total infortúnio. Enfim, transformaram territórios secularmente habitados por gente que construiu um processo histórico de lutas e experimentos, capazes de sustentar a sobrevivência de numerosa etnia, vivendo e se reproduzir em harmonia com a natureza.

As ações governamentais implementadas para efetivar a integração amazônica ao centro-sul do Brasil, têm circulado sempre em torno da implantação de políticas públicas que, ao longo de décadas tem colocado a Amazônia tão somente a serviço de interesses do capital nacional e internacional. Vemos que isto ocorre sem, no entanto, dispor de condições necessárias para que pudesse se desenvolver a partir de seu próprio dinamismo, se constituindo em uma macrorregião plenamente integrada (CNBB, 2008).

Nos espaços circundantes da rodovia BR 317, no trecho Brasiléia a Assis Brasil, não foi diferente. Este “pedaço amazônico” percorreu sucessivas transformações as quais se iniciaram com sua projeção e construção na década de 60 e permanecem até os dias atuais. Esta rodovia, que foi projetada para iniciar na cidade de Lábrea, no Estado do Amazonas, no seu percurso em solos acreanos chegando à cidade de Assis Brasil no Acre, na tríplice fronteira formada entre Brasil, Bolívia e Peru. No entanto, o trecho da rodovia inicialmente projetado que partiria da cidade de Lábrea no Amazonas, nunca foi construído.

A área em estudo representa um significativo espaço fronteiriço do Acre, tendo como limite o rio Acre, na fronteira com as cidades de Cobija e São Pedro de Bolpebra, departamento de Pando, na Bolívia e Iñapari, departamento de Madre de Dios, no Peru.

As sucessivas transformações ocorridas no espaço circundante da BR 317 revelam importantes fases da produção socioespacial locais. Com efeitos nos ecossistemas, no microclima e nos recursos hídricos locais é o que tentaremos expor a seguir.

3.2 As transformações Socioespaciais e Econômicas na Região

3.2.1 A População Municipal

Esse importante território do Estado do Acre se localiza na fronteira com a Bolívia e Peru, a 235 km de Rio Branco no oeste do Estado. Compreende os dois municípios em estudo, Brasiléia e Assis Brasil, ponto final da BR 317.

Brasiléia foi fundada em 1910, mas só se emancipou em 1938. Perdeu parte do seu território em 1976 para a criação do município de Assis Brasil e, em 1992, para a criação de Epitaciolândia. Sua população é de 17.013 habitantes, distribuída em uma área de 3.929 km², sendo que 12.263 estão localizados na zona urbana, o equivalente a 64.22% do total de habitantes e, apenas 6.822, ou seja, 35,78 % encontram-se na zona rural (IBGE, 2007).

Assis Brasil surgiu do antigo seringal Paraguaçu, e, em 1958, foi nomeado “Vila de Assis Brasil”, em homenagem a Francisco de Assis Brasil, então secretário do ministro de Relações Exteriores, Barão de Rio Branco; em 1976, passou a município de Assis Brasil. Sua população em 2007 era de 5.351 habitantes, com aproximadamente 55,24 % residindo na zona urbana e 44,76 % na zona rural. Este município concentra ainda dois grupos indígenas de aproximadamente 280 índios Jaminawá e 480 índios Manchinery.

Dados do censo demográfico de 1960/2007 revelam que no Acre, onde antes predominava uma população rural, a partir dos anos 80 ocorre uma completa inversão, predominando uma população de maioria urbana, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 01 – Evolução da População Urbana e Rural no Acre 1960 - 2007

Ano	Habitante por localização				
	Total	População Urbana	(%)	População Rural	(%)
1960	158.184	32.700	20,7	125.484	79,3
1970	215.299	59.307	27,5	155.992	72,5
1980	301.303	132.169	43,9	169.134	56,1
1991	417.718	258.520	61,9	159.198	38,1
1996	483.726	315.404	65,2	168.322	34,8
2000	557.526	370.267	66,4	187.259	33,6
2007	655.385	464.680	70,9	190.705	29,1

Fonte: IBGE – 2008

Essa inversão ocorre em todos os municípios a partir de 1991, como mostra a tabela. No entanto, a população do Estado permaneceu crescendo em média 15%. Até 1980, a população rural apresentava um crescimento constante em seu valor absoluto, enquanto a urbana, que também apresentava crescimento, apresenta em 1980 o dobro de seus habitantes.

O contexto que em ocorre essa inversão na população rural para urbana, deve-se pelo fato de que nos anos 70 o Acre figurou como protagonista de um processo de ocupação de sua terra por fazendeiros e populações migrantes do centro-sul do Brasil. Isso levou a vinda de migrantes à procura de terras no estado. Um outro fator que também contribuiu foi a falência dos seringalistas e a venda dos seringais para os "paulistas", que os transformaram em grandes fazendas de criação bovina. Esses dois fatores contribuíram para o êxodo rural.

Consequentemente a população de Brasiléia e Assis Brasil também seguiu a tendência do Estado. Isto pelo fato de estarem no eixo da BR 317, onde ocorreu maior ocupação de terra por população migrante e instalação de fazendas. Observa-se que Brasiléia teve um incremento de 118,11% entre 1960 e 1970, atingindo, já em 1970, uma população de 12.311 habitantes e entre 1980 e 1991 um incremento de 145,68%, caindo para 112,08% entre 2000 e 2007. Por sua vez, Assis Brasil teve um incremento de 194,67% de sua população entre os anos de 1980 a 1991.

Tabela 02 - População Residente do Município de Brasiléia e Assis Brasil

MUNICIPIO	ÁREA	1960	1970	%	1980	1991	%	2000	2007	%
Brasiléia	Urbana	1.849	2.676	144,73	4.853	11.557	218,14	9.026	12.243	125,64
	Rural	8.574	9.635	112,37	9.056	8.706	96,14	7.987	6.822	85,41
	TOTAL	**10.423**	**12.311**	**118,11**	**13.909**	**20.263**	**145,68**	**17.013**	**19.065**	**112,06**
Assis Brasil	Urbana	-	-		323	1.616	500,31	2.151	2.956	137,42
	Rural	-	-		1.037	1.031	99,42	1.339	2.395	178,86
	TOTAL	-	-		**1.360**	**2.647**	**194,63**	**3.490**	**5.351**	**153,32**

Fonte: IBGE - Censo Demográfico SEPLAN/AC (1991)

No que se refere à população rural, o quadro acima mostra que Brasiléia decresceu nas últimas três décadas, sendo que na década de 1970 houve um aumento. Em Assis Brasil, observa-se uma realidade pouco diferente, a população rural, apesar de ter, entre 1980 e 1991, apresentado um pequeno decréscimo, nas décadas seguintes tem crescimento ascendente. Esse fato mostra que a população migrante do centro-sul, assentada principalmente às margens da BR 317, ocupou realmente áreas rurais, mas em consequência da precariedade dessas áreas, parte dessa população somada àquelas expulsas dos seringais seguiu para a periferia das cidades, o que vai se refletir nos anos seguintes, com o aumento considerável da população urbana, a partir de 1991, quando a cidade passa a concentrar o maior número de habitantes.

O quadro mostra uma população urbana em ascendência desde 1991, chegando a inverter sua população rural em relação a urbana. Cidade como Assis Brasil aumentou sua população urbana em 500,31%, entre 1980 e 1991 sem que esta tivesse qualquer estrutura urbana. Este fato ocorreu em razão da emancipação do município em 1976. Isso revela um processo de urbanização com graves problemas de saneamento.

A população rural, em especial o pequeno produtor, embora em processo de declínio, ainda é o quem sustenta o setor primário. Este setor é o principal responsável pela ocupação de mão-de-obra nos estabelecimentos rurais, principalmente a familiar (PTDRS, 2006), ao passo que na cidade o setor secundário pouco se desenvolveu.

3.2.2 A Estrutura Fundiária

A Amazônia no contexto das políticas de integração brasileira, e com o propósito de romper o isolamento tão bem propalado pelos governantes, desencadeou uma série de iniciativas, dentre as quais está abertura de estradas e a implantação de diversos projetos de colonização e assentamentos, executados por instituições federais e particulares.

Tais projetos por estarem dissociados do contexto socioecológico e ambiental das regiões acabaram por ser abandonados, contribuindo assim para um reordenamento fundiário, no qual se acentuam a reconcentração da terra com intensas atividades pecuaristas.

A estrutura fundiária no Acre já nasce sob bases em que predominava a concentração da propriedade, iniciado no século XIX, quando do movimento de deslocamento da força de trabalho para os seringais na Amazônia.

Com a decadência da borracha, um novo processo de desenvolvimento é posto em andamento a partir de 1970. Há a “venda de seringais para capitalistas do Centro-Sul e a implantação dos diversos projetos de assentamentos. Isso levou a uma fragmentação fundiária, promovendo contraditoriamente um crescimento da pequena propriedade” (SILVA,

2003, p. 201). Esse processo provocou a corrida em busca de terra, gerando graves e violentos conflitos sociais causados pela destruição de extensas áreas florestadas desta região.

A política de governo desencadeada nos anos 70 favoreceu o avanço da ocupação na região do Estado do Acre. Os programas e projetos estabelecidos para a região envolveram um conjunto de ações para a criação de cidades e abertura de estradas, assim como um conjunto de incentivos financeiros destinados a aqueles que viessem investir na região.

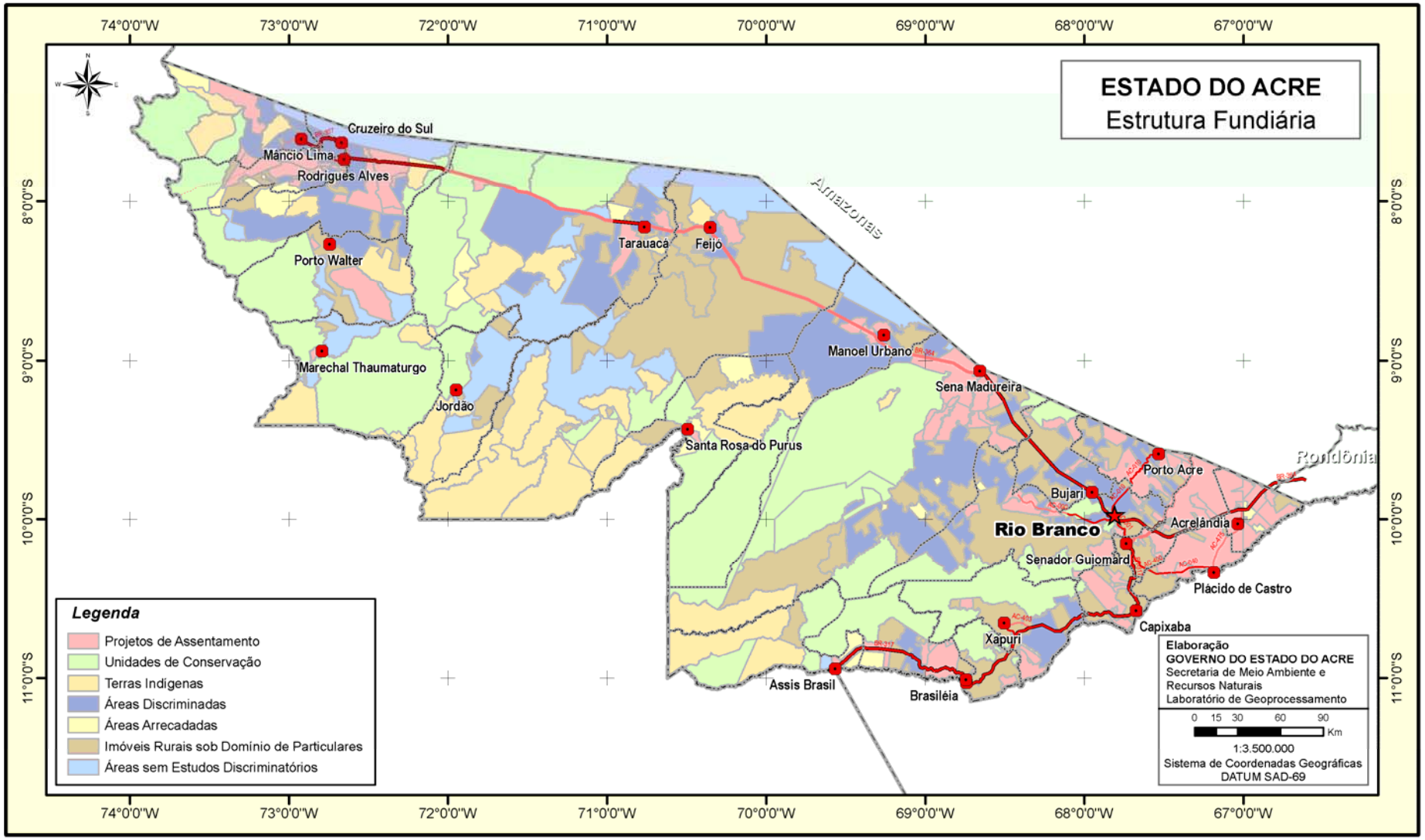
A estratégia estabelecida visava não apenas a ocupação da região por questões de soberania nacional, mas, e principalmente solucionar problemas enfrentados por outras regiões do país. Isso favoreceu imensamente a migração para o Acre que tinha como atrativo os Projetos de Colonização Dirigida (PAD), a abertura de rodovias e os incentivos à aquisição de terras a preço de custo.

Os grupos empresariais do sul do país que aqui chegaram, utilizavam como estratégia, a retirada das florestas, para garantir a ocupação das terras. Aceleraram a conversão da floresta que em princípio era destinação à produção agrícola em pequenas propriedades, principalmente culturas anuais. Os projetos de assentamentos por sua vez, após alguns anos de cultivo que causou empobrecimento do solo favorecendo a aglutinação dos lotes e a implantação de pastagem (ZEE - Fase II, 2006).

Com a pactuação da Agenda Positiva para a Amazônia Legal firmada entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Portaria Interministerial nº 088/1999 e a Medida Provisória nº 2.166-67/2001, alterou o Código Florestal em seu Art. 37 § 6º. Proibiram-se assim a obtenção de terras e implantação de assentamentos rurais em área de floresta primária, exceto para a criação de projetos de assentamentos que não exigissem corte raso da vegetação (ZEE, 2006). Mediante essa imposição o INCRA instituiu novas modalidades de assentamentos, para os quais se exige um morador que tenha comportamento diferenciado, com prática para a utilização dos recursos naturais, sem causar danos ao meio ambiente.

Em menos de meio século, a situação das terras no Acre, que antes eram constituídas de terras devolutas e propriedades particulares, hoje conta com a seguinte situação: 31,1% das terras são de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável; 30,95%, áreas de domínio particular; 14,55% são terras indígenas; 9,99%, projetos de assentamentos; 6,62%, áreas ainda a ser discriminadas, originárias do deslocamento da nova linha Cunha Gomes e áreas que não possuem ação discriminatória; 3,01% são terras públicas não destinadas; 2,5 %, terras não reconhecidas pelo INCRA e 1,27% estão em domínio do Estado (ZEE, 2007). O mapa 05 a seguir mostra a situação fundiária atual do Estado.

Mapa 05 – Estrutura Fundiária do Estado do Acre



Fonte: ZEE - FASE II, 2006

A área pesquisada que compreende ao município do Assis Brasil possui um total de 497.663,26 ha, correspondente a 3,03 % da área total do Estado. Este município concentra ainda duas terras indígenas, a cabeceira do rio Acre, com 78.512,58 ha pertencentes aos Jaminawá e Mamoadate com 313.647,00 ha pertencentes ao povo Manchineri, a estação ecológica, parte da Reserva Extrativista Chico Mendes e o Projeto de Assentamento Paraguassu.

O município de Brasiléia tem grande parte da Reserva Extrativista Chico Mendes, três projetos de assentamento que são o PA Princesa, PA Três Meninas e PA Pão de Açúcar; um Projeto de Assentamento Extrativista, o Santa Quitéria; um Projeto de Assentamento Dirigido, o PAD Quixadá e um Pólo Agroflorestal.

No que se refere à região em estudo, o quadro a seguir mostra a situação fundiária dos municípios de Assis Brasil e Brasiléia. Veja que Assis Brasil apresenta apenas 156 propriedades cadastradas, em uma área de 35.068,6 ha, somada ainda a duas áreas indígenas, Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre, com 78.512,58 ha, e Momoadate, com aproximadamente 313.647,00 ha. Consta ainda parte da Reserva Chico Mendes, além da Estação Ecológica Rio Acre com 84.387 ha. Somando todas as áreas ultrapassam o total de área do município que é de 497.663,26 ha.

O município de Brasiléia apresenta um número maior de propriedades cadastradas, no total de 1.727, em uma área de 316.276,4 ha, concentrando também as propriedades com área acima de 1000 ha e grande parte da Reserva Extrativista Chico Mentes. A área total do município e de 391.827,62 ha.

Tabela 03 - Distribuição de Propriedades, por Intervalo de Área nos Municípios de A. Brasil e Brasiléia.

Município	Estrato de Área (ha)	N de Propriedade	%	Área (ha)	%
Assis Brasil	Até 100 ha	137	87,82	8.744,9	24,94
	100 a 500 ha	11	7,05	1.743,0	4,97
	500 a 1000 ha	1	0,64	669,7	1,91
	1000 a 5000 ha	5	3,21	10.459,0	29,82
	+ 5.000 ha	2	1,28	13.452,0	38,36
	Totais Imóveis	156	100,00	35.068,6	100,00
Brasiléia	Até 100 ha	1.531	88,65	100.688,0	31,84
	100 a 500 ha	162	9,38	27.838,9	8,80
	500 a 1000 ha	10	0,58	7.524,2	2,38
	1000 a 5000 ha	17	0,98	39.959,2	12,63
	+ 5.000 ha	7	0,41	140.266,2	44,35
	Totais Imóveis	1.727	100,00	316.276,4	100,00

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR - Fev. 2009 - INCRA – Divisão de Cadastro - Fev. 2009

A predominância das propriedades, em termo quantitativo, na área em estudo é de base familiar distribuídas nos assentamentos, PAD, PAE, RESEX, pólo e áreas ribeirinhas, ocupadas por populações que ainda utilizam o extrativismo florestal como complementação de suas rendas. Essas pequenas propriedades, cerca de 1.841, ocupam uma área de 139.014,80 ha, pouco menos de 19% do total da área dos municípios de Brasiléia e Assis Brasil.

As propriedades acima de 1000 há, possuem uma área de 147.711,70 ha o que corresponde a mais de 20% do total da área dos municípios. Isso significa que apenas 31 propriedades concentram 20% das terras dos municípios de Brasiléia e Assis Brasil.

Ao analisar a estrutura fundiária dos municípios individualmente percebemos que em Brasiléia, do total das propriedades com área superior a 500 ha, apenas 34 propriedades possuem 47,92% das terras, somando 187.749,60 ha.

No município de Assis Brasil a situação fundiária apresenta característica um pouco diferente, cerca de oito propriedades com área superior a 500 ha possui um total de 24.580,70 ha, o equivalente a 4,94% das terras do município, enquanto a pequena propriedade, cerca de 148, ocupa um total de 10.487,90 há, o equivalente a 2,11% do total das terras do município. Neste caso, a grande maioria das terras está concentrada em áreas indígenas e reserva ecológica somando um total de 476.546,58 ha, o equivalente a 95% das terras do município, é destinado a áreas de conservação.

Para os municípios de Brasiléia e Assis Brasil, cerca de 133.122,29 há, são destinadas a assentar um total de 1.691 famílias que estão distribuídas em Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamentos Extrativista (PAE), parte da Reservas Extrativistas Chico Mendes (RESEX), Projetos de Desenvolvimentos Sustentáveis (PDS) e Pólos Agroflorestais, como mostra a tabela 04.

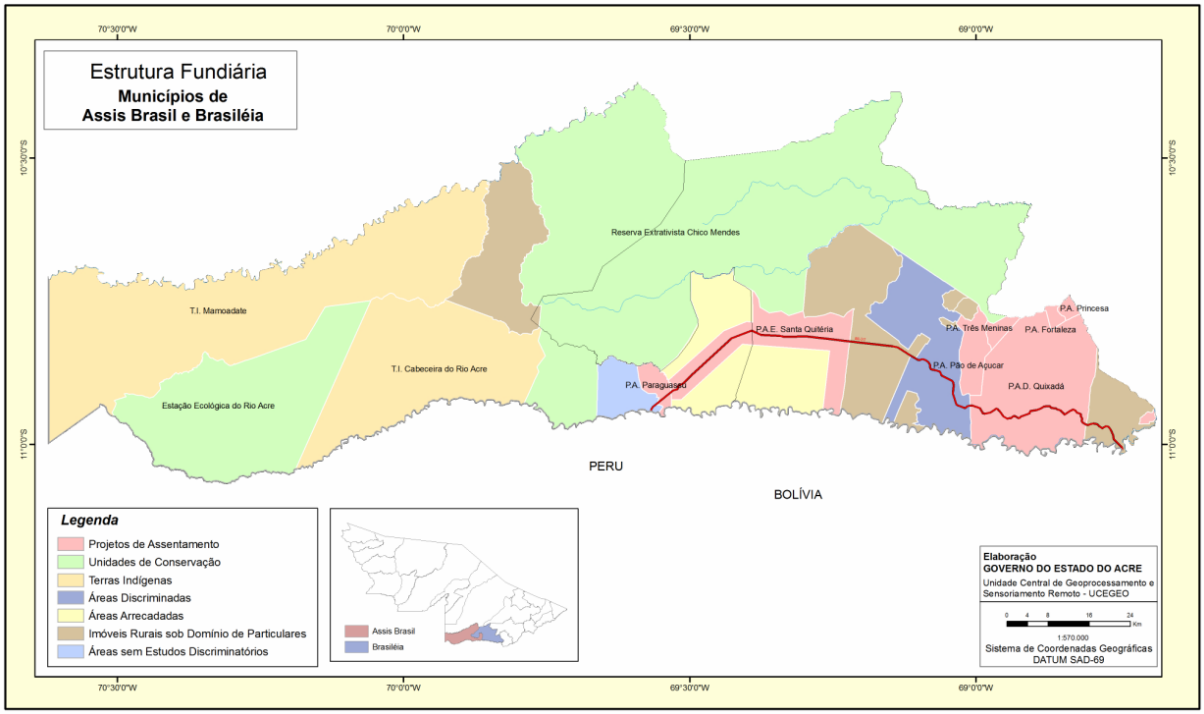
Tabela 04 – Projetos de Assentamento nos Municípios de Brasiléia e Assis Brasil.

Município	Projeto	Área (ha)	Capac. de família	Família Assentadas
Assis Brasil	PA Paraguassu	3.406,952	98	96
	Resex Chico Mendes	xxx	xx	xx
Brasiléia	Resex Chico Mendes	xxx	xx	xx
	PSD-Quixadá	76.741,372	1.032	1.015
	PAE-Santa Quitéria	43.858,912	300	289
	PA-Três Meninas	1.520.00	61	57
	PA-Pão de Açúcar	6.279,441	123	123
	PA - Princesa	1.315,000	30	21
	PE-Pólo Agroflorestal Brasiléia	520,612	78	68
	PA-Fortaleza	1.000,00	40	22
Total		133.122,29	1.762	1.691

Fonte: Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA - Dados atualizados até 09 de janeiro 2009

Portanto, a estrutura fundiária nos municípios em estudo concentram 42 propriedades com áreas superiores a 1000 há, em uma área de 212.330,30 ha. O mapa 05 mostra a estrutura fundiária dos municípios.

Mapa 06 – Estrutura Fundiária dos Municípios de Brasiléia e Assis Brasil



Fonte: Base de dados do ZEE 2006

O Pólo Agroflorestal de Brasiléia, situado na BR 317, sentido Assis Brasil, foi criado em 2001, quando se finaliza a pavimentação da estrada. Neste pólo, foram assentadas 30 famílias ainda em 2001 e, em 2002, foram assentadas mais 42, no total de 73 famílias procedentes das áreas periféricas da cidade de Brasiléia. A área total do pólo é de 520 ha com capacidade para assentar 78 famílias em lotes que variam entre 5 a 8 ha.

3.2.3 O Uso da Terra

Nos projetos de assentamento e nas propriedades particulares o uso do solo está baseado na substituição da floresta através de práticas de corte e queima para as pastagens, criação de pecuária extensiva, agricultura de subsistência e extração de madeira. Nas terras indígenas reserva ecológica são desenvolvidas atividades de agricultura de subsistência, extrativismo vegetal e criação de pequenos animais.

Os projetos de assentamento promoveram o avanço da fronteira agrícola com a ocupação de área florestada, vindo a acarretar graves problemas sociais, econômicos e

ambientais, uma vez que as atividades desenvolvidas são eminentemente, transformadoras da cobertura florestal com prática de corte e queimadas de florestas nativas, e, quanto ao solo, os impactos registrados são invariavelmente de fertilidade e erosão. A perda de fertilidade por práticas inadequadas, espontâneas ou induzidas, acarretará nos recursos hídricos poluição, pelo uso de agrotóxicos e acúmulo de lixo, além de assoreamento de rios e igarapés (GUTBERLET, 2002).

Atualmente, os projetos de assentamento têm desenvolvido atividades econômicas pertinentes à expansão da pecuária extensiva. Essa atividade, historicamente foi desenvolvida pelos pequenos produtores locais através de sistemas agrosilvopastoris, sem que esta comprometesse a existência das florestas. Consequentemente, com a chegada dos grandes fazendeiros, a valorização da pecuária, e ainda as péssimas condições estruturais de escoamento da pequena produção transformaram-na antes com base em sistemas agroecológicos, em produção de pecuária extensiva, como bem apresenta o ZEE (2006).

> E essencial observar ainda que 95,4% das propriedades que desenvolvem a pecuária bovina e possuem 51,4% do rebanho bovino do Acre são caracterizadas como pequenas e medias propriedades. Nessas, em geral, os produtores praticam a agricultura de derruba e queima, em ate três hectares por ano, para a produção de alimentos e, posteriormente, destinam estas áreas a formação de pastagens. O baixo nível tecnológico e o manejo inadequado, com altas taxas de lotação, vêm causando a degradação das pastagens nessas propriedades. Isso torna o controle ou redução dos desmatamentos, nestes milhares de pequenas propriedades, um processo de execução extremamente complexa, com perspectiva de resultados a médio e longo prazo.

Isso é o resultado de políticas que visa somente o desenvolvimento econômico tornando o pequeno produtor desbravador de áreas para a expansão da pecuária e posterior concentração de terra, gerando latifúndios à margem da BR, o que tem conduzido o pequeno produtor a buscar outros espaços ainda com floresta para plantar, marcando assim os diferentes usos da terra, dadas as características da estrutura fundiária adotada nos anos 70 como registra Silva (2003, p. 204).

> [...] em especial da estrutura fundiária, temos de considerar que o processo de colonização seja privado ou “oficial”, teve como finalidade promover o acesso a terra, sobretudo, para grupos expropriados no Centro-Sul e de regularizar a situação dos posseiros locais em processo de expropriação. Porem, ao concretizar este processo, o agente promotor da frente pioneira (governo estadual, federal e empresário) cria condição para uma maior “ comercialização” desta no mercado fundiário, ou seja essa terra já “ semibeneficiadas” (desmatadas com pastagens formadas etc.) podem ser vendida a preços relativamente baixos. Assim a terra em que foi comprada ou assentada por pequenos e médios produtores transformada pelo

> trabalho familiar destes, ganha condição de mercadoria melhorada e é oferecida no mercado fundiário local.

A situação não é diferente no tocante às Unidades de Conservação, criadas para desempenhar um papel importante de preservação do meio ambiente, pois, permitido o uso indireto dos recursos naturais, podem compatibilizar a conservação da floresta com o uso sustentável de seus recursos naturais. No entanto, a falta de tecnologia que garanta a produção dos diversos recursos existentes nas UCs tem contribuído para agravar os problemas ambientais e a concentração fundiária.

> Um dos problemas gerados na RESEX esta relacionado com o loteamento das colocações. Ao morador é dada apenas uma concessão que lhes da direito a morar e explorar os recursos existentes, ocorre que os beneficiários adotam práticas de fragmentação das colocações repassando, seja a terceiro, filhos ou parente que constituem família que passam a demandar um pedaço de terra para morar e trabalhar. Em Brasiléia, o Seringal Humaitá, dentro da reserva apresenta um alto grau de desmatamento ocasionado, principalmente, pela venda ilegal de áreas que são fornecidas pelos próprios moradores. Os novos moradores por sua vez, implantam área de roçados e pastagens (OTL de Brasiléia, 2006, p.71).

As consequências do processo de ocupação do território e o uso do solo adotado na região do Alto Acre geraram desmatamento característico dos grandes empreendimentos realizados pelas fazendas agropecuárias, mas também pelos pequenos produtores.

O desmatamento, apresentava até 2004, um padrão diferenciado, cujas principais causas são as áreas de assentamento ao longo das estradas, como os verificados na BR 317, onde é possível identificar a maior concentração de área desmatada é onde estão concentrados também os projetos de assentamento, responsáveis pelos desmatamentos, seja para implantação de atividades agropecuárias, seja pela extração de madeira (ZEE - Fase II, 2006).

Segundo o relatório STCP - EIA (1996 p. 7.82), em 1996 a região apresentava, na área de influência direta da BR 317, uma vasta vegetação do tipo floresta ombrófila densa em 478.382 ha, representando 32%; e floresta ombrófila aberto-aluvial em 165.295 ha, representando 11%; terras baixas em 658.529 ha, representando 44%, e as áreas antrópicas com somente 193.894 ha, o que significava apenas 13,0% do total.

Os dados mostrados na tabela a seguir apresentam um aumento nos números de desmatamento nos municípios de Brasiléia e Assis Brasil nos anos 2004 a 2007 com uma forte queda nos números em 2008. Os dados de 2008 têm como fonte o Instituto de Meio Ante do Acre IMAC, e apresentam divergência quanto os resultados apresentado pelo INPE.

Tabela 05 - Áreas Desmatadas de 2004 a 2008

Município	Área Total (ha)	Área Desmatada (ha) 2004	%	Área Desmatada (ha) 2007	%	Área Desmatada (ha) 2008*	%	Incremento %
Assis Brasil	497.663,26	12.700	2,55	14.000	2,81	1.920,90	0,39	-44,79
Brasiléia	391.827,62	126.450	32,26	137.750	35,16	1.269,92	0,32	-30,98
Total	**889.490,88**	**139,150**	**15,64**	**5.196,07**	**1,20**	**3.190,82**	**0,36**	**-75,77**

Fonte: INPE 2009

*Sistema Estadual de informações Ambientais - IMAC, 2008.

No contexto de desmatamento ascendente da área em estudo, no Alto Acre, o município de Brasiléia apresenta maior taxa de desmatamento, assim como também concentra as maiores propriedades, o maior número de assentamentos, portanto, apresenta maior grau de antropização. Entretanto em Assis Brasil, o percentual é relativamente menor, apresentando a menor taxa de desflorestamento da região.

A Reserva Extrativista Chico Mendes apresentou uma área de 358.700 ha de desmatamento, a maior taxa quando comparada às demais Unidades de Conservação (UC) do Estado, sendo responsável por 41,47% das áreas desmatadas em 2008. Esta reserva abrange 7 municípios em uma área de 903.203 há (INPE, 2008).

Um relatório apresentado em 2005 pela Universidade Federal do Acre (UFAC) constatou que cerca de 250 mil hectares de florestas foram queimados com os incêndios florestais ocorridos naquele ano, e outros 267 mil hectares foram afetados, ficando suscetíveis a novos incêndios ocorridos nos municípios que compõem o território do Alto Acre (PTDRS, 2008). Essa realidade é confirmada nas comunidades pesquisadas, entre essas 90% afirmam ter tido problemas com queimadas.

Os municípios em questão, mesmo tendo em seu território unidades de conservação e terras indígenas, apresentam problemas quanto ao uso dos recursos naturais (floresta, solo e água). No entanto, de acordo com o ZEE II 2006, Brasiléia apresenta cerca de 30% de sua área desmatada, enquanto Assis Brasil apresenta um pouco menos de 10%.

Em trinta anos, o desmatamento realizado por fazendeiros, madeireiros e assentados rurais para a implantação da atividade pecuarista, exploração madeireira e atividades agrícolas deixaram como resultado um desmatamento superior a 10% das florestas. “Cerca de 80% das áreas desmatadas ocorrem no leste acreano” (PTDRS, 2008) [12], ao longo da BR 317, onde estão localizados os municípios de Brasiléia e Assis Brasil.

Os números apresentados na tabela 06 mostram que as áreas de pastagens são superiores às áreas de lavoura, indicando a força que a pecuária exerce na região e, por

[12]PTDRS - Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Alto Acre e Capixaba, 2008.

conseguinte maior pressão sobre o solo e a floresta. Também o mapa de vegetação mostra uma área completamente alterada. Para as pessoas pesquisadas um dos maiores problemas na região e não poder mais "trabalhar" em razão de não ser mais permitido o desmatamento e a queimada, o que significa já terem desmatado toda a área legalmente permitida (20% da propriedade).

Tabela 06 – Utilização das Terras em Estabelecimentos Agropecuários - 2006

Municípios	Total de estabelecimentos	Área total (há)	Lavouras (1)		Pastagens (2)		Matas e florestas (3)	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Acre	29.488	3.780.374	30.150	177.732	20.631	1.032.431	21.908	2.526.551
Brasiléia	4.114	909.746	4.217	54.907	3.497	194.309	3.695	643.190
A. Brasil	575	85.590	713	805	495	11.593	506	72.898
Total	4.689	995.290	4.930	55.712	3.992	205.902	4.201	716.088

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.
(1) Lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidropônica e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte. (2) Pastagens naturais, plantadas (degradadas e em boas condições). (3) matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais, florestas com essências florestais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais.

Observa-se que a área de pastagens é superior em todos os municípios, apresentando uma pequena diferença entre os números de estabelecimentos com o cultivo de lavoura e com pastagens, porém a área com pastagem e bem maior. Por outro lado, ressalta-se que, mesmo em estabelecimento com lavoura, a pecuária está presente.

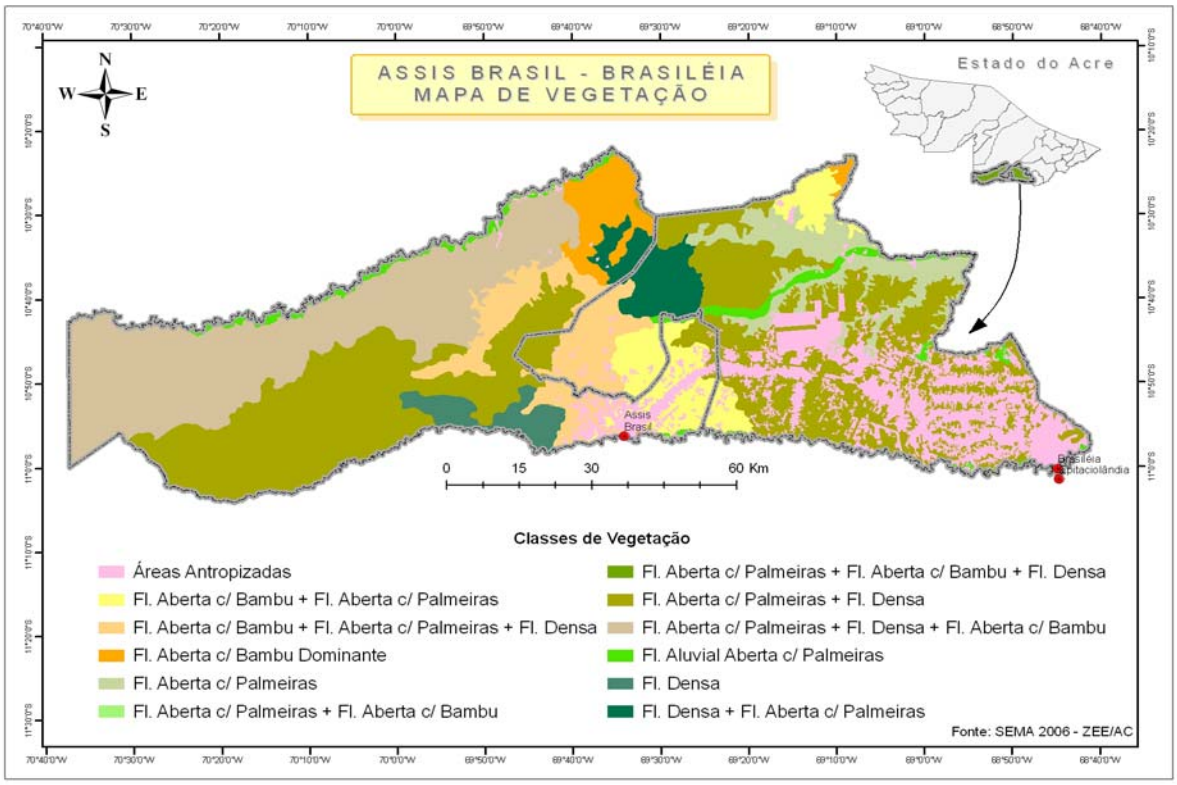
Na Amazônia, estima-se que o desmatamento atingiu cerca de 17% nos últimos quarenta anos (CNS/GTA, 2005). Para algumas instituições, esse fato tem ocorrido principalmente em áreas de assentamentos humanos, que foram criadas sem as mínimas garantias de direito aos serviços básicos de assistência à saúde, educação, assistência técnica voltada para a produção florestal, característica da região. Ao contrário os financiamentos e incentivos fiscais disponíveis estão voltados para a implantação da pecuária.

A falta de uma política agrícola voltada para os pequenos e médios produtores rurais, e ainda, a inexistência de assistência técnica adequada para atender a demanda e especificidades da região têm gerado danos irreparáveis as populações locais. As políticas e ações implementadas são elaboradas a partir de planejamentos tecnocratas alheios as condições de solo, hidrografia, aptidão agrícola e principalmente aspectos da cultura local.

As atividades implantadas, sem as condições apropriadas para o seu desenvolvimento, têm gerado impactos significativos quanto aos verificados na extração ilegal de recursos florestais, que registram na cobertura vegetal corte seletivo de madeira e coleta de sementes sem plano de manejo, o que contribui para a perda de biodiversidade. E sobre o solo causa

erosão pontual pela extração e expansão das vias de transporte intra e extra floresta nativa, com a presença de assoreamento e processo erosivo pontuais causando impacto aos recursos hídricos, sobretudo como precursores para outras atividades de exploração e ocupação antrópicas (GUTBERLET, 2002). O mapa 06 mostra os efeitos causados à vegetação ao longo da rodovia.

Mapa 07 – Vegetação nos Municípios de Brasiléia e Assis Brasil



A região da BR 317, no recorte espacial entre os municípios de Brasiléia e Assis Brasil, apresenta atividade pertinente à expansão da agricultura como precursora à pecuária extensiva, principal componente de transformação da cobertura vegetal, através do desmatamento contínuo, seguido por queimadas anuais em floresta, que promove anualmente o aumento das áreas de pastagem.

O setor agropecuário apresenta características com pouca diversificação, com predominância para a pecuária de corte, leite e grãos (arroz, milho e feijão). A produção de grãos e pecuária de corte e leite estão presentes em toda a área. A farinha de mandioca e a criação de pequenos animais aparecem como atividade secundária. A produção agropecuária ocupa o segundo lugar na economia dos municípios, representando a 5,77% do total do estado.

Em Brasiléia, a proximidade com o mercado boliviano possibilitou elevada expansão agropecuária na década de 1970, o que acarretou transformação significativa da paisagem como apresentada no mapa nº 06. A atividade pecuarista ocupa extensa área de floresta aberta, tipologia de maior ocorrência no município (RODRIGUES, 2004).

Do setor agropecuário, a atividade da pecuária extensiva demanda grande área de pastagem, fazendo com que ocorra maior pressão sobre a floresta, sendo o desmatamento a primeira conseqüência danosa ao ambiente. Com isto, o solo desnudo fica exposto à lixiviação superficial, carregando a deposição orgânica de vegetais e sua microfauna. A lixiviação profunda remove os nutrientes das camadas subsequentes, resultando no empobrecimento do solo, que vai sendo depositado em depressões e deixando para trás uma superfície arrasada e modificada quanto ao padrão de distribuição biótica (Guerra, 2004 p. 218). As deposições em geral convergem para os rios e igarapés, o que pode acarretar em contaminação com o uso de fertilizantes, desequilibrando o conteúdo de nutrientes no solo e expondo-o à contaminação química (CARVALHO, 2000). [13]

A atividade extensiva da pecuária promove erosão que é bem maior sob pastagem do que em floresta. Em uma pastagem de capim – colonião (Panicum maximum) limpo pode sofrer erosão 10,8 vezes maior que em floresta. Os impactos sob o solo são a compactação causada pela exposição ao sol e o pisoteio do gado. A infiltração da água reduzida no solo resulta em maior escoamento superficial e provoca sua erosão, assim como aumenta a compactação levando à erosão e degradação do solo (FEARNSIDE, 1989, p.42).

O processo erosivo atinge, de forma direta e indireta, os recursos hídricos, assoreando igarapés, soterrando as nascentes de água, enquanto fontes abastecedoras de igarapés de pequeno e médio cursos d'água, que são fundamentais à manutenção dos mananciais e bacias hidrográficas.

A pecuária é a atividades com maior dinamismo no Estado, o rebanho bovino cresce em todos os municípios. Em 2006, o rebanho bovino contava com cerca de 2,4 milhões de cabeças. Os dados do IBGE mostram que nos últimos 30 anos as áreas de pastagens no Estado cresceram 2.000% e o rebanho bovino cresceu 2.700%, ocupando 81% do total das áreas desmatadas. (ZEE, 2006; PTDRS, 2008).

> A produção da pecuária tem se constituído enquanto atividade com maior impacto na economia, na área social e principalmente na área ambiental do Estado. Cerca de 10% do território acriano encontra-se desmatado (16.422 km²). Considerando que o

[13] http://scielo.br/scielo. Php?-acesso em 17/02/2009.
http://www.sbq.org.br/publicacoes/quimicaniva/quimicanova.htm

> 81% da área desmatada é ocupado por pastagens (13.302 km²), para um efetivo de rebanho bovino, que em 2006 era de 2.452.915 de cabeça, distribuído em cerca de 18.489 propriedades, destas propriedades 75,4% são constituídas por pequenas propriedades com até 100 cabeças de gado. "A tendência tem sido a crescente implantação de pastagens, por colonos, extrativistas, ribeirinhos e pecuaristas". (ACRE, 2008; PTDRS, 2008; IBGE, 2006; ZEE 2006).

Segundo dados da publicação "Acre em Números 2006", as propriedades destinadas à pecuária cadastradas no Estado, até novembro de 2005, apresentavam a seguinte distribuição, de acordo com o tamanho do rebanho bovino: 75,4% possuíam até 100 cabeças e detinham 19,6% do rebanho; 20%, até 500 cabeças e representa 30,8% do rebanho; 2,6%, entre 501 a 1.000 cabeças e detinham 13,3% do rebanho; 1,1% possuía entre 1001 a 2.000 cabeças e detinha 11,5% do rebanho; 0,9% acima de 2.000 cabeças e representa 24,9% do rebanho.

O rebanho bovino no Acre cresceu em média 271,40% entre os anos de 1996 e 2007, no município de Brasiléia o crescimento da pecuária é de 250,58% enquanto em Assis Brasil o crescimento foi de 442,29% confirmando as informações observadas no mapa de vegetação.

Tabela 07 - Efetiva do Rebanho Bovino em (cabeça)

Município	1996	%	1999	%	2002	%	2005	%	2007	%
Acre	853.264	28,83	929.999	28,08	1.817.467	28,37	2.313.185	26,10	2.315.798	27,08
Brasiléia	240.461	97,74	255.509	97,83	501.967	97,34	580.317	96,11	602.570	96,08
A. Brasil	5.554	2,26	5.665	2,17	13.700	2,66	23.519	3,89	24.565	3,92
T. Geral	246.015	100	261.174	100	515.667	100	603.836	100	627.135	100

Fonte: IBGE 1996 e 2007.

Os municípios de Assis Brasil e Brasiléia registram junto um total de 627.135 cabeças em seu rebanho bovino em 2007, um incremento anual em média 28% em relação ao Estado. A área desmatada soma um total de 1.517,50 km², dos quais 81% são ocupados por pastagens perfazendo 1.329,16 km², restando apenas 303,5 km² ocupado com o cultivo de agricultura (INPE, 2007).

A Pecuarização em área de conservação (RESEX) tem se caracterizado enquanto ameaça ao processo iniciado para manter a preservação da floresta, utilizando os recursos com sustentabilidade e sabedoria. Como bem retrata Graf, (2005, p.14).

> A criação de gado ou a pecuária, é uma atividade marginal nas reservas extrativistas da Amazônia, admitida apenas como fonte de renda complementar, e devendo ser limitada, rigidamente, a quantidade de pasto. Isso porque a pecuária é altamente impactante neste bioma, sendo, portanto, inadequada a uma utilidade de conservação, alem de também implicar mudanças sócio-cultural profundas nas suas populações. A pecuária envolve crescentes desmatamentos (e queimadas), alem de impactos como erosão,

> assoreamento, contaminação e eutrofização de igarapés, compactação e perda de fertilidade do solo, geração de micro-clima mais seco, aumentam a suscetibilidade a incêndios, alem do problema das queimadas anuais de pastos que alguns produtores insistem em praticar (Graf, 2005, p. 14)

O que se percebe no entorno da Reserva, além da pecuarização, é a existência crescente de áreas de expansão da agricultura sem a devida rotação de cultura. O fato da RESEX está próxima à BR 317, o que a torna susceptível aos impactos em razão do asfaltamento, e ainda o avanço da pecuária em direção BR/Ramal/Floresta se constitui em campo de luta entre aqueles que lutaram para conquistá-la o os que a utilizam como forma de especulação fundiária (OTL, 2006, p. 71).

3.2.4 Mão de Obra Empregada na Atividade Agropecuária

A mão de obra empregada para a atividade Agropecuária no Estado em 2006 foi de 99.289 pessoas. Em Brasiléia a mão-de-obra ocupa 12.497 pessoas na atividade, ou seja, 66% de sua totalidade. Dos 11.611 de trabalhadores do município, 92,91% possuem laços de parentesco e não há registro de remuneração recebida por essas pessoas. Dos trabalhadores com remuneração 886 indivíduos, que correspondem a 7,0% são empregados em estabelecimentos rurais.

Em Assis Brasil a atividade agropecuária emprega 1.590 pessoas que representam 30% do total do município. Das pessoas ocupadas, 87,29%, ou seja, 1.388 são trabalhadores com laços familiares, sem remuneração e 12,70%, 202 pessoas, são contratadas.

Isso demonstra que a força de trabalho rural nesses municípios é de base familiar não havendo registro de remuneração. Percebemos que a produção de pecuária predominante no município de Brasiléia, mas presente também em Assis Brasil remunera muito pouca mão-de-obra, ficando a grande maioria de ocupação produtiva com a pequena propriedade.

Tabela 08 - Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuário nos Municípios de Brasiléia e A. Brasil em 1996 e 2006

Estado e Município	N. de Emp.	Pessoas ocupadas em 1996			N. de Emp.	Pessoas ocupadas em 2006		
		Com laços de Parentesco	Sem laços de parentesco	Total		Com laços de Parentesco	Sem laços de parentesco	Total
Acre	23.788	85.101	8.485	93.586	29.488	29.488	2.314	99.289
Brasiléia	3.455	11.713	1.209	12.922	4.114	11.611	886	12.497
A. Brasil	216	599	45	644	575	1.388	202	1.590
Total	3.671	12.312	1.254	13.566	4.689	12.999	1088	14.087

Fonte: IBGE 2006

A tabela acima mostra diminuição de mão-de-obra nesses dez anos (1996 e 2006) no município de Brasiléia, porém mesmo assim aumentou o número de empreendimentos. No entanto, em Assis Brasil, destino final da BR 317, houve um aumento de mais de 400% em mão-de-obra e 22,28% em novos empreendimentos o que demonstra que a conclusão da BR 317, ocorrida em 2003, contribuiu para o aumento tanto do número de empreendimentos quanto da mão-de-obra ocupada no município.

3.2.5 Produção Extrativismo Vegetal

A extração de produção da madeira, de acordo com o ZEE (2000), representa menos de 3% do PIB, do Estado, no entanto, essa atividade detém modernas tecnologias, tem acesso a linhas de crédito e amplo mercado garantido, muito embora sua exploração de forma não manejada promove degradação ambiental, assim como registra maior violação da legislação ambiental.

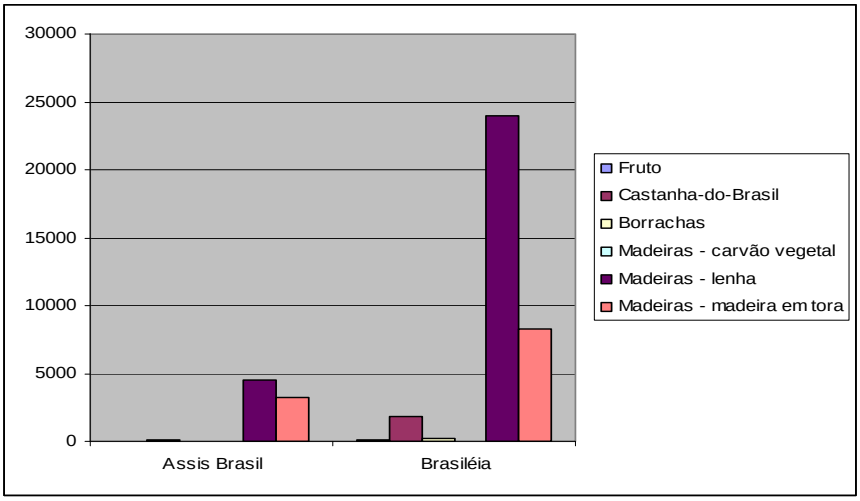
A atividade de exploração madeireira apresenta maior volume na produção da madeira em tora, sem que nela seja agregado maior valor. Essa atividade ainda é praticada, na grande maioria, à revelia da legislação e dos órgãos ambientais. Existe exploração de madeira manejada no estado, mas também ainda existem aqueles que exploram de forma predatória.

É importante salientar que os dados de retiradas de madeira no Acre são computados somente àquelas que são retiradas de áreas devidamente licenciadas ou que, por razões de transporte, passaram pela fiscalização da Fazenda Estadual. A exploração madeireira registrada no Estado, de acordo com o Acre em número (2008), foi, em 2002, um total de 287.306 m³; em 2003, o volume retirado atingiu de 317.190 m³; em 2004, foram 353.861 m³; em 2005, o volume foi de 483.441 m³ e, em 2006, de 397.414 m³. Esses números são crescentes, apresentando, apenas, em 2006, uma pequena queda em relação a 2005.

A produção extrativista que em décadas passadas foi protagonista de um período áureo da borracha e da castanha, hoje é produzida em pequena quantidade e por um número pequeno de extrativistas habitantes da Reserva Extrativista Chico Mendes ou em outros seringais no Estado, resistindo ao paradoxo entre a pecuarização e um modo de vida que busca ajustar elementos de uma dada cultura, que outrora representou o maior apogeu econômico da região, frente a um conjunto de ações recentes e em curso na região.

No que se refere à extração de madeira em pequenas propriedades, para os entrevistados essa atividade não é mais praticada na região, e os motivos alegados são a proibição efetuada pelos órgãos ambientais. No entanto, o gráfico mostra um significativo volume de exploração madeireira nos dois municípios em estudo. Com destaque para a produção de Castanha do Brasil que apresenta maior produção em Brasiléia, onde existe uma usina de beneficiamento deste produto.

Figura 05 - Produção Extrativista Vegetal e Silvicultura 2007



Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Agropecuário IBGE 2007

A borracha apresenta, desde 2002, uma produção sem expressiva alteração. Apesar do subsídio pago pelos governos federal e estadual e ainda a com construção da Fábrica de Preservativos em Xapurí, para absorver a produção de látex de toda a região, mesmo assim são poucos os seringueiros que fazem a extração do látex caracterizando uma baixa produção como mostra a tabela abaixo.

Tabela 09 - Produção de Borracha Natural Bruta Subsidiada do Estado

Município	Produção (Kg)					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Acre	**2.014.341**	**2.088.462**	**2.367.429**	**2.351.358**	**1.871.225**	**1.672.122**
Assis Brasil	66.947	46.753	15.052	13.365	25.476	16.528
Brasiléia	189.129	202.007	132.259	280.184	363.439	321.349

Fonte: Acre em número 2007-2008.

3.2.6 A Mecanização e Monocultura

O passivo ambiental gerado com o desmatamento evoca uma outra atividade causadora de impacto ambiental, a mecanização. Como já mencionado, o desmatamento nessa

região ultrapassou o limite permitido em lei, restando para o pequeno produtor a venda do lote ao fazendeiro ou uma forte intervenção com mecanização. Isso requer um investimento alto para um produtor que não dispor de recursos financeiros para desenvolver essa atividade.

Essa atividade ainda é incipiente na região, porém em processo de expansão pelas condições já expostas, essa atividade se faz necessária para proteger à cobertura florestal que ainda existe. No entanto, como bem registra Guerra (2004 p.347):

> O mau uso do solo, aliado à mecanização intensa e à monocultura, podem provocar erosão laminar, ravinas e voçorocas. A concentração das chuvas, os elevados teores de silte e areia fina, os baixos teores de matéria orgânica e a elevada densidade aparente contribuem, sem dúvida, para o aumento da degradação nessas áreas.

O manejo do solo com mecanização, sem utilização de técnicas adequadas (curva de nível, correção do solo com adubação adequada), constitui-se em ação de impacto sobre o solo, causando a perda de nutrientes por erosão laminar, além de contaminação hídrica e assoreamento dos cursos d'água.

A mecanização vem sendo fomentada ao longo da BR 317 , enquanto ação de política, pública que visa à otimização produtiva de áreas degradadas, como forma de minimizar o avanço anual sobre a floresta nativa. Esta atividade vem se desenvolvendo na produção familiar, em pequenas propriedades, ainda sem a presença de atividades produtivas predominantes na monocultura.

Porém, com a instalação do Complexo Agroindustrial de Brasiléia – Acreave (abatedouro de aves), instalado no km 10 da BR 317, sentido Brasiléia/Assis Brasil, demanda necessariamente a ampliação de áreas mecanizadas para a produção de grãos utilizado para a fabricação de ração, o que significa sua expansão que registra em 2008 um total de 343 ha de áreas trabalhadas para o plantio de milho.

3.2.7 Investimentos em Infraestrutura

A expansão da estrutura viária na área em estudo contribuiu para o desmatamento da cobertura vegetal, causando impactos e movimentando o solo com o corte das estradas, obstrução de canais para o desvio de cursos de água, além de cortes de morros ou barreiras que rebaixam a ondulação da topografia, notadamente entre divisores de águas, como mostra a figura do Mapa de Recursos Hídricos.

O impacto causado pela expansão viária sobre os recursos hídricos provoca poluição por contaminação e assoreamento dos igarapés e ainda estimula as migrações interna e externa para a região, aumentando a ação antrópica e a degradação ambiental (GUTBERLET, 2002). É a partir da BR que saem as inúmeras estradas vicinais (ramais) que servem como canais de escoamento da produção.

A situação dos ramais, na sua maioria, dispõe de trafegabilidade apenas em período de seca, por esta razão não ocorre regularidade no transporte, ficando o produtor à mercê de atravessadores no que diz respeito a preço de transporte para produtos e para produtores. O meio de transporte mais comum é o caminhão pau de arara, a motocicleta, o carro de boi e a bicicleta.

As transformações geradas pelos projetos de engenharia para a expansão viária visam o desenvolvimento a partir de uma lógica economicista e de mercado externo à região, tornando a área circundante desses empreendimentos simplesmente um corredor de escoamento de produtos de outras regiões.

Com essa visão desenvolvimentista e economicista, o governo viabilizou a construção de quatro grandes empreendimentos no eixo Rio Branco/Assis Brasil da BR 317, a Fábrica de Pisos de Xapuri, localizada no Km 184, a 40 km de Brasiléia, no sentido Rio Branco. Esse empreendimento possui uma planta industrial considerada como uma das maiores e mais moderna do Brasil, na linha de piso de taco de madeira (R. ACRE INDUSTRIAL, 2006).

Para o então governador Jorge Viana, a fábrica de taco junto a outros empreendimentos marcam a fase de um processo de industrialização associado ao desenvolvimento econômico sustentável, baseado no conceito de florestania. Inaugurado em dezembro de 2006, o empreendimento financiado com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento e Investimento Social), custou aos cofres públicos o valor de R$ 30 milhões. A gestão do empreendimento é realizada por um consórcio de empresas com a participação de trabalhadores da floresta através de cooperativas (R. ACRE INDUSTRIAL, 2006). Apesar de ter sido inaugurado em 2006, a fabrica ainda não apresenta uma linha de produção regular.

A fábrica de preservativo masculino - NATEX - localizada em Xapuri foi inaugurada em 2008, com capacidade para processar, em média, 500.000 litros de látex *in natura* ao ano além de produzir 100 milhões de preservativos. No entanto, esta fábrica tem enfrentado dificuldades quanto à regularidade da produção do látex, no que diz respeito a organização e volume da produção. As poucas famílias extrativistas beneficiadas com a venda para a fábrica

estão satisfeita com atividade, muito embora esta ainda não apresente um grande volume de produção.

A Usina Álcool Verde, apresentada como um dos mais audaciosos empreendimento no Acre, situada no município de Capixaba ao longo da BR 317, era um empreendimento falido nos anos 80, que foi resgatado da extinta Alcobrás, pelo governo do Acre, que vê na Usina uma oportunidade, primeiro de recuperação do patrimônio que se encontrava em estágio de depredação e, segundo, de incentivar a cadeia produtiva da cana de açúcar para a geração de energia renovável. O governo assumiu a fábrica falida da Alcobrás e conduziu o processo de transferência para a iniciativa privada (R. ACRE INDUSTRIAL, 2008). Isso vem finalmente sacramentar a monocultura da cana de açúcar no Estado do Acre.

O abatedouro de Aves de Brasiléia, é parte de um Complexo Agroindustrial, tem capacidade para abater 7,5 mil aves por dia, com meta estabelecida para alcançar, até 2014, um total 50 mil aves/dia. Este empreendimento foi construído com recurso do BNDS, Ministério da Integração, Tesouro Estadual e da Prefeitura de Brasiléia. O complexo concentra: Aviário para a criação de pintos; Frigorífico, abatedouro e incubação. Dos grandes empreendimentos existentes ao longo da BR 317, esse já apresenta resultados na produção, tendo assim o reconhecimento dos produtores familiares. O município de Brasiléia conta ainda com uma Usina de Beneficiamento de Castanha (CAEX) e uma de beneficiamento de poupa de fruta.

A política adotada pelo governo do Estado, tem sido de criar as condições para a instalação e expansão do capital com vista a utilização dos recursos florestais: madeira, borracha e castanha. A industria, depois de construído é entregue à iniciativa privada para a gestão, por meio de Parceria Público-Privado-Comunitário. Isto acende o debate quanto a "sustentabilidade" dos recursos utilizados como matéria prima para esses empreendimentos.

Em Brasiléia a prefeitura instalou um Distrito Industrial no localizado no km 08 da BR 317, sentido Brasiléia/Assis Brasil, com vista a atrair a instalação de indústrias no município. A área do distrito é de 10 ha que será cedido através de concessão, lotes, cujo tamanho obedecerá ao porte e à atividade a ser desenvolvida pelas empresas.

Investimentos em abastecimento de energia elétrica estão sendo implementados, haja vista que nestas localidades o abastecimento é feito por meio de termoelétrica que fornece energia a todos os municípios do Alto Acre. O Programa Luz para Todos, tem avançado na área rural, porém muitas propriedades ainda não dispõem desse serviço apesar de ser um programa apresentado pelos moradores como de maior importância.

A estratégia do Estado de implantação de empreendimentos agroindústrias para que a iniciativa privada faça a gestão e obviamente detenha o lucro, se aproveitando ao máximo das vantagens, e só depois fomentar a demanda de matéria prima, tem gerado resultado pouco satisfatório, uma vez que a matéria prima (látex e madeira) não esta chegando à indústria.

Todos esses empreendimentos estão concentrados ao longo da BR 317, podendo assim articular e integrar, através dos mercados, vastas áreas, utilizando a matéria prima local e produzindo para fora do lugar. Com isso aprofundando a divisão espacial do trabalho, criando relação de dominação e subordinação entre parcela do espaço e entre parceiros (CARLOS, 1990).

CAPITULO IV - A Dinâmica da BR 317 e suas Implicações para as Comunidades

As mudanças induzidas a partir da pavimentação da BR 317 são observadas na dinâmica de algumas comunidades rurais. Estas continuam sofrendo com o problema do êxodo rural. As famílias seguem em direção a periferia das cidades como bem afirma o Sr. Aparecido Gonçalves (in Menezes 2004, s.p.).

> "Notei um certo êxodo de produtores vizinhos após o asfaltamento da estrada. Mesmo aqueles produtores que fazem parte da associação e que possuem um nível de informação maior não foram capazes de relacionar a construção da estrada com a possibilidade de explorar novos mercados uma vez que só produzem para subsistência e quando comercializam, o fazem em mercado próximo".

Para a maioria dos entrevistados, os grandes empreendimentos construídos ao longo da rodovia, não se configuram como oportunidades para aumentar sua produção e consequentemente melhorar sua condição de vida. O pequeno produtor não necessita de grandes produções para sua sobrevivência.

> "Tenho medo que as pessoas não saibam aproveitar o progresso que a estrada traz e utilizam a luz elétrica, por exemplo, para ficar em casa assistindo televisão. O progresso não é para isso. Também tenho medo dos meus filhos irem para a cidade e se marginalizarem, a circulação de pessoas aumentou muito com o asfaltamento da estrada e o trafico de droga consequentemente também e não existe por parte dos governantes um planejamento estratégico que freie isso" Sr. Aparecido Gonçalves, 2004.

Problemas como: fome, legislação ambiental, ineficiência no atendimento médico, educação, tráfego de drogas, assaltos, dentre outros são comuns na fala das lideranças, quando perguntados sobre qual o maior problema atualmente enfrentado pela comunidade.

Para os entrevistados, 60 % deles, apontam como o maior problema é não poder desmatar para plantar e não dispor de alternativa para produzir sem causar desmatamento e queima para o plantio. Para eles, existe fome em razão de não possuir outra fonte de renda para manter a família. O desmatamento causado na área de influência da BR 317, tendo a

pecuária como vetor principal, ultrapassou, na maioria dos casos, os 20% permitidos pela legislação, deixando o produtor impedido de fazer novos desmatamentos. Estes estão necessitando de mecanização para a produção agrícola. O Produtor Raimundo Elias, ex-diretor da associação, diz que: “não poder derrubar para plantar e não ter máquina para arar a terra, é um problema já que, se arar, ele chega a colher 125 sacos de milho, enquanto que em 1 ha nova se tira apenas 30 sacos”. Para ele tem que haver incentivo, recurso para trabalhar sem atingir a Floresta.

Relatos como: “Fui tirar licenças de desmate e não foi dada”; “Hoje é melhor morar na cidade”; “Fui multado pelo IBAMA, por ter desmatado 6 ha para plantar milho”; “O governo tem que apresentar solução para que os pequenos possam plantar e ajudar com máquina para arar o capim para plantar”. Esses são alguns dos problemas relatados por produtores quando se referem aos principais problemas enfrentados por eles nos últimos 5 anos.

Esse produtor que hoje estão dependente dos incentivos e recursos para trabalhar sem praticar o corte e queima da floresta, estão recorrendo aos programas sociais do governo federal para comprar alimento na cidade. Para os 5 % dos produtores entrevistados que relataram não ter como pagar um trator para arar a terra, porque falta apoio das autoridades para isso. Confirmaram que, já está faltando produto para a alimentação, tendo agora que depender dos que vêm da cidade.

Não obstante a isso, a maioria deles não considera as indústrias implantadas na região, principalmente aquelas de base florestal, como oportunidade para a utilização dos 80% de floresta ainda existente em sua propriedade, podendo utilizar para a produção extrativista, tendo a indústria de base florestal como sua principal aliada.

Problemas como aumento do êxodo rural, saída de famílias da Reserva Extrativista Chico Mendes são ressaltados pelos entrevistados, afirmando que, nos últimos 5 anos, 76 novas famílias chegaram para habitar a localidade, enquanto 128 famílias saíram, indo morar na cidade ou em outras áreas rurais. Para seu Isvaldino de Oliveira “Tudo está bom mais está ficando ruim, não se pode mais derrubar e plantar, penso em ir embora”. Isso confirma a migração rural/urbana e urbana/rural com destaque para a mobilidade rural/rural. Neste caso ocorre sempre que um produtor já desmatou o permitido em sua parcela de terra, daí ele vende a propriedade, vai morar na cidade ou avança para desmatar outras áreas com floresta em locais mais afastado das margens da BR.

A prática de caça com cachorro (que afugenta os bichos) e a pesca predatória têm se constituído também como problemas para 5,5 % dos entrevistados que se sentem prejudicados por caçadores e pescadores que aparecem na região, dificultando ainda mais a fonte de

proteína para a alimentação da família. Isso ocorre em razão do acesso que a BR proporciona as pessoas alheias às comunidades.

A infraestrutura dos ramais, para 86,1% dos produtores entrevistados afirmaram que com o asfaltamento da BR, o que foi muito bom, os ramais também melhoraram; para 13,9% deles, o transporte ainda tem custo alto e falta manutenção dos ramais e pontes, no inverno existem trechos que não dão passagem.

A falta de escola com curso de segundo grau e professores qualificados e a falta de transporte escolar, contribui para que as pessoas saiam da terra. Assim também e o serviço de atendimento médico, que em muitas comunidades não existe, fazendo que as pessoas saiam de suas casas para procurar esse serviço na cidade, uma vez que na localidade não tem posto de saúde e quando tem não funciona.

Com a pavimentação da BR vieram também os roubos de objetos domésticos como televisão e botija de gás e ainda a presença de bebidas alcoólicas, tráfico de drogas e assalto. Todo progresso traz bandido, relata dona Antonia F. de Almeida, o que é agravado com ausência do Estado.

A pavimentação da BR proporcionou muitos benefícios, como o transporte - antes se gastava ate três dias para ir à cidade, hoje é bem mais fáceis, gastamos no máximo seis horas. Relata dona Francisca Bezerra. Entretanto ela reconhece que no passado a comunidade era mais animada, tinha mais vida, as pessoas eram mais próximas e comprometidas umas com as outras, havia mais cumplicidade.

A BR 317 esta estrategicamente bem posicionada, permitindo a saída para o Oceano Pacifico. Vários empreendimentos estão sendo construídos ao longo de seu eixo. A área circundante do trecho estudado, já passou por vários processos de mudanças produtivas que vai desde a produção da borracha (extrativismo), os projetos de assentamento e a instalação da pecuária, chegando agora à fase da agroindústria, retomando o extrativismo da borracha para a fabricação de camisinha. No entanto a produção, principalmente familiar, apresenta baixa produtividade, reproduzindo o velho e conhecido circulo de pobreza. Restando ao pequeno produtor, sem condições para mecanizar a terra, já cansada, vender a propriedade para um fazendeiro que vai reconcentrando a terra.

4.1 Recursos Hídricos e Cidades

O resultado de um modelo de desenvolvimento excludente adotado para a Amazônia, em especial no Acre, nos últimos quarenta anos, proporcionou um processo acelerado de êxodo rural causando expansão das áreas urbanas. Estas cidades, não disponham de serviços básicos de saneamento, urbanização, segurança e, sobretudo, em termos de saúde e educação, para receber milhares de migrantes que foram expulsos de suas colocações de seringa. Para estes o limite era a floresta ou uma outra colocação, e de repente, vai ocupar um pequeno lote nas cidades, em áreas geralmente de fundo de vales (igarapés), sem qualquer tipo de infraestrutura urbana, aumentando exponencialmente as taxas de desemprego em locais sem bases produtivas e com alto índice de violência.

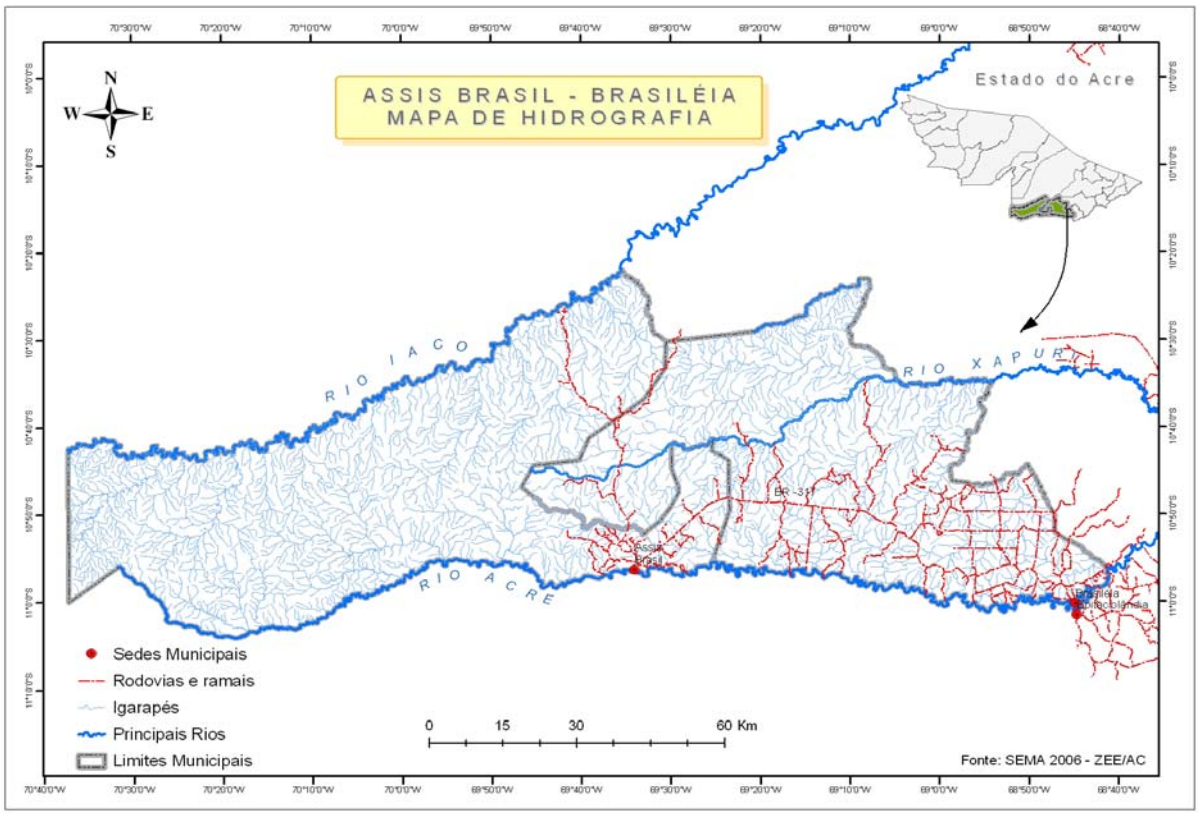
A ocupação do território acreano ocorre mediante condições de fatores ambientais, como as redes hidrográficas, os diferentes biomas, fatores sócio-político e econômico definindo assim o perfil e a distribuição de sua população. As condições ecológicas e ambientais requerem definição de políticas urbanas diferenciadas para as cidades, as quais devem contemplar aspectos ecológicos na habitação, culturais além do socioeconômico.

No que diz respeito às áreas urbanas, envolvendo não somente Brasiléia e Assis Brasil, mas toda a região do Alto Acre, uma questão latente de maior grandeza tem sido em torno da bacia hidrográfica do rio Acre. Esta é a principal bacia abastecedora de água, onde estão situadas as cidades de Cobija, na Bolívia e Iñapari, no Peru, e as cidades de Brasiléia, Assis Brasil, Xapurí, Rio Branco e Porto Acre.

A área de influência direta da BR 317 atingiu todo o divisor de água localizado entre os rios Iaco e Acre. Consequentemente a malha de rios tributários (afluentes) encontra-se totalmente comprometida, principalmente devido ao processo de antropização causando pelo alto índice de desmatamento às margens da BR 317. Os esgotos das cidades (brasileiras, peruanas e bolivianas), são carreados para o rio sem qualquer processo de tratamento e, ainda a extração de areia para a construção civil, tem provocado erosão com forte presença de assoreamento que vem, associado a outros fatores climáticos, ano após anos, alterando o volume de suas águas pondo em risco o abastecimento das cidades, inclusiva da capital Rio Branco.

Como podemos observar no mapa 08, a BR 317 foi construída cortando a área do divisor de água da região, atingindo diretamente os rios Acre, seu afluente o rio Xapuri, assim como também o rio Iaco.

Mapa 08 - Recursos Hídricos



Esta região concentra índice pluviométrico relativamente alto com precipitação média anual de 1.083,3 a 2.447,0 mm. O período chuvoso ocorre entre quatro e cinco meses (janeiro a maio), quando se forma uma rede de rios intermitentes funcionado como rede de drenagem dendrítica, muito comum em épocas do inverno amazônico. Por se tratar de um volume de precipitação elevado, promove a remoção de solo, provocando assoreamento de igarapés e rios, além de retirar a camada fértil do solo, ocorrendo mais fortemente em área desprotegida de floresta.

> O Rio Acre, apesar de ser um rio considerado jovem, não apresenta o vigor de sua juventude, pois vem perdendo ano a ano tanto na qualidade quanto em qualidade de suas águas, não sendo mais um rio caudaloso. No verão de 2005 alcançou a menor cota registrada nos últimos 34 anos, com 1,64 m de água no seu leito, quando a média para esse período é de 2,20 m, [...]. Este fato aumentou ainda mais a preocupação sobre o abastecimento das cidades que dele dependem. (OTL, 2006, p. 31)[14].

[14] OTL – Plano Territorial Local – É um Plano elaborado com os diversos atores do território, através de um processo mediante o qual se orienta a utilização do território e a disposição de como melhorar a ocupação do espaço geográfico.

Para amenizar os problemas, vem sendo realizada ação conjunta entre os três países no âmbito do fórum MAP - Madre de Dios, Acre e Pando.

O acesso a esses municípios, que durante muitos anos foi realizado pela via fluvial, por onde era transportada toda a produção de borracha, castanha e madeira até o início desse século, hoje só é possível a navegação em período de chuvas, o que ocorre muito raramente, em razão da existência da BR 317.

Atualmente a população já sente os reflexos da ação causada pelas políticas planejadas de forma alheia às condições ecológicas que visa, sobretudo, a implantação de projetos de engenharia para o transporte (passagens) de produtos, em detrimento às populações locais sem, contudo, conceber uma política mitigadora aos problemas gerados.

Para os produtores rurais entrevistados, nos últimos anos, houve mudança no nível de água do rio: “nota-se a diminuição das águas falta peixe no rio, e no verão, o rio fica cada vez mais seco” relata seu Josemir da silva, morador do seringal São Francisco.

A principal fonte de água para o consumo das comunidades rurais vem de cacimba, vertente, igarapé e nascente. O local de captação de água é protegido para não entrar animais. A proteção é feita de caixas de madeira. De acordo com os produtores as nascentes diminuem 90% no verão, hoje é preciso a construção de poços para se ter uma boa água.

A água para o consumo humano, segundo os produtores entrevistados, nos últimos 5 anos, melhorou na captação, porque hoje se faz tratamento e proteção contra os animais. No entanto, para seu João Alves, residente há 25 anos no local, no verão muda a quantidade e a qualidade da água: “estava diminuindo, mas com o plantio de buriti o nível de água voltou ao normal”; No inverno a qualidade da água vem mudando, devido à presença da ferrugem causada pelo capim “Pasto do Brejo” que deixa a água com coloração e sabor de ferrugem.

> A substituição da floresta por pastagens ou culturas anuais em grandes extensões da bacia hidrográficas, certamente causará modificações climáticas significativas, com conseqüências diretas na duração e intensidade das chuvas anuais. Os maiores impactos sobre as paisagens modificadas são decorrentes das queimadas em florestas ou pastos, acelerando as inundações de rios, lagos e açudes, contribuindo ainda para o desequilíbrio natural das chuvas (MESQUITA, 2001, p63).

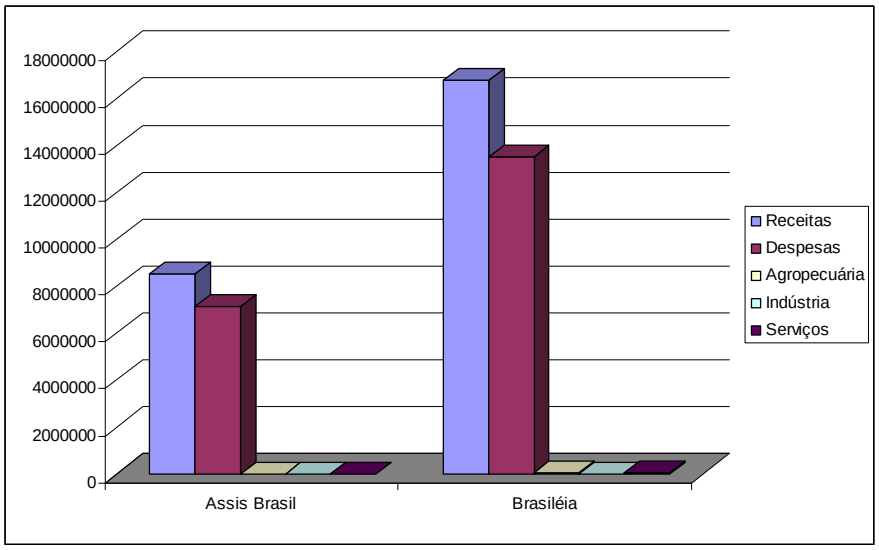
As constantes alterações causadas ao meio ambiente sem levar em conta os devido conhecimento e atuação dos elementos climáticos, tem levado a constante degradação do solo, repercutindo fortemente nas redes que alimenta as bacias hidrográficas, muitas vezes chegando a extinguir a fauna e dizimando a flora. As alterações ocorridas na paisagem natural

provocada pela ação humana, representam constantemente risco ambiental, podendo provocar a diminuição exponencial das águas do rio, e em lagos, mina e açudes podem ocorrer à seca total de suas águas. O que representa um risco ao capital natural da região, como o que ocorreu em 2005 com as queimas, ameaçando o conjunto dos ecossistemas existente.

4.2 A Economia dos Municípios e a BR 317

Como ocorre na maioria dos municípios da região norte do Brasil, a economia nos municípios de Brasiléia e Assis Brasil, apresenta completa dependência das transferências constitucionais e convênios federais, como mostra a figura 06. A receita gerada pela produção local é significativamente insuficiente para o volume das despesas praticadas no município.

Figura 06 – PIB dos Municípios de Brasiléia e Assis Brasil - 2006



Fonte: IBGE 2006

A produção agropecuária ocupa o segundo lugar na economia dos municípios, representando 5,77% do total do Estado, a indústria é um setor muito incipiente e o setor de serviço é que mais movimenta a economia local, 99,4% da receita são provenientes de outras fontes.

As atividades econômicas desses municípios têm se mostrado pouco diversificadas. Apontando, além da pecuária e agricultura de subsistência, apenas algumas iniciativas no campo da agroindústria dos produtos florestais madeireiros e do extrativismo vegetal. Estes compõem o eixo da economia local, demandando do setor público a implantação de ações que visem o aperfeiçoamento e a qualidade dos produtos, proporcionando o beneficiamento,

transporte, organização da produção e a profissionalização da gestão dos empreendimentos locais.

Percebe-se que a pavimentação da BR não influenciou no aumento da produção econômica nos municípios, estes permanecem dependentes, na sua maioria, dos repasses de recursos federais e estaduais.

Por outro lado, a posição geográfica da área como porta de saída para o mercado peruano e países asiáticos, muitos programas e projetos com significativo volume de recursos financeiros têm sido destinados para a região, no entanto a ineficiência na implantação, sobretudo na articulação e integração das ações tem contribuído para o insucesso dos programas.

Para a maioria dos produtores entrevistados, o acesso aos serviços de qualidade no transporte, educação, saúde, cultura e trabalhos de forma integrados; assim como a garantia e acesso facilitado de financiamento, fomento a produção agroextrativistas, assistência técnica e acesso ao mercado, certamente iriam possibilitar a melhoria das condições locais de produção contribuindo para permanência do trabalhador no campo.

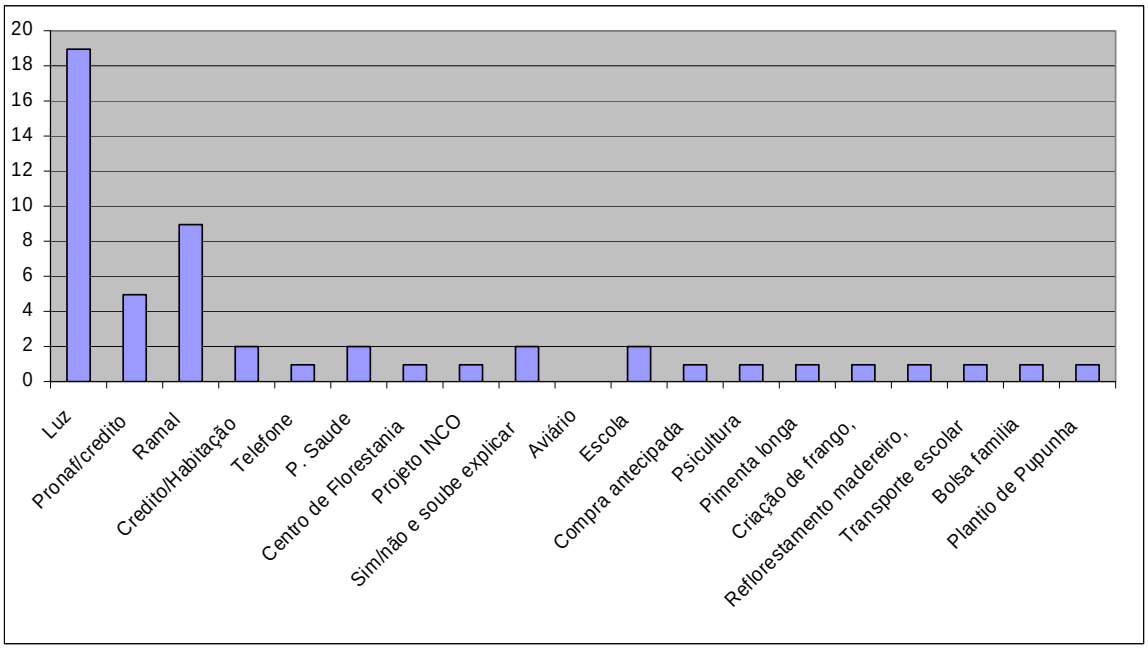
As atividades econômicas desenvolvidas nestes municípios, com algumas exceções, são partes de um modelo de desenvolvimento econômico resquício da política de ocupação de governos passado, atendendo assim, a interesses econômicos das grandes empresas, empreiteiras, madeireiras e pecuaristas sob a farsa de “criar o caminho para o progresso” que estimula cada vez mais o avanço do desmatamento em áreas ainda florestadas como bem afirma Gutberlet (2002, p.):

> É um modelo fundado na apropriação do espaço e na exploração das riquezas, mas muitas vezes sem considerar culturas locais existentes e dinâmicas naturais que regem os ecossistemas. Este estilo de desenvolvimento traz para a região transformações rápidas com sérias conseqüências socioambientais de médio a longo prazo e em larga escala. A dinâmica e a intensidade com a qual estão se dando os impactos pedem a urgente reversão dessa situação.

Como consequência desse modelo, graves conflitos socioambientais ocorreram e se fazem materializar no espaço mediante as relações estabelecidas com e pós a decadência do extrativismo da borracha, associado à falta de investimentos em pesquisas e tecnologia para gerar novos produtos florestais de forma sustentável. Tais fatos propiciaram a expansão da pecuária como alternativa de renda junto aos pequenos produtores, suscitaram novos conflitos em terras indígenas e unidades de conservação, já ameaçadas com grandes áreas desmatadas para a pastagem.

A pesar dos programas e projetos destinados a região, assim como as instituições envolvidas nas ações, os moradores entrevistados demonstram ter conhecimento e reconhecem sua importância para cada ação como mostra a figura 07 e 08.

Figura 07 – Importância das Políticas e Serviços Reconhecidos pelos Entrevistados

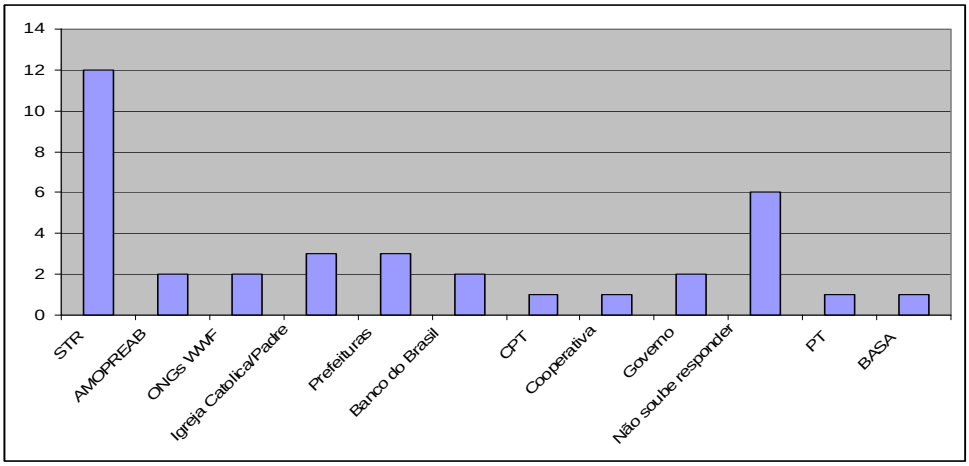


Fonte: Banco de dados do MDR/UFAC, 2008.

Um aspecto importante nesta localidade, e em particular às pessoas representantes das associações, é a demonstração de certo descrédito em relação as ações implementadas no território, com exceção do programa Luz para Todos, recuperação de ramais e PRONAF mostrado na figura a acima.

Quanto às instituições reconhecidas pelos entrevistados, o Sindicato aparece com expressivo destaque (figura 08), este sindicato foi o primeiro a ser fundado no Estado do Acre, e ainda mantém forte presença junto aos trabalhadores rurais da região. Foi a partir da criação do STR de Brasiléia que tem inicio as lutas através dos empates nos anos 70 e 80.

Figura 08 – Instituições reconhecidas pelos entrevistados



Fonte: Banco de dados do MDR/UFAC, 2008**.**

Do ponto de vista institucional dos movimentos sociais, percebe-se a falta de capacidade argumentativa para enfrentar os embates nas discussões de políticos, nos espaços formais de participação da sociedade civil, abertos a partir da Constituição de 1988, que assegurou novos espaços de participação, conquistas da luta dos movimentos sociais. Esses espaços, muito em voga hoje, são utilizados pelos governos para legitimar planos, programas e projetos destinados aos municípios.

A conclusão da BR 317, a estrada do Pacífico e ainda as política desenvolvimentista adotada nos últimos anos na região, a organização do espaço circundantes da rodovia tem passado por algumas transformações a ser destacado: os impactos sócios ambientais ocorridos na região em razão do desmatamento, que favoreceu a expansão da pecuária extensiva, inclusive na pequena propriedade. O êxodo rural que continua ocorrendo em pequeno escala, porém de forma constante e finalmente a instalação das agroindústrias, que está levando a implantação de agricultura modernizada, suscitando a monocultura de grãos e cana-de-acucar, matéria prima para esses empreendimentos.

Conclusão

O planejamento no Brasil, não se distanciou das correntes básicas do pensamento econômico brasileiro vigente no período pos anos 50. Neste período as grandes correntes em destaques eram a corrente neoliberal, desenvolvimentista e a corrente socialista.

No que se refere ao planejamento para o desenvolvimento na Amazônia, cada uma dessas correntes de forma direta ou indireta deixaram sua marca na historia econômica e social da região, através da implantação de seus projetos. Hoje se verifica que essa concepção de planejamento implementada na região foi incompatível com as potencialidades locais, como conclui esse estudo.

Na região do alto Acre, a construção da BR 317 somada aos grandes projetos financiados pela SUDAM, proporcionou a devastação de seringueiras, castanheiras e madeira de lei que eram suficientes para a manutenção das famílias dos extrativistas que habitam a região.

Razoes estas pelas quais, essas famílias foram forçadas a migrar para as cidades da região com maior intensidade para a cidade de Rio Branco, capital do Acre, ou para a região da Bolívia. Essa realidade que vem se arrastando por décadas, sem solução satisfatória, atualmente gera problemas de natureza diplomática envolvendo Brasil e Bolívia. As famílias que ainda hoje residem em solo boliviano estão sendo expulsas por determinação do atual presidente Evo Morales.

Planejamento dessa natureza na década de 70 tornou a região marcada por grandes conflitos agrários em razão da concentração de terra, expulsão de posseiros, grilagem de terras publica e o avanço do desmatamento em extensas áreas ao longo da BR 317, seguindo em direção aos municípios de Brasiléia e Assis Brasil.

Nesta região do Estado do Acre, em razão da ruptura na base econômica e social ocorrido na época, quando milhares de hectares de florestas foram derrubados e queimados, marcando a instalação do capitalismo do sul do país, notadamente na figura dos “paulistas”, que ocuparam as terras dos seringais, derrubaram a floresta e expulsaram famílias inteiras de seringueiros.

Neste contexto de ruptura da base econômica no estado, milhares de famílias deixaram suas posses e foram morar nas periferias das cidades, especialmente em Rio Branco, cidade esta que em menos de uma década triplicou seus habitantes sem, contudo oferecer condições satisfatórias de infra-estrutura urbana.

A destruição do sistema de produção seringalista e a instalação do capital sulista serviram tão somente para especulação fundiária, não deixando base econômica sólida que pudesse sustentar o crescimento urbano ocorrido em função do êxodo rural, provocado por estas mudanças.

Frente a esta realidade na área rural inicia-se em 1973, o primeiro empate no seringal Carmem, no município de Brasiléia. Este logo se espalha para outras localidade, marcando um período de revolta, resistência, medo e dor com a perda de grandes lideranças rurais.

Esse movimento com o apoio de organizações governamentais e de personalidades nacionais e internacionais, ganhou repercussão em nível local, nacional e internacional tendo como resultado a contenção do avanço do trator em direção à floresta.

O desmatamento ao longo da BR 317 tem se constituído como um dos mais expressivos no Estado do Acre, em razão da concentração fundiária, do desmatamento para a expansão da pecuária, da exploração madeireira e também da migração que são consequências da abertura e construção da estrada que segue atualmente em direção ao oceano Pacífico.

A implantação da rodovia BR 317, foi concebida como parte de um projeto bem mais amplo de desenvolvimento regional e de integração do território sul-americano, que vem desenvolvendo ações estruturantes. Essa estratégica de integração possibilitou a construção de um complexo de usinas hidrelétricas, de gasoduto, de ferrovia e de hidroviária somado a infraestrutura de transporte e comunicação no Brasil e nos demais países Andinos com reflexo direto no incremento das exportações do agronegócio, no intercâmbio comercial e produtivo, assim como no escoamento da produção agropecuária.

No entanto, não podemos deixar de mencionar as possibilidades efetivas advindas com a integração que possibilita a diversificação da produção, e oportunidade de abertura para novos negócios e novos mercados.

A pavimentação da BR 317 proporcionou aos habitantes da região condições para a ligação interregional de transporte permanente, por meio da principal via de acesso aos municípios, além de investimentos em industrialização com a implantação de três grandes empreendimentos ao longo do eixo da rodovia.

Dois desses empreendimentos são para a produção de produtos de bases florestais, possibilitando um incremento na produção extrativista, assim como a diversificação da produção, embora o foco dessa produção esteja voltado para atender aos mercados internacionais. Isso favorece a elevação dos preços impedindo o acesso às populações locais, ficando estas impossibilitadas de utilizar produto que fazem parte da sua própria cultura. O

terceiro empreendimento esta voltado para atender as populações locais, que a reconhecem como de grande importância para a economia local.

A integração também tem favorecido a articulação de iniciativas para discutir problemas comuns entre os países da tríplice fronteira. Exemplo disso e a iniciativa MAP e o Fórum de desenvolvimento sustentável que reúnem integrantes do Brasil, Peru e Bolívia para juntos buscarem saídas aos problemas comuns.

Consequentemente, a construção desta rodovia de integração, possibilitou o agravamento substancial do desmatamento na região, acelerando o assoreamento dos cursos d`água, comprometendo sua qualidade inclusive para a cidade de Rio Branco, principal consumidora da água do rio Acre.

Proporcionou a implantação de uma via que apresenta concentração de agricultura modernizada, com presença de monoculturas (cana e milho) com mecanização e também extensas áreas de pecuária que destroem seringais e castanhais expulsando os posseiros para as periferias das cidades.

São frequente as reclamações por parte dos habitantes em relação a problemas como: a falta de acesso em vias secundárias (ramais) ou má conservação dessas vias para o transporte da produção; o acesso à assistência técnica, à capacitação dos produtores no sentido de potencializar o sistema produtivo, com adoção de tecnologia para diversificação da produção extrativista, agregando maior valor a esses produtos; de linhas de crédito para a produção extrativista; de desenvolvimento de cadeias produtivas dos produtos florestais não florestais assim como a falta de estratégias para a comercialização. Todas essas questões tem sido motivo de constantes reivindicações dos produtores com vista à sua permanência no campo.

A conclusão da BR 317 e sua continuação em território peruano, por meio da via interoceânica, impuseram à região mudanças significativas nas questões relacionadas à demografia local, a problemas fundiárias e ambientais, e de produção que exigem a efetivação de estudos específicos relacionados ao potencial das ações produtivas locais e dos projetos a serem implantados na região, para que se possa mensurar a situação real dos cursos de água do potencial florestal existente, da capacidade produtiva do solo e concentração populacional.

No que se refere às questões urbanas, é importante destacar que a maioria dos bairros e assentamentos são desprovidos de infraestrutura de saneamento básico . Sugerindo informações sobre a relação destes com os eixos de desenvolvimento, assim como o crescimento urbano e o êxodo rural são fatores de pressões sobre as florestas a partir dos impactos já identificados. O que se constituem em insumos para a negociação e definição de estratégias de implantação e ampliação de programas e políticas urbanísticas e habitacionais

diferenciadas para a região e aplicáveis em situação de pólo de desenvolvimento ou simplesmente em situação de corredor para a exportação.

Como podemos observar o processo de integração desencadeado a partir dos anos 50, e em curso na região, foi planejado tendo como base o pensamento desenvolvimentista desencadeado à época impulsionado por fatores externo ao Brasil. Esses planos apresentaram como saída para o atraso em que se encontrava a região norte do Brasil, a expansão do capitalismo do centro-sul do país, que partiu de grandes investimentos estruturantes, favorecendo a concentração de renda, o lucro, e, acima de tudo, a especulação fundiária, gerando o empobrecimento das populações locais, a exploração e destruição dos recursos naturais.

O modelo de desenvolvimento implantado na região de abrangência do estudo reflete dois momento: um em que o estado implementou ações voltadas para uma modalidade de desenvolvimento que promove degradação socioambiental e outro momento em que sob pressão esse mesmo estado implementou ações de preservação socioambiental. Trata-se da implantação das reservas e assentamentos extrativistas.

Consequentemente, após anos de lutas os atores principais, colonos, extrativistas e ribeirinhos apresentam níveis diversificado de renda, mostrando assim que o desenvolvimento socioeconômico está muito além da capacidade produtiva existente na região. Sabendo-se que, o aumento da capacidade produtiva nem sempre traz bem-estar para as comunidades locais.

As transformações espaciais ocorrida na região do Alto Acre em razão da pavimentação da rodovia, trazem na raiz o pensamento desenvolvimentista e neoliberalista que representa na construção do espaço as contradições e heterogeneidades da reprodução capitalista, geradas também por processos não capitalistas, redefinindo as relações de produção atuais. Tudo isto, tem confirmado a região como propícia à geração de conflitos, devendo ser compreendidas não só por meio de questões econômicas, mas também por questões sociais, culturais e antropológicas, geradas no contexto socioespacial acreano, sempre no plano geopolítico que se desenha para o espaço tri-nacional, margeado pela BR 317.

A BR 317 iniciada nos anos 60, em plena Ditadura Militar, foi concluído, seu ultimo trecho no Brasil em 2003, na gestão do governo Fernando Henrique. Este, seguindo orientações desenvolvimentistas materializado pelo Programa Avança Brasil e mais recentemente pelo Programa de Aceleração de Crescimento - PAC, que concluirá até 2010 a saída para o Oceano Pacífico, finalizando assim o projeto iniciado a mais de meio século.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O Futuro das Regiões Rurais; Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2003.

ALMEIDA, P. Roberto de. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. Disponível em: <http://www.pralmeida.org> Texto. Acesso em: 11 de janeiro de 2009.

ALEGRETTY, Mary Helena. A Construção Social de Políticas Ambientais - Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese de Doutorado, Brasília, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia. **Geografia Ciência e Sociedade**. São Paulo: Atlas 1992.

ARQUES, Abi S. dos A et al . Sobrevivência e viabilidade de Xanthomonas axonopodis pv. phaseoli em sementes de feijão armazenadas sob condições controladas. **Fitopatol. bras.** , Brasília, v. 30, n. 5, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?. Acesso em: 17 Set 2007.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambient. soc., Campinas, n.5, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php. Acesso em: 15 Set 2007.

AQUINO, T. V. de; IGLESIAS, M. P. Kaxinawa do Rio Jordão: História,Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado. Rio Branco: CPI, 1994. 231 p.

ACRE, Governo do Estado. Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre. Instituto de Meio Ambiente do Acre – Secretária de Estado e Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Rio Branco/AC, 2000, Volume I, II, e III. CDROM.

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: O Desafio da Sustentabilidade – Um debate sociambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p.75-96.

BAHIANA, L.C. O Norte na Organização Regional do Brasil. In: MAGNO, A. A. et. al. Geografia do Brasil: região norte. Rio de Janeiro: vol. 03, IBGE,1991.

BASSEGIO, Francinete Perdigão L. Migrantes Amazônicos Rondônia: A trajetória da Ilusão. São Paulo. Edições Loyola: 1992.

BECKER, K. Bertha. Um futuro para Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

_____, Amazônia. Série Princípios. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

_____, Síntese do processo de ocupação da Amazônia – Lições do passado e desafios do presente. In.: Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2001 a. pp. 5-29.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro. Contraponto: 2000.

BRASIL, Cenários Sociais para a Amazônia Legal 2000/2010. Projeto BRA/96/025 - Acordo SUDAM/PNUD e Acordo de Cooperação Técnica SUDAM/IPEA. BELÉM, 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento: portfólio de oportunidades de investimento: energia e transportes. Brasília: MP, SPI, [2000?]. 57 p.

COELHO, Maria Célia Nunes. Ocupação da Amazônia e a presença militar. São Paulo: Atual Editora, 1998.

CARVALHO, Adriana Rosa. at al Relações da atividade agropecuária com parâmetros físicos químicos da água. Revista Química Nova, 23(5) (2000).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias. Et al. Geografia: conceito e temas. 8ª ed. Rio Janeiro; Bertrand Brasil, 2006.
_____, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

Caporal, Francisco Roberto Agroecologia: alguns conceitos e princípios /por Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber; 24 p. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAVALCANTI, Agostinho Paulo Brito. **Desenvolvimento Sustentável e Planejamento: Bases Teórica Conceituais**. Fortaleza: UFC – Imprensa Universitária, 1997.

CONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônia. 2. ed. São Paulo. Contexto, 2005.

DAVIS, Shelton H. Vítimas do Milagre. O desenvolvimento e os Índios do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

DUARTE, Helio G. Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapurí. Rio Branco, Casa da Amazônia, 1987.

DOLLFUS, Olivier. Espaço Geógrafo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1978.

DEAN, Warren; Brandão, Eduardo. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

FEARNSIDE, P. M. A ocupação humana de Rondônia: Impactos limites e planejamento. Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica. 76p. Programa Pólo Noroeste. Relatório de Pesquisa N° 5, SCT/PR, CNPq, 1989.

FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE. Monitoramento da Cobertura Florestal do Estado do Acre: desmatamento e uso atual da terra. Rio Branco – AC, 1990.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para Trabalho Científico: Elaboração e Formatação. 14 ed. Porto Alegre, 2007.

GARAFIEL, Denise Regina. As políticas públicas de desenvolvimento sustentável no Estado do Acre de 1999 a 2002. Dissertação de mestrado em ecologia e manejo de recursos naturais. Rio Branco-AC: Universidade Federal do Acre, 2004.

GONZÁLEZ, Villalba Moisés. Bacha, Carlos José Caetano. As políticas florestais do Brasil e Paraguai. Revista v.14 n.28 maio de 2007 http://www.upf.br/cepeac/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=72. Acesso em 03/06/2009.

GUTBERLET J. **Zoneamento da Amazônia: uma visão crítica**. Estud. av., Vol.16, n° 46 pg. 157-174. ISSN 0103-4014, 2002. disponível em http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a13.pdf

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. 4º edição. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro – RJ, 1986.

IANNI, Octavio. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1986.

LANNA, A. E. L. **Gerenciamento de Bacia Hidrográfica**: Aspectos conceituais e metodológicos. IBAMA, 1995 (Coleção Meio Ambiente)

LEFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. 1ª edição: editora Perspectiva S.A. São Paulo; 1973.

LITTLE. Paul E. Os Conflitos Sociambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcelo. (org) A difícil Sustentabilidade**.** Rio de Janeiro: Geramund, 2001**.** p. 107 – 122.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estud. av.** , São Paulo, v. 16, n. 45, 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 Set 2007.

MATTOS, Carlos de Meira. A geopolítica e as projeções do poder. 1ª edição; Editora Biblioteca do Exercito Nacional. Rio de Janeiro – RJ, 1977.

_____, Uma Geopolítica Pan-Amazônica. 1ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora Biblioteca do Exercito Nacional, 1980.

MARTINS, José de Souza**. Massacre dos Inocentes**. São Paulo: Hucitec 1993.

_____, Fronteira – A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec 1997.

MENEZES, Márcio Arthur Oliveira. Sistemas Agroflorestais adotado por colonos e extrativistas na área de influência da "Estrada do Pacífico" no Estado do Acre. Relatório de conclusão de curso, apresentado ao Departamento de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Acre como requisito exigido para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo, 2004.

MESQUITA, Claudemir Carvalho de. Perfil Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Acre. Rio Branco: M.M. Paim, 2001.

MINISTÉRIO DO EXERCITO, EIA: Estudo de Impacto Ambiental das Obras de Recuperação e Pavimentação da BR – 317 entre Brasiléia e Assis Brasil: Relatório Final. Curitiba 1996. V. II/III.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Estudo propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural do Alto Acre. Brasília, 2006

_____, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Estudo propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural do Alto Acre. Brasília, 2008.

NASCIMENTO, Eloisa Winter. Rumo da Terra Rumo da Liberdade (Um estudo dos migrantes rurais do sul no Estado do Acre). Florianópolis: 1985.

NEPSTAD, Daniel C., MOREIRA, Adriana G., ALENCAR, Ane A. A floresta em chamas: origens, impactos e preservação do fogo na Amazônia. Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil, Brasília, 1999

NUNES, Juraci Regina Pacheco. Modernização da Agricultura – Pecuarização e Mudanças: O caso do Alto Purus. Dissertação de mestrado Geografia. Aracajú - SE: Universidade Federal de Sergipe, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Integrar para não Integrar. Campinas – SP: Ed. Papirus, 1988.

PAC, http://www.brasil.gov.br/pac/conheca/copy_of_infra_estrutura/norte/. Acesso em: em 11 de janeiro de 2009.

PAULA, Ruben Descartes de Garcia. A Rodovia Belém – Brasília aos Fazedores de Desertos. In: Amazônia Brasileira em Foco, nº. 6, Rio de Janeiro, 1971.

PEREIRA, J. B. da Silva. Biogeografia e Geomorfologia. In: GUERRA, Antonio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista. (org) Geomorfologia e meio ambiente 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
RAMOS, Duílio. História da Civilização Brasileira. 6 ª edição. São Paulo: Edição Saraiva, 1969.

RÊGO, J. F. do. Estado e Políticas Publicas: a recuperação econômica durante o regime militar. Rio Branco: Edufma, 2002.

RIBEIRO, Berta G. Amazônia urgente: 5 século de história e ecologia/projeto conceitual, texto e seleção de iconografia. Belo Horizonte, Itatiaia, 1990.

RODRIGUES, Gumercindo. Caminhando na Floresta. Rio Branco – AC: EDUFAC, 2009.

RODRIGUES, Ecio. Vantagem Competitiva do Ecossistema na Amazônia: O Cluster Florestal do Acre. Tese de Doutorado. UnB. Brasília. 2004.

SANTOS, Milton & SILVEIRA Laura. Maria. O Brasil: Território e Sociedade no inicio do Século XXI, Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. Milton. A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Edusp, 2004.

_____, Espaço e Sociedade. Rio de Jeneiro; Vozes, 1979.

SAN Amartya. Desenvolvimento com Liberdade. São Paulo; Companhia das Letras, 2008.

SACHS, Ignacy. Rumo à Ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento Sustentável. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHAEFER, José Renato. As Migrações Rurais e Implicações Pastorais, São Paulo: edições Loyola, 1985.

SCHIMINH, Marianne; Cordeiro, Mâncio Lima. Rio Branco a Cidade da Florestania, Belém: EDUFPA, 2008.

SILVA, Silvio Simione da. Na fronteira agropecuária acreana. Laboratório de estudos urbanos, populacionais e agrários em geografia. Depto de Geografia – UFAC. Rio Branco, Acre. 2003.

SILVA, Adalberto Ferreira da. Raizes da ocupaçao recente das terras do Acre: transferência de capitais e disputa pela terra. Dissertação de Mestrado, Rio Branco, SEPLAN, 1982.

SILVA, Marina. História da Floresta, da vida e do mundo. In: O Desafio da Sustentabilidade – Um debate sociambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 199-212.

SILVA, Demetrius Davi; FALCO, Fernando. Gestão de recursos hídricos: Aspectos legais, econômicos, administrativos e sociais. Pruski, editores. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa; Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2005.

SILVA, J. G. Carvalho da. A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA Belém. Monografia de pós-graduação em Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Belém – PA. 2004.

SOUSA, Carlos Alberto de. Varadouros da Liberdade: o empate no modo de vida dos seringueiros de Basiléia. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 1997.

STEINBERGER, Marilia (org.) Território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

TEREZO, Cláudio Ferreiro. Novo Dicionário de Geografia: Termos e Conceitos. São Paulo: Livro Ponto, 2006.

TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. Rio de Janeiro, Conquista, 1961.

TUAN, YI-FU, Topofolia Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: Difel, 1974.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão de ONGs Princípios Funções Gerenciais. Rio de Janeiro: FGV, 6° edição 1997.

Velho, Octávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro: editora Zahae, 1972.

Sites Consultados

http://www.upf.br/cepeac/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=

http://www.pralmeida.org

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 Set 2007.

www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a13.pdf

http://www.brasil.gov.br/pac/conheca/copy_of_infra_estrutura/norte/.

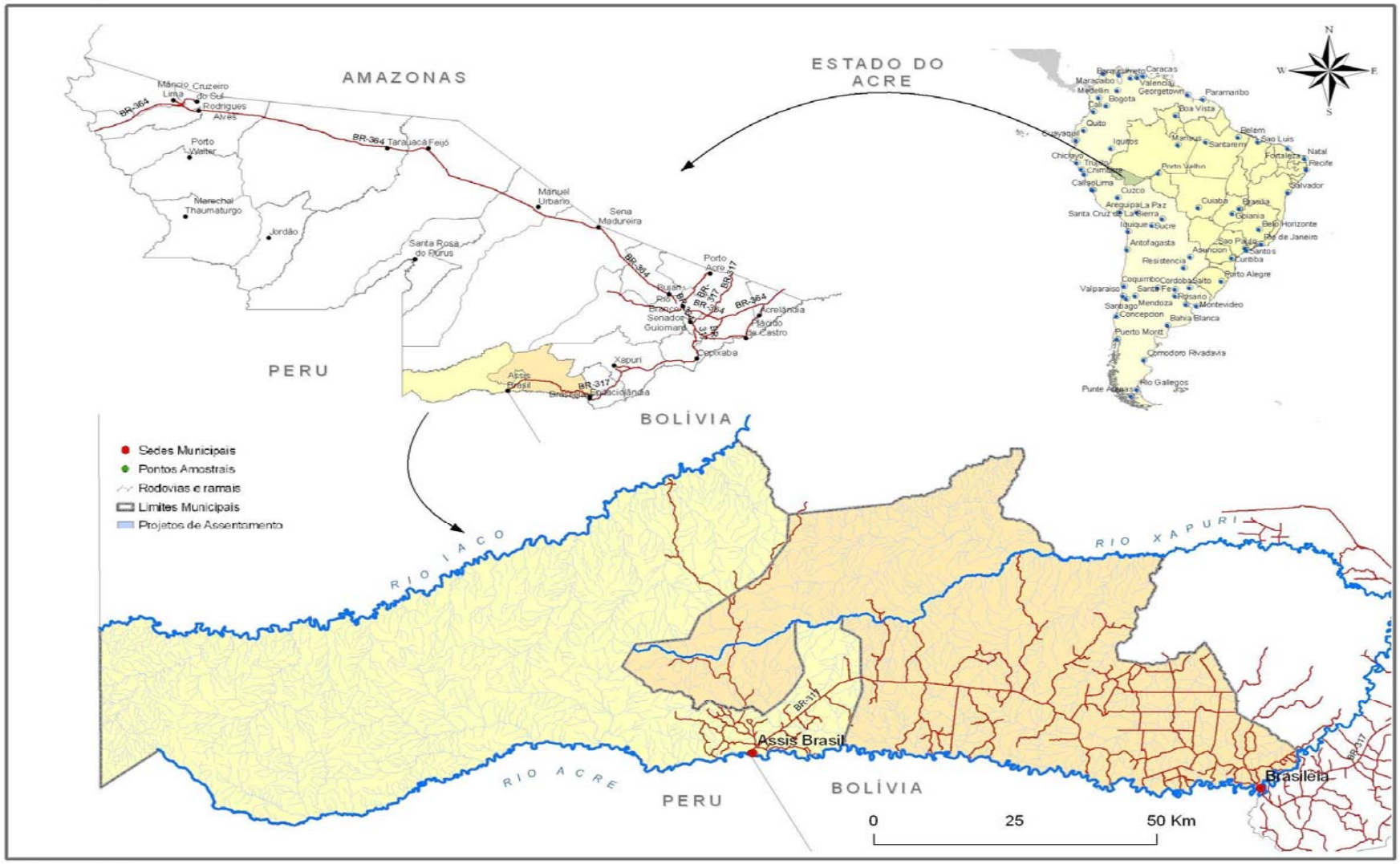
http://www.upf.br/cepeac/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=72.

http://condiac.org.br/index.php

http://www.brasileia.ac.cnm.org.br/

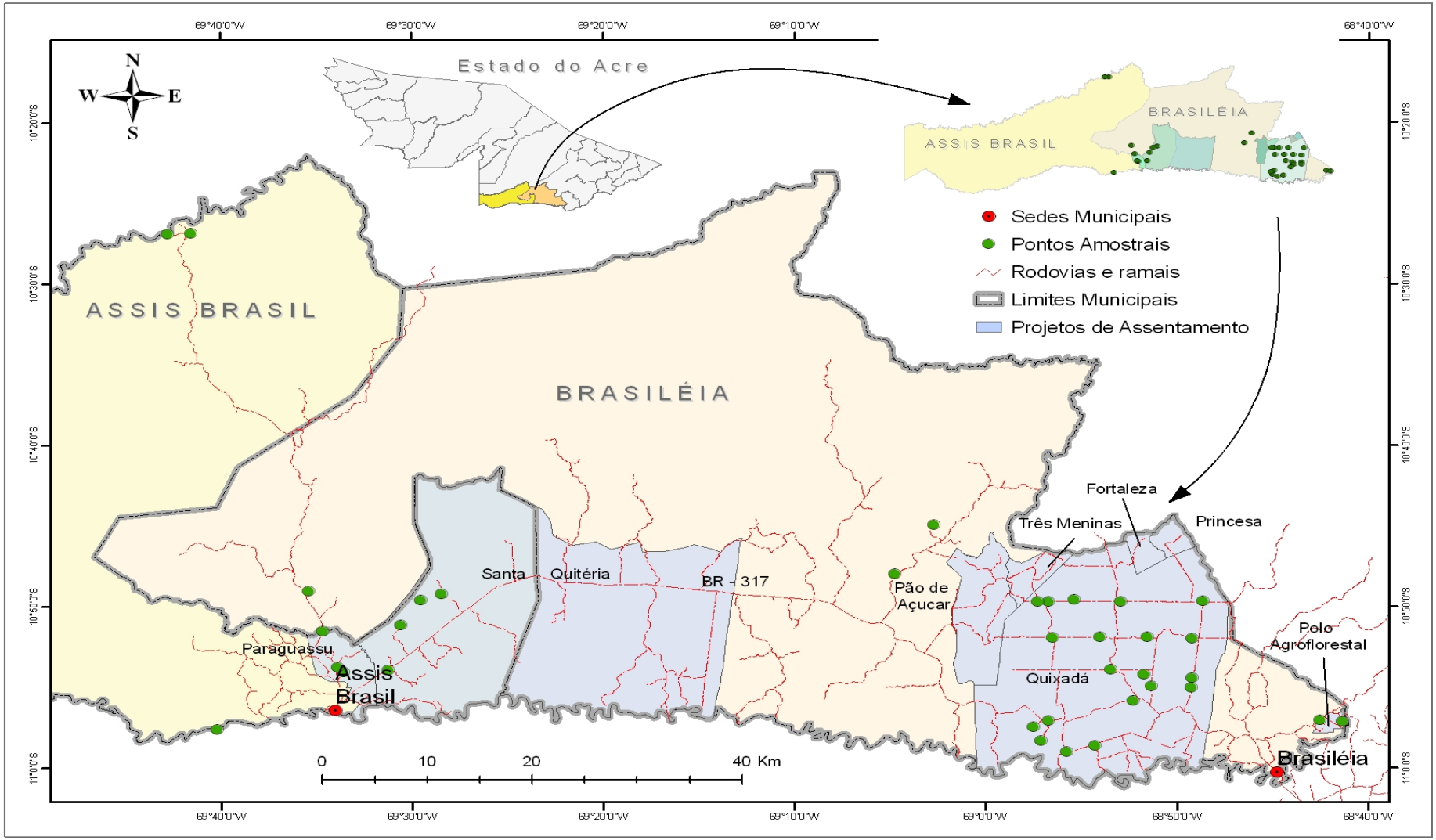
ANEXOS

Mapa de Localização da Área



Fonte: Elaborado pela autora com bases de Dados do ZEE – FASE II, 2006

Mapa de Localização da Pesquisa e Pontos Amostrais



Fonte: Elaborado pela autora com bases de Dados do ZEE – FASE II, 2006